

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL

ELISÂNGELA DA SILVA BELTRÃO CAMARGO

O USO DE FANTOCHES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONFECCIONANDO
MEMÓRIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS

GOIÁS

2022

ELISÂNGELA DA SILVA BELTRÃO CAMARGO

**O USO DE FANTOCHES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONFECCIONANDO
MEMÓRIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Neemias de Oliveira Silva

GOIÁS



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo Elisângela da Silva Beltrão Camargo

Email: elisbeltraocamargo@gmail.com

Dados do trabalho

Título O Uso de Fantoques em Educação Patrimonial Confeccionando Memórias no Ensino Fundamental em Goiás.

Tipo:

☐ Tese ☒ Dissertação

Curso/Programa Mestrado profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
PROMEP - UEG Cidade de Goiás

Concorda com a liberação documento

☒ SIM ☐ NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás 05 de dezembro de 2022

Elisângela da S. Beltrão Camargo Neemias Alvares da Silva
Assinatura autor(a) Assinatura do Orientador

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C173u Camargo, Elisângela da Silva Beltrão.
O uso de fantoches em educação patrimonial :
confeccionando memórias no ensino fundamental em
Goiás [manuscrito] / Elisângela da Silva Beltrão
Camargo. – Goiás, GO, 2022.
137 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Neemias de Oliveira Silva.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais,
Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina,
Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Educação patrimonial. 1.1. Patrimônio imaterial.
1.2. Fantoches. I. Título. II. Universidade Estadual de
Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:314(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

PROMEP
Mestrado Profissional
em Estudos Culturais
Memória e Patrimônio

Câmpus
Cora Coralina



Universidade
Estadual de Goiás

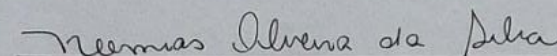


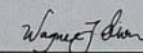
ESTADO
DE GOIÁS

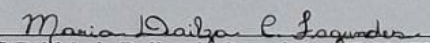
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 13/2022

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois às nove horas, realizou-se a sessão pública de Defesa do Relatório Técnico intitulado "O USO DE FANTOCHES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONFECCIONANDO MEMÓRIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS" e do produto: "O USO DE FANTOCHES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONFECCIONANDO MEMÓRIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS" da mestranda **ELISÂNGELA DA SILVA BELTRÃO CAMARGO**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Neemias Oliveira da Silva – Presidente - (PROMEP/UEG), Wagner Jacinto de Oliveira (IFG), Maria Dailza da Conceição (PROMEP/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestranda e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Dr. Neemias Oliveira da Silva, proclamou que o Relatório Técnico e o produto encontram-se **aprovados (X)** ou **não aprovados ()** com as seguintes exigências : realização das correções apontadas pela banca.

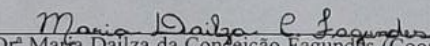

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP - UEG)


Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira (IFG)


Profª Drª Maria Dailza da Conceição (PROMEP - UEG)

Cumpridas as formalidades de pauta, às 11:30 hrs a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Goiás-GO, 11/10/2022.


Profª Drª Maria Dailza da Conceição Fagundes (Coordenadora)

*“A educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.*
Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Estou muito feliz em ter a oportunidade de finalizar um curso de mestrado profissional. Um grande sonho que se realiza. Gostaria que muitos dos meus colegas professores pudessem ter essa oportunidade.

Primeiramente quero agradecer a Deus, que esteve presente em minha vida cuidando de mim e me amparando nos momentos mais difíceis da minha vida. Esse mestrado foi um dos momentos em que passei por várias provações, mas com a certeza de que Deus estava sempre presente

Só queria dar um exemplo de um fato muito marcante no decorrer desse processo em que Deus me amparou. No início de 2020, quando iniciava o curso de mestrado, estávamos em aulas remotas, minha filha teve COVID-19, a quarta pessoa contaminada na cidade de Goiás; não tinha vacinas e muitas pessoas estavam morrendo pelo Brasil, não sabia qual atitude tomar, minha cabeça estava a mil.

Fui assolada por um desespero muito grande. Naquele momento tive que cuidar da minha filha e, ao mesmo tempo, participar das aulas, ler vários livros, apresentar os trabalhos acadêmicos. Então, em desespero total, elevei meus olhos a Deus e disse: “Senhor cuida de tudo, preciso da sua ajuda!”.

A partir do referido momento concentrei no meu curso, não isolei a minha filha, cuidei dela, beijava, abraçava porque ela estava muito perturbada, carente e sofrendo discriminação nas redes sociais. Eu tinha certeza que Deus estava presente. A providência foi tão grande que não fomos contaminados e logo ela foi curada pelo ser SUPREMO.

Esta foi uma das providências de Deus na minha vida, outras foi encontrar pessoas que me ajudaram muito nesse processo: minha família, minha mamãe, que sempre estava em oração por mim. Agradeço ainda ao meu esposo, Marco Antônio, meus filhos Lucas e Marina, minhas irmãs Edinária das Graças Beltrão (artista plástica) e Elsimar Beltrão da Silva.

Agradeço às minhas amigas Rosymeire de Moura Brandão e Kênia Aparecida de Moraes grandes influenciadoras que estiveram presentes nesse percurso me apoiando.

Tenho muito a agradecer às minhas colegas, que se tornaram amigas, Maysa Antunes e Edinéa de Oliveira Ângelo, pessoas especiais, sempre dando aquele amparo.

Aos outros amigos que conquistei no decorrer do curso, minha imensa gratidão pelo apoio e animação: Thiago de Oliveira Ferreira, Vitor Fernandes, Laylla Lopes, Jaqueline Camargo, Jaqueline Moraes, Demisley Girão. Todos de mãos dadas, com acolhimento mútuo, compartilhando conhecimento por meio de grupo de WhatsApp.

Tenho uma imensa gratidão por meu orientador, Neemias da Silva Oliveira, que se fez sempre presente, orientando, dando suporte psicológico, acreditando em mim e me incentivando. Peço desculpas pelas perturbações nos finais de semana e feriados.

Quero ressaltar que os alunos precisam de pessoas como o Neemias que dar suporte psicológico para seus alunos, muito atencioso, educado, humilde, paciente e, sobretudo, competente. Sem esse professor eu não teria sido aprovada no mestrado, muito menos teria concluído essa etapa, que não foi fácil.

Agradeço muito a professora Maria Dailza da Conceição, que me amparou e orientou para que eu obtivesse o sucesso esperado e atingisse meu objetivo de proporcionar uma ação educacional de qualidade incentivando a valorização do patrimônio imaterial para os alunos da Escola Geração Santa.

Não poderia deixar de dedicar um agradecimento mais que especial à direção da Escola Geração Santa, em nome das professoras que me acolheram, aceitaram que eu desenvolvesse a minha pesquisa e ação educacional com seus alunos. Em especial agradeço a diretora Maria Geralda A. de Oliveira e dedico muito afeto a todas as professoras que contribuíram muito no desenvolvimento deste trabalho, em particular à querida professora Fabrícia, que se dedicou a me auxiliar nas fotografias lindas que contribuíram com a pesquisa prática.

Agradeço muito ao Lázaro Ribeiro, cineasta e amigo do coração que organizou o meu documentário, sendo um produto da conclusão deste curso.

Ao Túlio Fernando de Oliveira também dedico um agradecimento especial pelo carinho e orientação.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira (IFG), examinador (Membro Externo) que contribuiu muito com a minha pesquisa.

RESUMO

A seguinte pesquisa contempla um estudo realizado sobre o patrimônio material e imaterial das tradições culturais da Cidade de Goiás ao abordar os saberes e fazeres sobre a confecção de fantoches de três mulheres de referência cultural para a referida cidade: Cora Coralina, Leodegária de Jesus e Maria grampinho. Os fantoches foram utilizados como ferramenta pedagógica de ensino aprendizagem lúdica enquanto apoio pedagógico nas ações de Educação Patrimonial desenvolvidas com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental na Escola Geração Santa da Cidade de Goiás. Durante a pesquisa foram realizadas análises do Projeto Político Pedagógico da referida Unidade Escolar verificando-se que este não contemplava ações de Educação Patrimonial, bem como rodas de conversas com as professoras, e uma encenação teatral com fantoches que narraram a história da fundação da Cidade de Goiás, narrada pelos já citados fantoches. Também se realizaram rodas de conversas com os alunos sobre o tema do patrimônio, patrimônio cultural material, imaterial, memória e educação patrimonial, e por fim, sobre as três mulheres de referências citadas acima envolvendo os seguintes questionamentos: O que é patrimônio para você? Quais as pessoas de referência para a sua vida? Quais alimentos você e sua família gostam de consumir? Ocorreu também uma última ação de Educação patrimonial, feita como oficina de confecção de fantoches ministrada pela artesã Marcelene Camargo. Neste momento os alunos participaram ativamente, construindo fantoches que representassem pessoas de referência para suas vidas. Os fantoches caracterizados como as mulheres de referências foram doados para a Unidade de Ensino sendo um primeiro produto educacional elaborado por esta pesquisa. O segundo produto foi um documentário em forma de vídeo contemplando toda pesquisa, formulado com entrevistas das professoras, pessoas da comunidade que relataram sobre a importância de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, além de uma entrevista com artesã Marcelene Camargo sobre o processo de confeccionar fantoches e durante a oficina realizada com os alunos do quinto ano. Como referencial teórico utilizamos de autores (as) que discorrem sobre o conceito de Patrimônio, Educação Patrimonial e memória, como Tolentino (2016), Pelegrini (2009), Florêncio (2015), Brandão (1996), Freire (2011), Chuva (2012), Agier (2001) entre outros. Assim, este estudo se justifica na medida em que não se tem muitos estudos sobre Educação Patrimonial voltados para o público da primeira fase do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: educação patrimonial; confecção de fantoches; patrimônio imaterial.

ABSTRACT

The following research comprises a study about tangible and intangible heritage of cultural traditions of the City of Goiás by approaching the knowledge and the practices of manufacturing puppets of three women who are references for the culture of that city: Cora Coralina, Leodegária de Jesus and Maria Grampinho. The puppets were used as an amusing teaching tool supporting pedagogical undertakings for heritage education developed with a group of fifth-graders of Ensino Fundamental (Elementary School) at the Escola Geração Santa, in the City of Goiás. Analyses of the political-pedagogical project of the school have been carried out during the research, from which we have verified that the latter did not comprise any program on heritage education. There have been teachers' discussion groups and a puppet performance about the story of the City of Goiás's foundation, in which the puppets of those three women were used as narrators. Furthermore, students and teachers have discussed about heritage, intangible and tangible heritage, memory and heritage education, and finally, about those three prominent women, considering the following questions: What is heritage for you? Who are your references in life? What dishes do you and your family like to eat? As a last heritage education action, a puppet-manufacturing workshop was held by craftswoman Marcelene Camargo. It was a moment when students participated actively, making puppets of people whom they consider a reference for their life. The puppets of the outstanding women were donated to that school as the first educational product designed by this research. The second product was a video documentary about the whole research, consisting in interviews with teachers, with people from the community who spoke about the importance of Cora Coralina, Maria Grampinho and Leodegária de Jesus, as well as an interview with craftswoman Marcelene Camargo, about the process of making puppets, and with the fifth-graders. As for theoretical reference, we have used the work of authors who write about the concepts of heritage, heritage education and memory, such as Tolentino (2016), Pelegrini (2009), Florêncio (2015), Brandão (1996), Freire (2011), Chuva (2012), Agier (2001) among others. Thus, this paper's justification lies on the fact that there aren't many studies about heritage education designed for the first phase of Ensino Fundamental.

Keywords: heritage education. Puppet manufacturing. Intangible heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGL	Academia Goiana de Letras
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FICA	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MUBAM	Museu das Bandeiras
ONU	Organização das Nações Unidas
OVAT	Organização Vilaboense de Artes e Tradições
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROMEP	Programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UBE	União Brasileira dos Escritores
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2.1 APRESENTAÇÃO DO BEM CULTURAL SELECIONADO NA PESQUISA.....	17
2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	29
2.5 PRESERVAÇÃO CULTURAL.....	39
2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
 3 OS SABERES E FAZERES NA CONFECÇÃO DE FANTOCHES: MULHERES DE REFERÊNCIA CULTURAL EM GOIÁS.....	 54
3.1 APRESENTAÇÃO DO BEM CULTURAL PESQUISADO.....	54
3.1.1 Cora Coralina.....	54
3.1.2 Leodegária Brazília de Jesus.....	60
3.1.3 Maria Grampinho.....	69
3.2 SABERES E MODO DE FAZER FANTOCHES.....	72
3.3 DADOS SOBRE A ESCOLA GERAÇÃO SANTA.....	78
3.3.1 Projeto político pedagógico da Escola Geração Santa.....	83
3.4 OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA.....	96
3.4.1 Ação de educação patrimonial: oficina de confecção de fantoches.....	97
 4 PROPOSTA DE PRODUTO.....	 118
4.1 APRESENTAÇÃO DO FORMATO DEFINIDO PARA O PRODUTO.....	119
4.2 PÚBLICO ALVO.....	120
4.3 O IMPACTO ESPERADO NA COMUNIDADE ESCOLAR.....	121
 5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	 122
5.1 MANUAL DE USO DO PRODUTO.....	122
5.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR.....	123
5.3 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE.....	124
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 125
 REFERÊNCIAS.....	 130

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui se apresenta foi realizada como parte do mestrado profissional em Estudos Culturais Memória e Patrimônio (PROMEP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina, e teve por finalidade efetuar uma ação de educação patrimonial com alunos do quinto ano da Escola Geração Santa, situada na Cidade de Goiás, com propostas de ensino aprendizagem sobre patrimônio imaterial ligado à história de pessoas de referência histórica social em Goiás e sobre saberes e fazeres do modo de fazer fantoches.

Sabendo da real necessidade de se realizar ações de educação patrimonial no Ensino Fundamental, propôs-se realizar uma pesquisa contemplando as referidas ações em parceria com a Escola Geração Santa. Para tanto, foram verificados o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a matriz curricular da escola, constatando-se que não havia registros de tais ações nos documentos. Em seguida, organizou-se uma roda de conversas com a equipe escolar e foram realizadas várias ações de educação patrimonial ligadas aos saberes e fazeres do patrimônio imaterial e de três mulheres de referência para a cidade de Goiás: Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus.

Para tal ação foram desenvolvidos dois produtos como apoio pedagógico: fantoches com as características físicas de Cora Coralina, de Leodegária de Jesus e de Maria Grampinho e um documentário (curta-metragem) que exhibe uma narrativa do trabalho desenvolvido na Escola Geração Santa. O documentário traz entrevistas com a equipe escolar, ações de educação patrimonial ligadas ao patrimônio imaterial, entrevistas com pessoas da comunidade contando a história de vida das três mulheres ora citadas e, por fim, a arte de confeccionar os fantoches.

Durante a pesquisa, iniciada em março de 2021, foi observada a ausência de ações de educação patrimonial naquele ambiente escolar. Assim sendo, propôs-se a ação para que os alunos da primeira fase tivessem a oportunidade de conhecer um pouco das riquezas culturais que envolvem a comunidade da Cidade de Goiás, ligando, assim, suas vidas escolares à sua historicidade.

A Cidade de Goiás, vista como profundidade histórica e turística – eleita Patrimônio da Humanidade, em fevereiro de 2001, passando a ser um patrimônio mundial – pode e deve ser vista como fonte de pesquisa e de conhecimentos para os discentes desde os anos educacionais iniciais de uma maneira mais efetiva. E, neste sentido, percebeu-se a necessidade da realização de ações pedagógicas em que os alunos possam conhecer sobre a sua cultura. Como disse Marlene Vellasco, diretora do Museu Casa de Cora Coralina durante

uma entrevista conduzida no próprio museu, em 21 de agosto de 2021: “[...] estamos indo embora e esses jovens que serão os futuros cuidadores desse patrimônio, eles que darão continuidade a preservação do nosso patrimônio”.

As preocupações expressas na fala citada se refletem na necessidade de as escolas da Cidade de Goiás realizarem ações de educação para que os alunos conheçam os espaços patrimoniais e as tradições culturais locais. Marlene Vellasco ainda completa argumentando: “[...] se as professoras não levarem os jovens para conhecerem os espaços patrimoniais, saber sobre a história da cidade e de conhecer sobre a vida das pessoas que foram importantes para a cidade, como a exemplo de Cora Coralina, não irão dar valor”.

Emerge daí a importância das ações de educação patrimonial para que os estudantes conheçam a sua história, os monumentos patrimoniais, as habilidades que envolvem a sua comunidade, os saberes e fazeres que integram parte da cultura local, como o ato de confeccionar fantoches, bem como as danças, os festejos, a culinária e outras representações culturais típicas. Assim sendo, as ações educativas devem ser trabalhadas como um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio de processo educativo.

Enquanto norte teórico, pesquisa propôs-se, nesta pesquisa propôs-se os seguintes questionamentos: quais são as pessoas de referências na história da cidade de Goiás? Quais são os procedimentos para confeccionar fantoches, enquanto patrimônio imaterial, ligado aos saberes e fazeres da comunidade? Note-se que diante destas duas proposições principais existe uma terceira que provoca ressonância também em outras especificidades relativas à pesquisa, tal questão está relacionada às diferentes formas com que o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, concedido pela Unesco à Cidade de Goiás, em 2001, reverbera na vida dos/as moradores/as locais.

Por conseguinte, enquanto objetivos específicos que visam complementar os objetivos principais foram realizadas rodas de conversas com os professores da instituição objeto da pesquisa sobre a importância de ações sobre educação patrimonial. Também buscou-se estabelecer uma relação dialógica com os alunos sobre as pessoas de referência para eles, os lugares que acham interessantes na Cidade de Goiás e os alimentos que mais gostam da culinária goiana. Ademais, efetuou-se uma oficina com os produtos educacionais, momento em que se buscou trabalhar o conceito de patrimônio imaterial englobando três mulheres de referência na historiografia local. Nesta etapa foi produzido um breve documentário em forma de vídeo, onde a arte de confeccionar os fantoches foi colocada em evidência, demonstrando a

importância dos saberes-fazer ligados a esta tradição local e visando, sobretudo, robustecer o sentimento de pertencimento e valorização cultural.

Figurando na linha de pesquisa Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio do PROMEP, as bases teóricas deste trabalho permitiram um debate mais adensado com autores e autoras que discutem os conceitos de patrimônio cultural, educação patrimonial, memória e identidade. Estes conceitos, direta ou indiretamente, refletem no processo de concessão do reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico Mundial da Humanidade e remetem para a questão de personagens que são referência para a cidade e outros assuntos de relevância para esta pesquisa.

Para atender ao proposto, este estudo está fundamentado nos seguintes teóricos: Agier (2001), Brandão (1996), Britto e Seda (2009), Chuva (2012), Delgado (2005) Faria (2010), Florêncio (2012, 2014, 2015), Fonseca (2001), Freire (2011), Gonçalves (1988), Magalhães (1997), Moll (2009), Nora (1993), Oliveira (2011), Pelegrini (2009), Pollak (1992), Tamasso (2007), Tolentino (2016) e outros, envolvendo pesquisas que estão citadas no decorrer do presente relatório.

A partir da metodologia utilizada, preocupou-se em realizar um trabalho através de visitas, entrevistas, pesquisas em sites, análise do PPP da Escola Geração Santa. De modo que foi possível conhecer a equipe escolar e as ações pedagógicas realizadas pelas professoras durante as aulas, bem como realizar diálogos com os docentes sobre a importância em realizar ações de educação patrimonial que não estão contempladas no PPP. Para finalizar, propôs-se uma ação pedagógica com alunos do 5º ano, utilizando de aulas expositivas e dialogadas, com o uso de recursos tecnológicos e de materiais para a confecção dos fantoches durante a aula prática.

O relatório técnico em questão está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Sendo a primeira intitulada ‘O bem cultural pesquisado e discussão teórica metodológica’, de modo que esta parte está fundamentada na apresentação do bem cultural da pesquisa, a história da fundação da Cidade de Goiás onde o bem cultural está localizado, o processo de tombamento de prédios (patrimônio material) a partir do Decreto de 1937 (registrado no livro de tombo). Tal tópico discorre ainda sobre a lei de proteção do patrimônio imaterial na Constituição de 1988 e do Decreto de 2000 sobre o registro do patrimônio imaterial (livros dos registros).

Também se dialoga com o fato de a Cidade de Goiás ter sido contemplada com o título de Patrimônio Mundial da Humanidade em 2001, bem como listar quais tipos de patrimônio

foram contemplados e quais foram excluídos. Neste ínterim, tal discussão perpassa direta ou indiretamente pelos impactos desse referido título na vida dos moradores.

Enquanto proposta educacional denota-se que é preciso compreender a necessidade em realizar a pesquisa na fase inicial do ensino fundamental, abordando o estudo sobre patrimônio imaterial e autores que apresentam a concepção de educação patrimonial, como Tolentino (2016) e Florêncio (2015), em diálogo com a proposta em ação.

Sobre conceitos e conhecimentos acerca do tema do patrimônio cultural, relacionando com o bem selecionado para a pesquisa, a análise se desenha a partir da visão dos autores como Chuva (2012), Fonseca (2001) e Gonçalves (1988), relacionando seus escritos com o bem selecionado da pesquisa envolvendo patrimônio imaterial, as pessoas de referência para a Cidade de Goiás e os saberes ligados ao modo de fazer fantoches.

Além dos fatos elencados, buscou-se compreender sobre os conceitos de memória na percepção de autores como Nora (1993), Pollak (1992) e Halbwachs (1990). Mais uma vez, relacionando o pensamento destes com o bem cultural selecionado para a pesquisa, visando apresentar procedimentos metodológicos, analisando fontes, pesquisa de campo e a proposta da ação pedagógica na escola, que se refere a uma oficina de arte em confeccionar fantoches.

Na segunda seção, ‘Os saberes e fazeres na confecção dos fantoches: mulheres de referência cultural em Goiás’, busca-se fazer uma apresentação e uma análise do bem cultural selecionado, definindo as três mulheres de referência elencadas, apresentando cada uma a partir de documentos, fotos, entrevistas e trabalhos acadêmicos. Também se busca empreender uma definição de saberes a partir da obra do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denominada Educação patrimonial: inventários participativos, elaborada em 2006. Neste tópico apresenta-se uma entrevista com a artesã que confeccionou os fantoches para desenvolvimento da ação, bem como se demonstra, imagética e textualmente, a apresentação dos fantoches feita na escola e as pesquisas e ações desenvolvidas por ela. Também se apresenta uma análise do PPP, as entrevistas com as professoras sobre ações de educação patrimonial e questões ligadas à educação patrimonial em anos iniciais da educação.

A terceira seção contempla a proposta de produto, momento em que se faz uma apresentação do formato definido do primeiro produto (os três fantoches com as características das mulheres de referências da cidade de Goiás que são Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus) que foi doado para Unidade de Ensino como apoio pedagógico sendo utilizadas em encenação teatral e narração de histórias.

O segundo produto é um documentário que aborda todos os passos da pesquisa, envolvendo entrevistas com as professoras da Escola Geração Santa; com pessoas da comunidade que relataram sobre a importância de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus; e com a artesã Marcelene Camargo relatando sobre o processo de confeccionar fantoches, da importância de participar da pesquisa e as ações de educação patrimonial, em especial a confecção dos fantoches ocorrida na Escola Geração Santa com os alunos do quinto ano. Destaca-se que, neste ínterim, também são abordadas características sobre o público alvo: os alunos e professores e toda equipe educacional da escola ora mencionada.

Por fim, na quarta seção, denominada ‘Proposta de aplicação do produto’, apresenta-se os procedimentos utilizados na aplicação ou utilização do produto, que são os três fantoches e o documentário, sendo que ambos foram doados à escola para servir de apoio pedagógico durante as ações de educação patrimonial.

2 O BEM CULTURAL PESQUISADO: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A ação desenvolvida contemplada nesta pesquisa foi a realização de uma oficina de educação patrimonial na Escola Geração Santa, com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, envolvendo as habilidades de confeccionar fantoches de mulheres relacionadas ao patrimônio imaterial da Cidade de Goiás ou que fazem parte da história de vida dos alunos.

Para conduzir a oficina foram trabalhados vários conceitos sobre patrimônio cultural, educação patrimonial e as orientações de como confeccionar fantoches. Além disso, foram apresentados alguns modelos de fantoches com as características físicas de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, mulheres que se destacaram e que fazem parte da história da Cidade de Goiás. As Figuras 1, 2 e 3 trazem as imagens das mulheres de referências ora aqui citadas e retratadas nos fantoches.

Cora Coralina (FIGURA 1) foi doceira e famosa poetisa, moradora da Cidade de Goiás, conhecida mundialmente pelas suas poesias e livros publicados. Uma mulher muito importante para a cidade, sendo que Cora contribuiu fortemente para que Goiás seja conhecida mundialmente. Seus feitos na literatura tiveram grande relevância para que a cidade recebesse o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

FIGURA 1 - Cora Coralina



Fonte: Disponível em: <https://www.museucoracoralina.com.br/site/virtual-tour/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

A segunda mulher é Leodegária Brazília de Jesus (FIGURA 2), escritora negra, descendente direta de africanos que viveu na Cidade de Goiás. Juntamente com Cora Coralina, fundou um jornal, na sua juventude, para publicação de seus poemas; foi professora e defensora do direito das mulheres de participar da política.

FIGURA 2 - Leodegária de Jesus



Fonte: Disponível em: <https://www.museucoracoralina.com.br/site/virtual-tour/> . Acesso em: 20 ago. 2022.

E a terceira referenciada é Maria Grampinho (FIGURA 3), uma mulher simples, também afrodescendente e moradora da Cidade de Goiás. Andarilha, vivia de doações e dormia no porão de Cora Coralina. Recebeu este apelido porque usava grampos no cabelo, confeccionava a própria roupa e gostava de pregar botões coloridos nela. Maria Grampinho sempre andava com uma trouxa de roupa na cabeça, imagem que ficou historicamente consolidada em suas representações.

FIGURA 3 - Maria Grampinho em foto tirada em janeiro de 1980



Fonte: João Bisneto (1980).

Essas três referidas mulheres fazem parte da história da Cidade de Goiás, são consagradas como personagens de referência sociocultural local por terem contribuído com a história da cidade, integrando, assim, o patrimônio e a memória local. Emerge daí a importância da pesquisa, cuja finalidade era realizar um estudo do patrimônio cultural imaterial e das referidas mulheres que contribuíram com esse patrimônio, sendo pertencentes e contribuintes com a cultura local.

Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, mulheres de referência caracterizadas em fantoches, foram utilizadas como apoio pedagógico em narrativas, peças teatrais envolvendo as ações de educação patrimonial, tornando as aulas mais atrativas, lúdicas e, sobretudo, buscando estabelecer uma aproximação mais dialógica com os alunos e sua comunidade/ história e memória.

2.1 APRESENTAÇÃO DO BEM CULTURAL SELECIONADO NA PESQUISA

O bem cultural selecionado são os modos de confeccionar os fantoches. Trata-se de ações realizadas de forma artesanal, utilizando tecidos, linhas, cordão, lã, tintas e outros acessórios necessários para melhor caracterizar os bonecos. Tal ofício está ligado às tradições culturais dos saberes e fazeres, colocando em prática habilidades artísticas que estão presentes em pessoas da comunidade vilaboense. Por meio da oralidade e da prática cotidiana do trabalho, a transmissão de conhecimentos sobre a confecção de fantoches se cristaliza na atualidade, o que produz, diretamente, um efeito sobre o tema do patrimônio e da educação patrimonial. A fim de remontar a questão do pertencimento identitário à cultura local em conexão com o bem ora pesquisado, faz-se necessário apresentar (ainda que resumidamente) a história da Cidade de Goiás.

2.2 TRAJETO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS

A CIDADE DE GOIÁS, CONSIDERADA A PRIMEIRA CAPITAL DO ESTADO apresenta um sítio histórico do período da expansão colonial, no século XVIII, resultado da exploração do ouro. Foi ocupada e colonizada nos séculos XVIII e XIX; a história da sua fundação teve origem com a chegada dos bandeirantes que partiram de São Paulo com objetivo de explorar as terras localizadas no interior do Brasil. Por meio desta ocupação tiveram-se os primeiros povoados, com cerca de 500 vilas e arraiais goianos, dentre os quais a Cidade de Goiás se insere.

É importante ressaltar que a Cidade de Goiás foi reconhecida pelo seu importante papel na história do Estado. Após mais de uma década de mineração e de povoamento na cidade, surgiu à necessidade de melhorar a estrutura para a população local. De forma que foram abertas trilhas e estradas, desmatando e limpando boa parte da região. O sucesso da mineração e da exploração se deu no período compreendido entre 1737 e 1753; nesta época muitas pessoas foram atraídas para a localidade, o que resultou no aumento da população portuguesa e da necessidade de infraestrutura adequada.

Segundo Palacin e Moraes (1994), em 1744 a comarca de Goiás foi emancipada de São Paulo. Assim, Vila Boa – nome inicial da cidade – foi elevada a Capitania Geral e o sucesso decorrente da exploração do ouro foi tamanho que a população aumentou exponencialmente, fazendo com que o Império Português a reconhecesse como cidade, tornando-se, então, uma das mais ricas do Brasil pela exploração do ouro.

Com a vinda dos portugueses para Vila Boa, surgiu a necessidade de melhoria da infraestrutura, envolvendo repartições públicas e residências. Iniciou-se o processo de construções de prédios, igrejas e residências para melhor atender à necessidade da referida população. No entanto, com o declínio da exploração aurífera, foi necessário encontrar outra atividade econômica, de forma que a agropecuária se tornou a alternativa mais viável nessa busca, vez que haviam muitas terras desocupadas, o que propiciou o advento de novo período econômico na região. Tal fato sucedeu não apenas em Goiás, mas também em outros Estados (op cit, 1994).

Outro fator que merece destaque é a transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, em 23 de março de 1937, ato que causou muito descontentamento na população vilaboense. Em decorrência deste fato, grande parte dos recursos econômicos deixou de circular na região, enfraquecendo a economia local, que já se encontrava fragilizada desde a decadência da atividade mineradora. Diante da história levantada pela população vilaboense, há que se voltar o olhar para a importância de preservação, especialmente no tocante à questão do tombamento dos prédios históricos do centro da Cidade de Goiás.

2.3 SABERES POPULARES E OS (DES)CAMINHOS DO TOMBAMENTO DA CIDADE DE GOIÁS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O processo de tombamento iniciou com o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O

decreto-lei foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas e define que os bens patrimoniais no Brasil devem ser amparados por leis de proteção e conservação.

O artigo 4º deste decreto esclarece que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico possui quatro tipos de livros inscritos às obras a que se referem. Assim, o livro do tombamento histórico se refere ao tombamento de coisas de interesse histórico e às obras de arte históricas. O artigo 5º determina que o tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos municípios seja organizado por meio de ofício, com autorização do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo notificado às entidades a quem pertence.

Quando se iniciou o processo de tombamento da Cidade de Goiás, já vigorava no Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma autarquia federal fundada em 13 de janeiro de 1937 com a finalidade de preservação dos conjuntos de sítios urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artístico, arqueológico e outros. Ao se referir à proteção de bens patrimoniais, “[...] trata-se de preservar o patrimônio cultural tanto de natureza material quanto de natureza imaterial” (IPHAN, 2012, p. 18). E, ainda,

[...] dentro do Iphan, o Departamento do Patrimônio Imaterial, como já diz seu próprio nome, cuida da preservação de bens culturais de natureza imaterial. Na preservação deste tipo de bem cultural importa cuidar dos processos e práticas, importa valorizar os saberes e os conhecimentos das pessoas. São ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade. (IPHAN, 2012, p. 18).

No que refere ao IPHAN como órgão de proteção de bens culturais, há um departamento responsável por preservar os bens de natureza imaterial. Ou seja, os saberes ligados às práticas das pessoas, que são ofícios individuais ou habilidades desenvolvidas pelo indivíduo, como: a maneira de fazer artesanato, pescar, dançar, plantar, cultivar e colher, sejam plantas ou alimentos, construir moradias, rituais religiosos e populares e outros inseridos nas comunidades.

A arte de confeccionar fantoches, mencionada nesta pesquisa, está ligada às habilidades de saberes e fazeres do patrimônio imaterial. Trata-se de um trabalho manual e artesanal no qual a artesã utiliza de suas habilidades com uso de tecidos, tesouras, agulhas e linhas, dá formas aos bonecos e, ao mesmo tempo, preocupa-se com as características físicas das personagens que deseja representar. Ao se referir ao patrimônio imaterial, Pelegrini (2009) faz a seguinte reflexão sobre a lei de preservação:

A partir da constituição da República Federativa implantada em 1988, ficou estabelecido que ao poder público, colaboração com a comunidade, cabia promover e defender o patrimônio cultural brasileiro. Os artigos 215 e 216 prescreviam que esse patrimônio constituía os bens materiais e imateriais que se referiam à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Essa interpretação do patrimônio no Brasil, sem dúvida, impulsionou a criação de um novo instrumento de preservação no país; o livro de registros de Bens de natureza imaterial, implementado pelo decreto nº 3.551/2000. Essa ampliação das frentes de tombamento do patrimônio histórico nacional, manifesta no registro de “bens imateriais notáveis”, tornou imprecisa a criação de outras de acautelamento: Livro de registro de dos saberes; Livro das formas de expressão; Livro das celebrações; Livro dos lugares. (PELEGRINI, 2009, p. 29).

Pelegrini (2009) relata que com a Constituição de 1988 teve início o processo de preservação do patrimônio imaterial, momento em que caberia tanto o poder público quanto à comunidade promover e defender o patrimônio cultural brasileiro. Nos artigos 215 e 216 da Constituição está prescrito que se trata de preservação de bens materiais e imateriais, referindo à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade. Com isso, foi possível “[...] a criação de outros meios de preservação envolvendo o patrimônio imaterial, o livro de registros de Bens de natureza imaterial, implementado pelo Decreto nº 3.551/2000” (PELEGRINI, 2009, p. 29). Ao falar sobre o fato de que o IPHAN é quem aplica a lei de proteção do patrimônio imaterial, é importante destacar:

Com o objetivo de criar instrumentos adequados ao reconhecimento e a preservação de bens culturais imateriais, que são de natureza processual e dinâmica, tais com as “formas de expressão”, e os modos de criar, fazer e viver”. Citados no Art. 216 da Constituição Federal de 1988, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição de Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Nesse mesmo ano, o Iphan também consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais. (IPHAN, 2012, p. 19).

Conforme citado, tem como objetivo a proteção do patrimônio imaterial ligado à forma de expressão e aos modos de criar, fazer e viver de uma comunidade. O órgão coordenou estudo propiciando a edição do Decreto n. 3.551, de agosto de 2000, que resultou no Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Naquele mesmo ano foi fundado também o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Pelegrini e Funari (2008) fazem a seguinte reflexão acerca de patrimônio imaterial:

[...] o patrimônio imaterial transmitido de geração a geração é conceituado a partir da perspectiva da alteridade. Ele é considerado alvo de constantes “recriações” decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história

dessas populações – aspectos fundamentais para o enraizamento ou o sentido de pertença que favorece “o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 46-47).

Assim como acontece com a comunidade da Cidade de Goiás, as habilidades da arte ligada aos saberes e fazeres são ofícios que foram passados de geração a geração, neste ínterim se tem grupos que também se destacam, como os negros, indígenas e africanos.

Todas as habilidades ligadas ao patrimônio imaterial, com a habilidade de fazer fantoches manualmente e outras, estão sujeitas a transformações decorrentes das mudanças ocorridas nas comunidades, influenciadas pelo espaço social, pelo meio ambiente, pelas interações com a natureza e com a própria história envolvente das populações. É essencialmente importante que haja respeito às diversidades culturais e à valorização da criatividade individual.

É relevante mencionar alguns fatos importantes ocorridos na Cidade de Goiás – lugar em que o bem cultural se encontra – em relação ao tombamento dos bens patrimoniais. O processo de tombamento dos monumentos em seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico ocorreu em 1978, sendo mantidos em conservação – como muitos prédios do período barroco, localizados no centro histórico da cidade de Goiás, fator que oportunizou, à cidade, o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Em 2001 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) referendou, por unanimidade, a indicação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para que o centro histórico de Goiás recebesse o título de Patrimônio da Humanidade. Esse evento coroou uma mobilização iniciada em 1998, coordenada pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade, que reuniu entidades da cidade de Goiás, o IPHAN e os governos municipal e estadual, gerando uma série de benefícios para a cidade – como movimentação turística e demanda de recursos, dando a possibilidade de intervenções que reorganizaram o centro histórico do município e proporcionando uma efetiva atividade turística.

As imagens que seguem (FIGURAS 4 a 6) são a representação de alguns prédios tombados pelo IPHAN de grande importância para a Cidade de Goiás, pois preservam arquivos ligados à ancestralidade. Ou seja, de populações que viveram na Cidade de Goiás anteriormente, como os indígenas, os negros e os portugueses, oportunizando diversidade cultural envolvendo os saberes e fazeres da comunidade. O Museu das Bandeiras (FIGURA 4), localizado no centro histórico da Cidade de Goiás, por exemplo, é um prédio de estilo

colonial, um dos monumentos históricos mais importantes da cidade, construído em 1766 e que funcionou como casa de câmara e cadeia.

Figura 4 - Museu das Bandeiras na cidade de Goiás



Ilustração: Edinária Beltrão (2021).

Em 1949 foi convertido em museu, sendo aberto ao público somente em 1954. No referido prédio está preservada uma variedade de arquivos ligados à ancestralidade, ou seja, objetos que pertenciam aos indígenas, aos negros e aos portugueses que fundaram a cidade. Atualmente faz parte do Plano Museológico Museu das Bandeiras/ Instituto Brasileiro de Museus (MUBAN/IBRAM) e tem por finalidade incentivar a pesquisa, preservar o espaço e promover a inclusão social, a valorização racial e de gênero.

O Museu de Arte Sacra da Boa Morte (FIGURA 5), antiga Igreja da Boa Morte, é um prédio com estilo arquitetônico colonial barroco localizado no centro histórico da cidade de Goiás. Atualmente preserva vários objetos de origem portuguesa – como pratarias, mobiliários, porcelanas, coroas, cálices –, além das obras sacras de vários artistas, inclusive do escultor Veiga Valle, um santeiro de grande expressão ao se falar em Goiás.

Figura 5 - Museu de Arte Sacra da Boa Morte na cidade de Goiás

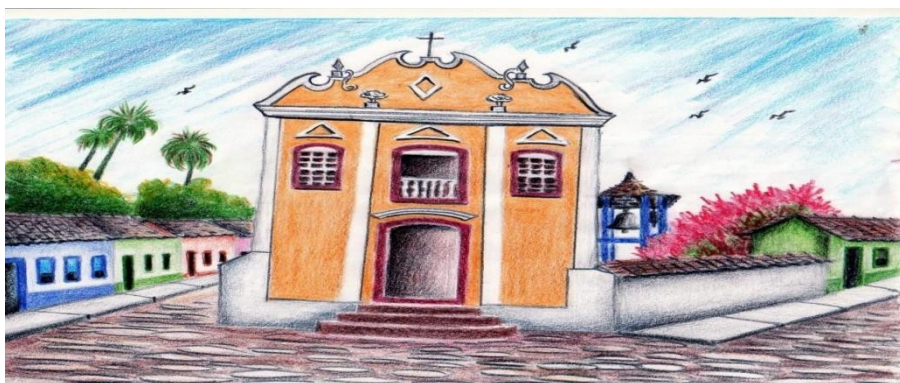


Ilustração: Edinária Beltrão (2021).

O Museu Palácio Condes dos Arcos (FIGURA 6), fundado em 1748, foi construído para residência do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, conhecido como Condes dos Arcos. Muitos governadores residiram no local até a data da transferência da capital para Goiânia, em 1937. Atualmente é um museu e seus arquivos incluem documentos, móveis, fotografia da cidade e de governantes, bem como utensílios domésticos, dentre outros objetos. O espaço, no momento, encontra-se sob a responsabilidade do município e é aberto aos visitantes. É constantemente usado pela comunidade para promover palestras, apresentações diversas, incluindo peças teatrais e exposições.

Figura 6 - Museu Palácio Conde dos Arcos na cidade de Goiás

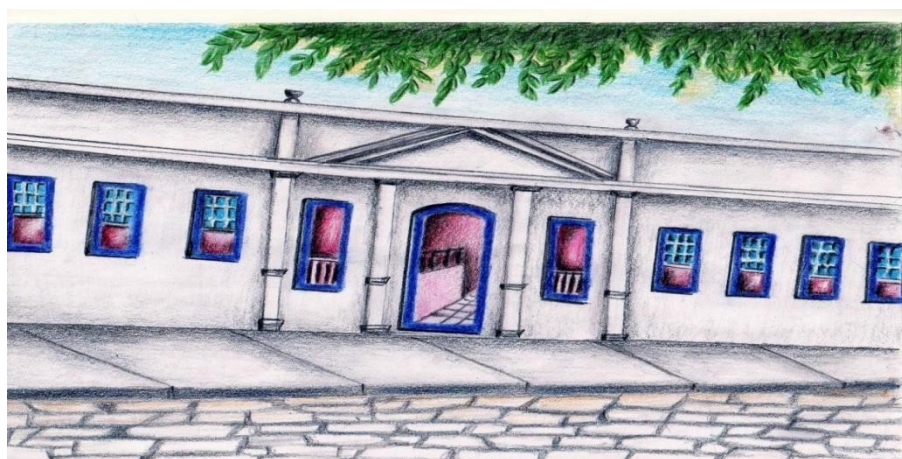
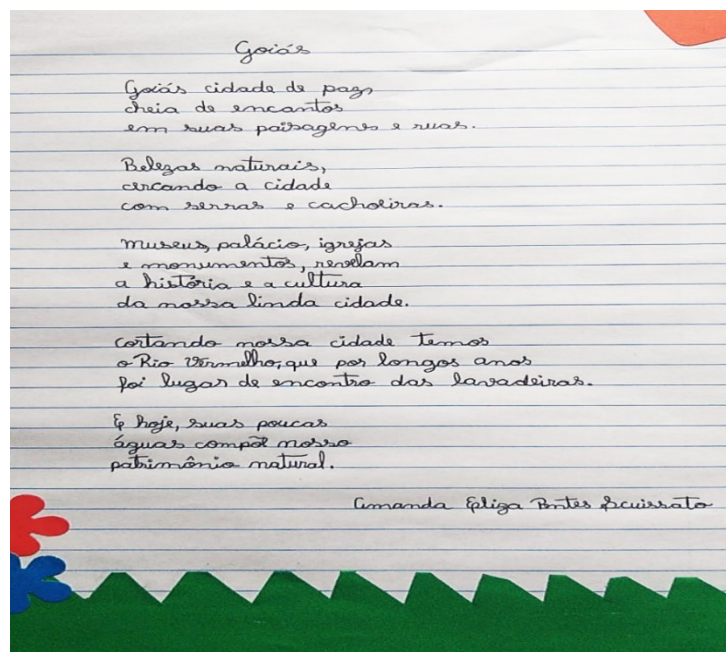


Ilustração: Edinária Beltrão (2021).

Conhecer e valorizar os monumentos históricos e todos os bens patrimoniais envolvendo tanto o patrimônio cultural material quanto imaterial é de extrema importância para que futuras gerações conheçam suas origens, culturas e identidade. Ao falar sobre a valorização envolvendo os bens patrimoniais da cidade de Goiás, durante uma aula no mês de agosto de 2021 realizada sobre educação patrimonial, uma aluna da Escola Geração Santa fez um poema sobre a cidade de Goiás (FIGURA 7).

A aluna se refere à Cidade de Goiás como uma cidade de paz, cheia de encantos nas ruas e paisagens, demonstrando um encantamento pela cidade, com belezas envolvendo serras e cachoeiras. Fala sobre a história e cultura do lugar presente nos museus e igrejas; e também ao Rio Vermelho, que corta a cidade e que foi lugar de encontro das lavadeiras, bem como registra que são poucas as águas compõem nosso patrimônio cultural. Note-se que o poema demonstra formação cidadã crítica uma vez que a discente aciona questões ligadas aos saberes fazeres materiais e imateriais, não se esquecendo de perceber o meio ambiente ao falar sobre a quantidade de água no rio.

Figura 7 - Poema da aluna do 5º ano Amanda Eliza Pontes Scuissato



Fonte: Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021)

Ao se falar do título atribuído à Cidade de Goiás, existem outros pontos que precisam ser debatidos crítica e detidamente, tendo em vista que o processo de conquista do título não foi tão simples. Houve e há questionamentos, tais como: qual é o patrimônio que foi contemplado? E qual patrimônio foi excluído? Toda a comunidade necessitou contribuir de alguma forma para a cidade receber o título e várias adaptações no centro histórico foram necessárias. Por várias vezes houve reuniões com os governantes, representantes de comunidade, do IPHAN e agentes do patrimônio a fim de criar estratégias ou solucionar fatos que seriam importantes para a organização de um dossiê que contemplasse todas as propostas necessárias para a conquista do título, conforme as exigências da Unesco.

Conforme registra Tamaso (2007), alguns meses antes do recebimento do título houve uma reunião em que todos manifestaram interesse em colaborar para que houvesse essa conquista; tudo estava caminhando normalmente e parecia haver união entre os grupos, as instituições e associações. Brasilete Ramos Caiado, durante tal reunião, argumentou sobre a importância da integração do centro com a periferia e o entorno. No mesmo momento a vereadora Zilda Lobo iniciou um debate argumentando que tudo era feito somente no centro, o entorno não ficava sabendo. Zinho Fogaça, então representante das associações de bairros, emitiu sua opinião, dizendo ter ficado sabendo que na periferia “[...] não vai ter esgoto, é só para o patrimônio” e completou: “[...] patrimônio é sinônimo de centro histórico” (TAMASO, 2007, p. 206).

Ezequiel Nunes, outro vereador, emitiu sua opinião em defesa da periferia, afirmando que os eventos não contemplavam o bairro João Francisco. Zinho Fogaça completou a argumentação afirmando que o patrimônio da humanidade seria excelente, mas acabava beneficiando o centro como sempre, em detrimento da periferia da cidade (TAMASO, 2007). Brasilete Ramos Caiado, membro sempre à frente das reuniões, encerrou o debate em discurso com a seguinte argumentação: a conquista do título não depende da periferia, mas dos 275 anos de história. “Os recém-chegados no município e instalados nos bairros circunvizinhos ao centro histórico não faziam parte dos 275 anos de história”, disse (TAMASO, 2007, p. 206).

A partir dos registros feitos por Tamaso (2007), observa-se que, durante a reunião, os grupos que envolviam os representantes da cidade não estavam em comum acordo na organização de estratégias para a conquista do título. Várias opiniões em defesa dos bairros vizinhos foram apresentadas. Os representantes de bairros e vereadores defendiam a ideia de que a periferia deveria ser contemplada com recursos da Unesco, não sendo direcionados, ‘como sempre acontecia’, somente ao centro histórico. Eles entendiam sobre a necessidade do título para a cidade e os benefícios que poderiam advir, mas defendiam a ideia de que esses benefícios deveriam contemplar a cidade de forma geral e não somente o centro histórico.

Quando Brasilete Ramos Caiado encerra o debate com o argumento que o referido título não dependeria da periferia, mas de 275 anos de história, entende-se que é como se essas pessoas não fizessem parte das construções da história da cidade de Goiás – os descendentes de quilombola e indígenas moradores de bairros periféricos da cidade de Goiás. Assim sendo, deixou-se claro, para os representantes de bairros, que a periferia estava realmente sendo excluída da proposta de benefícios vindos da Unesco.

Quanto ao processo de organização da cidade de Goiás para a conquista do título de Patrimônio Mundial da Humanidade, em relação a parcerias e organizações com propostas de adequações privilegiando o centro histórico, Delgado (2005) leva a refletir sobre o seguinte fragmento de seu texto:

Diferentemente de que ocorreu em outros períodos, nos quais as políticas públicas municipais não priorizavam o campo do patrimônio, no momento conjuntural de elaboração do Plano Diretor e do Dossiê de Goiás, caracterizou pela aliança entre IPHAN, entidades culturais e prefeitura municipal com objetivo de elaborar propostas para a cidade orientadas pela preservação do patrimônio histórico. (DELGADO, 2005, p. 132).

Todas as propostas apontadas até aquele momento privilegiavam o centro histórico tombado em detrimento aos bairros circunvizinhos e à periferia. “Os planos de intervenção no

espaço urbano apresentados no Dossiê organizam-se tendo como referência os Programas de preservação da zona Tombada como monumento histórico” (DELGADO, 2005, p. 132).

Ao se tratar das adequações para o centro histórico, o Estado, a prefeitura e o IPHAN se comprometeram, entre outras ações, com as restaurações do centro histórico com a troca dos postes de energia e da rede elétrica por instalações subterrâneas, além da despoluição do Rio Vermelho. Tudo foi registrado como proposta no dossiê; posteriormente estas ações foram realizadas e contribuíram muito para que a cidade fosse inscrita na lista do Patrimônio Mundial (DELGADO, 2005). Em relação aos planos de restauração contidos no dossiê, pontuando o centro histórico como prioridade para reformas e adequações, principalmente nas redes elétricas e quanto à despoluição do Rio Vermelho, Delgado (2005) faz a seguinte pontuação:

Outras áreas urbanas não são sequer objeto de problematização no Plano Diretor e no Dossiê de Goiás. Essa exclusão no campo discursivo significa a invisibilidade de vários bairros e desconsideração de demandas de parte significativa da população. O futuro e desenvolvimento da cidade são planejados a partir do centro histórico demonstrando a eficácia da prática tanto do IPHAN como da OVAT. (DELGADO, 2005, p. 132).

Ao compreender o fragmento citado, está claro que parte da cidade seria contemplada com as adequações e as demais áreas não foram sequer apresentadas como regiões em que seriam necessárias adequações no Plano Diretor e no dossiê apresentado. Isso significa que existe uma exclusão da população desses bairros. Assim sendo, pode-se inferir que o futuro e o desenvolvimento envolvendo a cidade são construídos a partir do centro histórico.

Do mesmo modo a relação dos habitantes com os bens tombados é considerado apenas sob perspectivas de quem mora no centro histórico, naturalizando-se a ideia de que todos usufruem dos benefícios de organizar a cidade em torno do patrimônio tombado e ocultando-se os conflitos e confrontos que envolvem a implantação dessa política de patrimônio e gestão urbana. (DELGADO, 2005, p. 132).

Ainda, de acordo a citada autora, existe uma relação de proximidade mais significativa dos moradores do centro histórico com os bens tombados, mas isso não está explícito na realidade dos fatos, dando a entender que todos logram dos benefícios de constituir a cidade em torno do patrimônio tombado, encobrindo os problemas que estão envolvidos na gestão da política de patrimônio e gestão da cidade.

Várias outras reuniões aconteceram com o mesmo propósito de organização de estratégias para a conquista do título. Entre uma reunião e outra, houve um encontro na sede 17ª Sub-Regional do IPHAN com o propósito de decidir sobre o novo plano diretor, sobre a

comemoração e a sustentabilidade do título de Patrimônio Mundial da Humanidade. Paralelamente ocorreu outra reunião, com os representantes das associações de bairros, no comitê do prefeito Boadyr Veloso (TAMASO, 2007).

Aguardando a reunião em questão, um dos representantes de bairro fora do centro histórico fez o seguinte comentário sobre a titulação: “[...] sendo patrimônio mundial vai vir verba da UNESCO para a cidade” e completou, “[...] mas a UNESCO vai investir mais em lugares tombados” (TAMASO, 2007, p. 209). Tendo consciência de que os demais bairros não seriam contemplados, ainda restava a esperança de que os recursos poderiam vir para efetuar melhorias na cidade. Conforme o registro de Tamaso (2007), Zinho Fogaça concluiu sua fala dizendo que tinha esperança de que o título melhorasse a cidade.

Percebe-se, nos excertos destacados, que houve divisão da equipe em duas reuniões: uma com os agentes patrimoniais os que detinham o poder de autonomia, de organização e de decisão sobre o destino dos recursos e o outro grupo, organizado com o prefeito e os representantes dos bairros periféricos, para os quais ainda restava a esperança de que seus bairros fossem contemplados com os recursos da Unesco. Essa divisão entre dois grupos sugere que não havia comum acordo entre os grupos envolvidos e os representantes de bairros; sendo que estes acabaram por ser vistos como responsáveis pelos ‘conflitos durante as reuniões’. Seria mais pertinente ao poder político excluí-los do que agregá-los às propostas vigentes.

A Cidade de Goiás recebeu o título numa quinta-feira, dia 13 de dezembro de 2001, dia de Santa Luzia. Naquele momento a Cidade de Goiás ganhou ampla visibilidade. Dois dias depois, no dia 15 de dezembro, por volta das 5h30min, iniciaram-se as comemorações no largo do coreto (TAMASO, 2007). Enquanto a comunidade do centro histórico da cidade de Goiás comemorava o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, outra parte, envolvendo a periferia, realizava protestos com faixas com a seguinte frase: “Patrimônio da Humanidade povo sem moradia esta é a nossa história” (TAMASO, 2007, p. 217).

Para a elite de Goiás, o patrimônio reconhecido pela UNESCO era uma pequena parte do patrimônio privado de cada família tradicional. Para os migrantes sem teto e vilaboenses carentes, era a prova da carência de herança. Desconsiderando a diversidade de representações patrimoniais presentes nas comemorações. As autoridades e os agentes locais da cultura ignoraram a mensagem da faixa. A carência de moradia ficou invisível em meio ao casario colonial, agora Patrimônio Mundial. (TAMASO, 2007, p. 217).

Conforme o trecho citado, a classe elitizada das famílias tradicionais da Cidade de Goiás, em sua minoria, sentiu-se privilegiada com o patrimônio sendo reconhecido pela

Unesco. Os demais da população, envolvendo os vilaboenses carentes e sem teto, foram excluídos do processo, que não considerou a diversidade de representações patrimoniais na comemoração. As mensagens das faixas alertando sobre a necessidade de moradia foram ignoradas pelas autoridades e pelos agentes patrimoniais.

Assim sendo, mediante as abordagens das autoras Tamaso (2007) e Delgado (2005), confirma-se que o título de Patrimônio Mundial da Humanidade acabou por beneficiar o centro histórico e, com isso privilegiou um pequeno grupo tradicional da cidade em detrimento aos bairros vizinhos e às periferias que agregam famílias sem moradias. Vinte anos se passaram desde a concessão do título, mas ainda é perceptível o descontentamento de parte da população. Observa-se que muitos manifestam aflição com relação ao fato de que a cidade continua com os mesmos problemas. Muitos jovens precisam deixar a cidade em busca de emprego, não há investimento em indústria e muitos desconhecem o benefício que a população da cidade teve com o referido título.

No mês de agosto de 2021, na Escola Geração Santa (local onde foi desenvolvida a pesquisa em foco), por meio de uma roda de conversa com as professoras, foi feita a proposta de se realizar aulas de educação patrimonial. Na reunião iniciou-se a discussão em relação à Cidade de Goiás, uma cidade turística e Patrimônio Mundial da Humanidade. Naquele momento várias professoras demonstraram suas opiniões.

A professora A¹ relatou que “[...] a cidade não é preparada para receber o turista de forma geral envolvendo moradores e comerciantes”. A professora B pontuou que “[...] o título do patrimônio não trouxe benefícios para a sociedade” e completou dizendo preferir Pirenópolis, “[...] essa cidade sabe receber o turista e os comerciantes são melhores preparados e acolhedores”. A professora C relatou que, durante um diálogo com alguns alunos sobre a Cidade de Goiás, alguns deles pontuaram que não gostam da cidade. A professora buscou compreender o porquê do ponto de vista do aluno. Um deles falou: “[...] aqui não tem emprego e muitas pessoas têm que ir embora em busca de emprego”. Esse, com certeza, reproduziu a fala dos pais, pontuou a professora.

Observou-se, mediante os relatos registrados pelas professoras da Escola Geração Santa, que o título Patrimônio Mundial da Humanidade não trouxe benefícios para a comunidade de forma geral, pois não atendeu às necessidades da população, como, por exemplo, com a geração de empregos e melhorias para o município, visto que muitas famílias ou jovens necessitam sair da cidade em busca de melhores oportunidades.

¹ Optou-se por não citar diretamente o nome das entrevistadas.

Assim sendo, mediante os fatos apontados, infere-se que o Título Patrimônio Mundial da Humanidade foi conquistado pelo centro histórico e privilegia este lugar da Cidade de Goiás. Em contrapartida, tal título causou um impacto negativo nos demais bairros e comunidades porque as pessoas destas localidades se sentiram excluídas do ‘patrimônio’, ou, digamos, dos recursos que deveriam beneficiar a cidade como um todo.

2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para esta proposta de pesquisa optou-se por realizar uma ação de educação patrimonial envolvendo patrimônio imaterial: a arte em ensinar confeccionar fantoches, que foi oportunizada pela artesã Marcelene Camargo, cujo trabalho é realizado de forma manual com uso de vários objetos, tais como: tecido, tesoura, cola, agulha e linha. Trata-se de uma habilidade artesanal ligada aos saberes e fazeres, expressão das ações ligadas às sabedorias dos povos que viveram na Cidade de Goiás – como os indígenas, portugueses e africanos, que deixaram seu legado, os quais contribuem com a cultura e a construção da identidade do povo vilaboense.

Esses saberes e fazeres contribuem para que grande parte da comunidade consiga se estabelecer economicamente, seja com artesanato ou na culinária. A artesã que confeccionou os fantoches e ministrou a oficina proposta é um exemplo concreto disso; ela se mantém a partir da venda de bonecas e fantoches produzidos por ela que comercializa em sua própria loja de artesanatos.

Sabendo da importância de trabalhar a educação patrimonial e de despertar, nos alunos, o conhecimento e a valorização dos saberes e fazeres do patrimônio imaterial na Cidade de Goiás envolvendo um artesão da própria cidade surgiu o interesse por realizar a referida ação.

As ações de educação patrimonial devem ser trabalhadas nas escolas dialogando com os estudantes, de forma que consigam expor suas opiniões acerca do que seja patrimônio. Normalmente podem relatar que patrimônio é a sua residência ou algum lugar da cidade que acham importante, que estão ligadas às referências culturais ou até mesmo um espaço que gostam de visitar, como a praça, o parque e outros espaços. A temática educação patrimonial remete também para as individualidades e subjetividades dos sujeitos. Scifoni (2017) fala de maneira mais densa sobre o tema:

[...] o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias. (SCIFONI, 2017, p. 22).

Assim sendo, a educação patrimonial deve ser vista como um processo permanente e sistemático que tem o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento. As experiências do indivíduo ou da coletividade de forma direta com a cultura local possibilitam que estes obtenham mais conhecimentos e saibam lidar com a apropriação e valorização das heranças culturais, usufruindo e produzindo novos conhecimentos, de forma contínua (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Quando se pensa em educação patrimonial no Brasil se percebe que o IPHAN, desde sua criação, propõe ações deste nível. Segundo Florêncio (2015), na década de 1930 Mário de Andrade já apresentava a importância das abordagens pedagógicas e de ações educativas nos museus e imagens. A autora relata que Rodrigo de Melo Franco de Andrade, dirigente no IPHAN na década de 1960, mostrava, em discursos e em artigos, a importância da educação popular para assegurar a defesa e permanência do patrimônio e da arte no Brasil. No entanto, apenas na década de 1970, sob orientação de Aloísio Magalhães, a educação patrimonial foi abordada de forma mais consistente.

Através da Fundação Nacional Pró-Memória foi criado o Projeto Interação, que incluía, na educação básica, “[...] os diferentes contextos culturais existentes no país e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos considerando a ideia de que o binômio cultura e educação são indissociáveis” (FLORÊNCIO, 2015, p. 22). A Fundação Pró-Memória foi um marco importante no Brasil por incentivar ações educacionais nas escolas visando à valorização do patrimônio histórico nacional. É importante frisar que

A educação patrimonial tem um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio [...] trata-se, essencialmente, da possibilidade de construção de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. (FLORÊNCIO, 2015, p. 23).

A autora afirma ainda que a ação de educação patrimonial deve seguir alguns caminhos para que cumpra o papel de valorização e preservação do patrimônio cultural. Ela deve levar em conta que a preservação dos bens culturais deve ser pensada como prática

social, tendo participação direta na vida das pessoas. Ou seja, as práticas devem, primeiramente, ressignificar estes bens, associando seu valor histórico à vida da comunidade.

Ao refletir sobre esta pontuação percebe-se a importância da valorização do patrimônio cultural imaterial e a necessidade de ações educativas de educação patrimonial como práticas sociais inseridas nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas, ligadas ao valor histórico do lugar de vivência da comunidade.

A Cidade de Goiás, por se tratar de uma cidade histórica, turística e com o título Patrimônio Mundial da Humanidade, reúne diversas fontes que podem ser trabalhadas como educação patrimonial, propiciando ações educativas que incentivam a valorização histórica. Como exemplos, saberes e fazeres ligado às tradições e à memória de povos que aqui residiam, deixando sua marca histórica e contribuindo com a formação da identidade da sociedade que ainda reside no local.

Portanto, confirma-se a importância das ações educativas de educação patrimonial pautadas como um processo de construção do sentimento de pertencimento e de valorização de identidades culturais múltiplas dos sujeitos envolvidos. Promovendo, assim, uma mudança de paradigma em relação à cultura local, bem como despertando, nos estudantes, a consciência da preservação deste importante patrimônio.

Segundo Florêncio (2015), a educação para o patrimônio deve ser pensada em ações, possibilitando reflexões constantes e transformação dos indivíduos. A mediação proposta pela educação patrimonial deve possibilitar a construção coletiva do conhecimento, tendo a comunidade como a principal produtora dos saberes, constatando que ali há um saber local. Ela deve reconhecer que os bens culturais são inseridos nos contextos e significações que a própria comunidade atribui, associando à memória local, nos espaços de vida, como praças, parques, museus, teatros e manifestações culturais.

Com isso, ao propor atividades de educação patrimonial deve-se refletir sobre a importância de valorizar todos os espaços como fonte de conhecimento e de expressões culturais, que podem propiciar grandes oportunidades de estudo e aprendizagens. Nesse sentido, a autora citada lembra que a educação, enquanto processo formativo, está prevista no art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e que pode ser desenvolvida “[...] na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, quer dizer, os espaços da vida” (FLORÊNCIO, 2015, p. 27).

Ao refletir sobre a LDBEN constata-se que todo processo educativo deve envolver a comunidade escolar, as famílias, os estudantes e as organizações sociais como contribuintes no processo formativo ligado à educação patrimonial.

Autores como Lev Vygotsky e Paulo Freire falam sobre a importância da educação patrimonial, e que esta deve ser compreendida como um processo de aprendizagem por meio de mediação com o outro (FLORÊNCIO, 2015). Ou seja, nos relacionamentos sociais de interação é que se desenvolve o processo de cognição. De modo que é importante desenvolver ações educativas nas unidades de ensino que priorizem o processo de mediação, a qual se obtém na interação com os outros nas vivências de suas culturas, contribuindo para a construção da identidade de cada um.

Vygotsky mostra que a ação do homem, tem efeitos que mudam o mundo sobre o próprio homem, e é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores ou Cognição. (FLORÊNCIO, 2015, p. 28).

Durante o relacionamento das pessoas em convívio social tudo é propício para o desenvolvimento da aprendizagem, ou seja, em qualquer espaço em que as pessoas estejam elas estão em processo de formação educacional; nesse sentido, os seres humanos vão se constituindo como seres dotados de repertórios culturais. As pessoas se desenvolvem e adquirem conhecimento de acordo com a interação com o grupo social em que vivem isso quer dizer que o processo de formação dos seres humanos acontece por meio da interação. Assim também se constituem os hábitos culturais, que são passados de geração a geração por meio da convivência com a comunidade; os modos de pensar, agir e relacionar, tudo se aprende por meio da interação com os outros (FLORÊNCIO, 2015).

Lev Vygotsky alerta sobre a importância dos relacionamentos no grupo social, ou seja, a interação entre as pessoas é uma importante ferramenta do desenvolvimento cognitivo, o qual acontece por meio da mediação, ou seja, a transmissão do conhecimento de uma pessoa para outras por meio do relacionamento, das experiências e do contato cultural. Ainda com base em Lev Vygotsky, ao se referir às ações visando a valorização do patrimônio cultural – em especial o imaterial – pode-se dizer que são ações que contribuem no desenvolvimento das pessoas e que estas passam a se compreender como sujeitos inseridos na sociedade e em suas culturas (FLORÊNCIO, 2015).

Por fim, é possível dizer que a educação patrimonial pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidade e para que as pessoas se afirmem como seres

sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos. (FREIRE, 2011 *apud* FLORÊNCIO, 2015, p. 28).

Toda proposta de educação patrimonial deve ter por objetivo a valorização e a preservação do patrimônio histórico. No caso da Cidade de Goiás é necessário, então, que esse processo seja desenvolvido pelos professores de todas as escolas no decorrer do ano, trabalhando os bens materiais e imateriais – como os saberes e fazeres envolvendo os artesanatos e até mesmo a culinária. São ações que inserem os sujeitos no espaço das memórias, identificando-os como pertencentes a um povo e levando-os a vivenciar fatores que comprovam a sua origem ou existência dentro de um processo de formação da sua identidade ligado a fatores do passado.

Ao referir sobre a memória de um povo, Costa (2014, p. 8) relata que “[...] a memória é um mecanismo cerebral complexo. Pessoas a usam para guardar ou esquecer informações. São lembranças carregadas de emoções duras ou difíceis pelas quais passamos”. Assim, ao se ter contato com as tradições culturais das comunidades, os sujeitos estão inseridos em espaço de memória, ligados a fatores que ocorrem no passado de povos ou civilizações antigas, que são rememoradas por meio de relatos orais ou de lembranças pertencentes ao próprio sujeito na sua vivência em sociedade, na comunidade.

Toda a vivência do ser humano – seja ela no processo de convivência na sociedade ou nos espaços de aprendizagem, em ações realizadas em grupo pelas comunidades, ou em momentos de interação com o grupo de estudo (comunidade escolar, professores, alunos e pais) – promove conhecimentos. Por meio de pesquisas de fontes históricas e sobre nossos antepassados, verifica-se que os espaços, quer sejam de lazer ou qualquer espaço em que estejam os indivíduos, além de estarem inseridos em espaços de memória, mantêm íntima relação com o processo de construção das identidades.

Explicando em uma linguagem simples, a identidade é o processo de construção do indivíduo enquanto ser incluído na sociedade. Ao se refletir sobre identidade pode-se compreender o que o pensador Claude Lévi-Strauss quer dizer quando ele afirma que em primeiro lugar devemos saber a identidade do indivíduo para que se inicie um diálogo entre todos os humanos, tornando possível uma intertextualidade, mesmo que mínima, entre as culturas. Ou seja, a identidade universal existe através das múltiplas socializações realizadas entre os indivíduos (AGIER, 2001).

O processo de educação patrimonial deve ser compreendido, nos pilares norteadores do processo de construção do indivíduo, como ser atuante e, sobretudo, com pensamento reflexivo de analisar que o processo só poderá ser construído de forma colaborativa na

sociedade. Sendo possível compreender que somos parte integrante de uma sociedade embutida em ações e valores do passado.

Florêncio (2015) observa que a educação patrimonial deve levar em consideração que os processos educativos devem ser de base democrática, primando pela construção coletiva do conhecimento e pela participação efetiva dos diferentes atores sociais detentores e produtores das referências culturais. Afinal, como aponta Veloso (2006, p. 438), “[...] o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas onde diversos atores comparecem, construindo um discurso que seleciona, apropria-expropria prática e objetos”.

De acordo com Tolentino (2016),

Para que possam ser consideradas como educação patrimonial as ações devem fazer parte de um processo e o uso desses materiais de difusão e deve estar atrelado a um projeto permanente e sistemático de um trabalho reflexivo e crítico em relação ao patrimônio cultural. O campo do patrimônio cultural, como sabemos, é um campo de conflitos e de construção social e, ao adentrar nele, não se pode ser ingênuo. Por isso, a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar, é necessário que se propicie a reflexão, buscar a transformação da realidade. (TOLENTINO, 2016, p. 46).

Ao realizar ações educativas com propostas de educação patrimonial, deve-se estar atento ao processo a ser desenvolvido, pois não se trata simplesmente de conhecer o patrimônio, é necessário propiciar ações que conduzam à reflexão sobre o patrimônio como um todo e analisar fatos importantes desse patrimônio. Como continua a dizer o autor:

Deve-se levar em conta a dimensão social, política, e isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser concebido como priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valorização e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural (TOLENTINO, 2016, p. 47).

Florêncio (2015) destaca que, desde a sua criação, o IPHAN manifestou, em documentos e publicações, a importância da educação patrimonial. Já na década de 1930, no anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário de Andrade apontava para a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. Na década de 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do Instituto, apontou, em alguns artigos e discursos, a importância da educação patrimonial: “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é da educação popular” (MINISTÉRIO, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Na década de 1970 a questão foi abordada de forma mais consistente, coerente com a orientação de Aloísio Magalhães, que estava à frente da Fundação Nacional Pró-Memória.

Após a criação da Fundação foi criado o Projeto Interação, que buscava, à época, “[...] relacionar a Educação Básica com diferentes contextos culturais existentes no país e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação são indissociáveis” (FLORÊNCIO, 2012, p. 9).

É importante frisar, como diz Florêncio (2015), que a educação patrimonial tem um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construção de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Em outras palavras, a educação patrimonial deve considerar que a preservação dos bens culturais precisa ser compreendida como prática social, inserida nos contextos culturais e nos espaços da vida das pessoas. Ela não tem que se utilizar de práticas que enaltecem coisas e objetos sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais. Deve-se, portanto, associar o valor histórico do bem cultural ao seu lugar atual, em sua comunidade de inserção, ou seja, ao lugar social onde se encontra (BRANDÃO, 1996).

Ao falar sobre patrimônio não se pode deixar de mencionar que a Cidade de Goiás, por se tratar de uma cidade histórica e turística, engloba uma das maiores fontes de saberes e práticas patrimoniais do Estado. Um ambiente propício e fértil ao desenvolvimento de ações educativas que incentivem a valorização de suas expressões culturais agregadas a raízes de povos antigos, como os negros, índios, portugueses e outros que aqui residiram, deixando suas marcas históricas na formação da identidade da sociedade local.

Florêncio (2015) analisa que o processo de pensar em educação para o patrimônio cultural requer também pensar em qual perspectiva de educação deve pautar as ações, portanto, a educação aqui é pensada como processo. Dessa forma, ela significa reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo e não somente uma educação reprodutora de informações, ou seja, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações, cujo modelo Paulo Freire chamou de ‘educação bancária’.

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local. Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local. (FLORÊNCIO, 2015, p. 27).

Florêncio (2015) indica que a proposta da educação patrimonial deve ser totalmente contrária ao modelo da educação bancária que Paulo Freire pontua como negativa. Ela deve ser contextualizada e pautada em ações que permitam, ao sujeito, ser agente transformador de sua realidade, constantemente refletindo sobre suas ações, como um ser crítico e pensante inserido na sociedade, e que seja capaz de defender seus propósitos. Outro fato importante defendido por Florêncio (2015) é que o alicerce da educação patrimonial deve ser construído por meio da mediação, em processos coletivos, ou seja, valorizando os conhecimentos que as pessoas possuem, os saberes e fazeres ligados à memória local.

A educação deve ser percebida como aquela que ocorre nos espaços da vida e deve ser pensada na perspectiva da chamada educação integral, ampliando tempos, espaços e oportunidades educativas. Trata-se da aproximação de práticas escolares e outras práticas sociais e culturais aos espaços urbanos e rurais tratados como territórios educativos (MOLL, 2009 *apud* FLORÊNCIO, 2012). É a valorização de processos educativos que implica na junção dos saberes escolares com os saberes que circulam nas praças, nos parques, nos museus, nos teatros, nos encontros e nas manifestações culturais de um modo geral.

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida. (MOLL, 2009 *apud* FLORÊNCIO, 2012, p. 27).

A educação integral considera, como ‘territórios educadores’, o bairro, a cidade, a roça, o quilombo, o assentamento rural, a aldeia, ou seja, o lugar da vida comunitária. Ou seja,

[...] todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. Na sua concepção o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar. (FARIA, 2010, p. 25).

Faria (2010) enfatiza ainda a importância de valorizar todos os espaços como fonte de conhecimento e expressões culturais que podem propiciar grande oportunidade de estudos e aprendizagens. Assim, faz-se necessário lembrar que a LDB (Lei 9.394/96) prevê, em seu artigo 1º, que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolve na vida

familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, quer dizer, nos espaços da vida. Ao refletir sobre a referida lei, constata-se a importância de todo processo educativo que deve envolver a comunidade escolar, famílias e estudantes, bem como as organizações sociais como contribuintes no processo formativo ligado à educação patrimonial.

Acerca da educação patrimonial e do conceito de mediação mencionado anteriormente, Vygotsky (1998), em *Pensamento e linguagem*, mostra que a ação do homem, tem efeitos que mudam o mundo sobre o próprio homem, e é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores ou cognição. Ele ainda relata que os diferentes contextos culturais onde as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante porque tudo é aprendido por meio dos outros, dos pares que convivem nesses contextos. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, de pensar, de relacionar com os outros e consigo mesmo.

Vygotsky (1998) ressalta que a interação dos indivíduos no processo de aprendizagem e a convivência mútua leva cada ser humano a descobrir e potencializar o seu conhecimento. Relata que é também por meio do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento cognitivo, pautado nas experiências e vivências sociais, bem como no constante contato com a herança cultural.

Tendo Lev Vygotsky como base, as ações educativas do patrimônio cultural podem ser vistas como ações mediadoras, no sentido de que contribuem para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas. Assim, resta claro o enfático poder da educação patrimonial enquanto ferramenta mediadora na afirmação de identidades e para que as pessoas se afirmem como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos (FREIRE, 2011).

Diante das afirmações de autores conceituados como Lev Vygotsky, Paulo Freire e outros, a educação patrimonial passou a ser vista como um processo de aprendizagem por meio de mediações. É primordial refletir também sobre a atuação das unidades de ensino neste aspecto, onde são promovidas interações entre pares nas vivências de suas culturas e o quanto isso também contribui com o processo de construção das identidades.

É preciso conhecer para preservar. A partir da célebre e difundida frase de Aloísio Magalhães: A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. Só se protege o que se ama o que se conhece. É certo que é uma condição, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais como aponta Cecília Londres (2001), e ainda registra que, conhecer é o primeiro passo para proteger as nossas referências culturais, mas a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida do que conhecida e essa dimensão raramente é levada em conta. (MAGALHÃES, 1997, p. 190, grifos do autor).

A sociedade precisa se sentir pertencente ao patrimônio cultural, e esse despertar de sentimento e pertencimento propiciará o desejo e a necessidade de valorizar os bens patrimoniais. Preservar um patrimônio cultural, conforme já mencionado e explicitado nas palavras dos autores e pensadores citados, é o mesmo que preservar nossas histórias/memórias, resguardando-as para as futuras gerações. Diante deste contexto, não se pode desconsiderar a importância dos órgãos de proteção – o IPHAN e o Estado – e de suas responsabilidades conjuntas com a sociedade. “A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. Só se protege o que se ama o que se conhece” (MAGALHÃES, 1997, p. 190).

As palavras de Magalhães (1997) destacam que quando se conhece se ama; quando se ama, valoriza-se. Disto, infere-se que o patrimônio cultural só passa ser realmente valorizado quando a sociedade ou a comunidade é inserida no processo, passando também a ser ouvida como parte integrante, pontuando o que é importante para ela, o que acha que deve ser preservado e porque deve ser preservado.

Ainda refletindo sobre patrimônio, é relevante se atentar à reflexão de Gilberto Gil:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. O Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (GIL, 2000 *apud* FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 25).

O patrimônio vai além dos monumentos, de paredes e quintais, ele os transcende. Envolve-se os costumes e tradições, os sabores e os saberes. O patrimônio envolve os sonhos, os suores do ser humano, o som e a dança, o jeito e a ginga e todas as formas de atividades humanas que envolvem a espiritualidade do povo. ‘O intangível e o imaterial’. E, nesse sentido, é preciso estudar os conhecimentos ligados aos saberes e fazeres das referências de patrimônio imaterial.

Assim como conhecer a história das pessoas que fazem parte do patrimônio cultural da Cidade de Goiás, conhecer a trajetória de mulheres – como, por exemplo, Cora Coralina, uma mulher além do seu tempo, que foi de simples doceira e poetisa, de simples moradora da

cidade a uma mulher eternizada pelos seus feitos, uma poetisa que se faz presente na história e na memória.

2.5 PRESERVAÇÃO CULTURAL

A palavra patrimônio vem de *pater*, que significa pai. Tem origem no latim, língua que deu origem à língua portuguesa. Patrimônio é a herança deixada aos filhos e herdeiros. Assim, a palavra patrimônio passou a ser usada quando se refere aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família ou empresa (IPHAN, 2012). Mas o que pode ser dito sobre o conceito de patrimônio cultural?

O entendimento que temos do conceito de patrimônio deriva de formulações gradualmente engendradas acerca da cultura no mundo ocidental. Desde a Antiguidade, alguns objetos e obras de arte vêm sendo preservados mediante ensejos de cunho político, cultural ou religioso, no entanto, uma apreciação mais densa sobre os valores e significados dos bens conservados aflorou nas décadas finais do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa. A partir de então vem se ampliando as formas de tratamento dos bens dotados de valor histórico e cultural, orientadas por políticas preservacionistas e legislações específicas para a restauração e reabilitação do patrimônio, como bem o lembra a estudiosa Françoise Choay. (PELEGRINI, 2009, p. 19).

Segundo Pelegrini (2009), o conceito de patrimônio surgiu na antiguidade, no mundo ocidental, no momento em que foi percebida a necessidade de preservação de alguns objetos e obras de arte, mas aflorou nas décadas finais do século XVIII, sobretudo na Revolução Francesa. A partir de então, vêm sendo ampliadas as formas de tratamento dos bens dotados de valor histórico, orientadas por políticas preservacionistas.

Os motins e destruições ocorridos no decorrer do processo revolucionário francês de 1789 comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Tal fato suscitou a necessidade de os revolucionários conservarem os testemunhos da história francesa, dos referências da história nacional e do interesse público. De todo modo, ao repelir a pilhagem e a destruição dos imóveis e das obras de arte pertencentes ao clero e à nobreza, o Estado os tornou como bens elevados à condição de propriedade pública. Assim, como salienta Márcia Sant'Anna, a noção de patrimônio nacional engendrou-se mediante um embate que simultaneamente, recorreu ao sentimento nacional e as conveniências financeiras relativas ao valor econômico dos referidos objetos de arte, móveis ou imóveis. (PELEGRINI, 2009, p. 19).

Ainda de acordo com Pelegrini (2009), durante o processo revolucionário francês, em 1789, muitos problemas ocorreram, prejudicando vários monumentos, que foram destruídos e

que faziam parte da antiguidade. Isso fez com que o Estado os tornasse bens de propriedade pública.

Diversas nações europeias, no decorrer do século XIX, foram organizando estruturas públicas e privadas devotadas à conservação, salvaguarda e seleção dos bens considerados patrimônios nacionais. Ainda assim, o entendimento que essas entidades tinham sobre patrimônio se restringia às edificações, aos monumentos e objetos de arte, vistos como exemplares autênticos e geniais das riquezas nacionais. Todavia, a proteção desses bens foi institucionalizada a princípio pela França, em 1830, mediante a criação da inspetoria dos Monumentos Históricos, cuja ação se restringia ao “recenseamento” do patrimônio. (PELEGRINI, 2009, p. 20).

Mediante essa ação do estado na revolução francesa, como relata a autora citada, fatos semelhantes ocorreram em diversas nações europeias, no decorrer do século XIX; um despertar da necessidade de preservar o patrimônio. Assim, foram organizadas estruturas públicas e privadas com o propósito de conservação, salvaguarda e seleção dos bens considerados patrimônios nacionais.

A salvaguarda oficial foi objeto da legislação promulgada em 31 de dezembro de 1913, quando foi implementado um dos primeiros instrumentos legais de proteção ao patrimônio como o *classement*, ou seja, uma norma que impelia a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. A partir de então, essa prática difundiu-se entre alguns países ocidentais que adotaram suas respectivas legislações. (PELEGRINI, 2009, p. 20).

No fragmento citado a autora relata que a salvaguarda oficial de 1913 foi a primeira ação de proteção aos monumentos históricos, como *classement*, ou seja, uma norma que impedia a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. A partir dessa ação alguns países ocidentais criaram também suas legislações de proteção aos seus bens patrimoniais.

Passados cerca de dezessete anos, autoridades das mais diversas áreas do conhecimento e esferas públicas de poder, como arquitetos, diplomatas, políticos e historiadores, se mobilizaram em torno de congressos internacionais que buscavam soluções para os impasses do crescimento urbano, da qualidade de vida nas cidades e inclusive da necessidade da preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos dos estados nacionais e quiçá, de toda a humanidade. Dessa maneira, os congressistas passaram a sugerir recomendações por meio de Cartas patrimoniais, cujo objetivo fundamentava-se na proposição de diretrizes capazes de resolver os principais problemas das grandes metrópoles que estavam em pleno crescimento nas décadas de 1930 e 1940, sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos. (PELEGRINI, 2009, p. 20).

Com o crescimento das cidades foi-se percebendo a necessidade de preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos. Dessa forma, foram criadas as cartas patrimoniais visando permitir que se solucionasse os problemas de crescimento das grandes metrópoles sem comprometer os bens patrimoniais.

Essas iniciativas acabaram interrompidas diante da eclosão da Segunda Guerra mundial. A consternação e o choque causados pelo maior conflito bélico até então deflagrado no globo e o envolvimento de tantas nações ao mesmo tempo assustaram a população e as mais diversas lideranças políticas mundiais. Esses fatores, somados à constatação da capacidade destrutiva do arsenal utilizados nessa guerra e as dimensões da crueldade humana expressa como demonstração de força das distintas nações envolvidas, tornaram prioritárias a criação de entidades que pudessem mediar as relações internacionais. A perspectiva de estabelecer compromissos em defesa da paz no planeta e da integridade humana evidenciou a proeminência da criação de órgãos devotados às instituições de pactos com a finalidade de estimular experiências educacionais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com fins construtivos e humanitários. Nesse contexto, foi fundada a Unesco com ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico e passou a catalisar ações direcionadas a estimular a implantação de políticas públicas favoráveis à conservação dos bens culturais em várias partes do globo terrestre, inclusive no Brasil. (PELEGRINI, 2009, p. 20-21).

Conforme Pelegrini (2009), com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as iniciativas das cartas patrimoniais foram interrompidas em detrimento a preservação dos bens patrimoniais, sendo necessária a criação de entidades que pudessem mediar as relações internacionais em defesa da paz no planeta e da valorização do ser humano. Nesse processo foram implantados órgãos com propostas de estímulo a experiências educacionais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com fins construtivos e humanitários, envolvendo todas nações, assim foi fundado a Unesco com ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico com a implantação de políticas públicas para defesa e conservação dos bens culturais em vários países, inclusive no Brasil.

Somente em 17 de outubro de 2003, outra Carta Patrimonial denominada convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os respectivos instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes eram associados. (PELEGRINI, 2009, p. 22).

Analisando o fragmento acima relacionado aos bens patrimoniais, com a criação das cartas patrimoniais houve um avanço significativo na preservação cultural do patrimônio imaterial, valorizando as representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com seus respectivos instrumentos, objetos, artefatos e lugares. A valorização do patrimônio imaterial

só foi possível após a criação da Carta Patrimonial, assim valorizando as expressões populares e as culturas do povo.

No Brasil houve um avanço significativo no século XX em defesa da valorização do patrimônio imaterial, quando um grupo de artistas se reuniu por meio de um movimento chamado Movimento Modernista. Eles tiveram o escritor Mário de Andrade como um dos líderes e trabalharam com a proposta de valorização de diferentes aspectos culturais brasileiros, incluindo as raças (índios, africanos e portugueses). Esse movimento oportunizou o surgimento, em 1930, de um órgão de defesa do patrimônio, intitulado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que mais tarde foi nomeado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao longo destes mais 70 anos de existência, o Iphan tem trabalhado no sentido de reformular e aperfeiçoar suas estratégias de atuação para atender aos novos desafios e demandas que surgem, na medida em que as noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio são reinterpretadas e ampliadas. Isso significa dizer que o entendimento do que é patrimônio cultural é constituído ao longo do tempo, a partir de reflexão sobre as experiências de preservação e pesquisas realizadas pelo próprio Iphan e também por outras instituições, nacionais e internacionais, que atuam nesse campo, assim como a partir da observação de iniciativas dos diferentes setores da sociedade. (IPHAN, 2012, p. 10-11).

Percebe-se que houve um avanço significativo na defesa do patrimônio cultural no Brasil com a fundação do IPHAN. O órgão, mesmo atuando em defesa dos patrimônios, enfrenta desafios desde o momento de sua criação.

A Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também ao estabelecer outras formas de preservação- como o registro e o inventário, além do tombamento, instituído pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e que é adequado principalmente à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Nesses artigos da constituição, reconhece-se também a necessidade de se incluir, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (IPHAN, 2012, p. 18).

Percebe-se que, por meio dos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), houve um avanço significativo em prol da preservação dos bens culturais materiais e imateriais, estabelecendo regras e normas, incluindo, além do tombamento, o inventário e os registros, configurando a proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Outro fato de suma importância é que a norma ressalta a necessidade da inclusão não só do Estado, mas também da sociedade, em uma parceria com o mesmo propósito, que é a preservação dos bens culturais patrimoniais.

Nessa perspectiva, as questões tratadas nesta pesquisa reforçam a dimensão desafiadora, instigante e delicada que permeia os processos voltados à necessidade da preservação da memória e sua inter-relação com os bens patrimoniais imateriais valorizando a cultura nos grupos formadores da sociedade brasileira.

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. (IPHAN, 2012, p. 12).

A cultura de um povo é formada a partir da interação entre a comunidade, cujos membros apresentam todas as suas habilidades, suas manifestações artísticas, seus valores, seus saberes e fazeres. Preservar o patrimônio é preservar os valores culturais, é fortalecer a noção de pertencimento dos indivíduos em uma sociedade. Ao se comentar sobre o patrimônio cultural de um povo ligado à preservação, o IPHAN identifica que:

O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante e mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura. Ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas aos objetos, lugares ou práticas culturais, que os tornam patrimônio de uma coletividade. (IPHAN, 2012, p. 18).

De acordo com fragmento citado, o patrimônio cultural é fruto da escolha a partir daquilo que as pessoas acham importante e mais representativo da sua identidade, da sua história e da sua cultura. Essas escolhas estarão inseridas nas políticas públicas com a participação do Estado por meio de leis. A escolha do que seja significativo para a comunidade envolve os valores, os significados atribuídos aos objetos, lugares ou práticas culturais, de modo que, assim, tornam-se patrimônio da coletividade.

Ao refletir sobre patrimônio cultural no Brasil, Chuva (2012) faz a seguinte observação:

A noção de patrimônio cultural categoria-chave para orientação das políticas

públicas de preservação cultural é historicamente constituída e tem se transformando no tempo. No Brasil, as singularidades de trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria dividida entre material e imaterial. (CHUVA, 2012, p. 147).

Para a autora, a ideia vinculada de conceito sobre patrimônio cultural para referenciar políticas públicas de proteção cultural tem sido constituída e modificada com o passar dos anos. Em se tratando do Brasil, as sequências de acontecimentos em relação à preservação impulsionaram a divisão em patrimônio material e imaterial.

Somente em 1980 ocorreu a versão oficial da elaboração de leis relacionadas à preservação do patrimônio cultural no Brasil, implantada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-memória (SPHAN/Pró-Memória), nomeada ‘Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil’ (BRASIL, 1980).

A partir desse contexto, foi divulgado o anteprojeto apresentado em 1936 por Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação e Saúde, com objetivo de organizar um serviço voltado para a preservação do patrimônio cultural tanto material quanto imaterial. Para tanto, foi proposta a fundação do SPHAN, alguns anos depois rebatizado de IPHAN, imprescindível para a consolidação do Decreto-Lei 25/1937 (CHUVA, 2012).

Mário de Andrade foi o principal contribuinte no campo intelectual e literário do Brasil ao se falar de propostas ligadas à cultura brasileira e das políticas públicas incentivando a preservação, as quais foram importantíssimas para um novo modelo de reflexão sobre o pensamento brasileiro de certos domínios da cultura (CHUVA, 2012).

Chuva (2012) faz a seguinte reflexão acerca da contribuição de Mário de Andrade para a preservação do patrimônio cultural:

É sabido que, nos anos 30, Mário de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, lançando tanto as bases para ação do Estado na preservação patrimônio Artístico no Brasil, quanto para o conhecimento do folclore brasileiro – que denominava também de cultura popular, não julgando pertinente essa distinção. Suas viagens em missão ao nordeste seguidas da ação no departamento de cultura da prefeitura de São Paulo, foram as suas principais fontes de experiências para a construção de uma metodologia de conhecimento da cultura brasileira de caráter científico, que subsidiaria a criação em 1947 da Comissão Nacional de Folclore e para formulação das suas concepções de arte, cultura e patrimônio, que fundamentariam o anteprojeto para a criação do Sphan. (CHUVA, 2012, p. 150).

A autora afirma ainda que Mário de Andrade se instituiu agente do poder público com a finalidade de valorização da cultura brasileira, organizando ações para o Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil e para o conhecimento do folclore brasileiro,

que ele denominava de cultura popular. Não atribuindo distinção, realizou uma viagem ao nordeste objetivando realizar ações no departamento de cultura de São Paulo que foram essenciais experiências de caráter científico e que oportunizaram a criação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore e também a elaboração das concepções de arte, cultura e patrimônio que deram base para o anteprojeto de fundação do SPHAN.

Tratar do patrimônio cultural ligado à arte de criar e recriar, o fazer artístico de um povo ligado às tradições presentes no lugar, remete aos moradores da Cidade de Goiás ligados à cultura e às habilidades presentes em suas ações, as quais têm contribuído para a preservação cultural da região.

Como exemplo pode-se citar a arte de confeccionar fantoches ligada às tradições culturais focando em personagens como Cora Coralina, Leodegária Brasília de Jesus e Maria Grampinho ou Maria da Conceição; arte que tem por finalidade, para além de demonstrar habilidade tradicionais regionais, oportunizar o conhecimento acerca da história de pessoas que foram de grande importância para a cidade e que contribuíram com suas experiências de vida, permanecendo presente na memórias dos habitantes do lugar.

Rememorar a história de vida de personagens que contribuíram com a história da cidade de Goiás é refletir sobre a memória relacionada aos espaços. Neste sentido, Nora (1992) convida à seguinte reflexão:

A Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta e dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se incomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história sempre liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza ao concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Nora (1993) pontua a diferença entre história e memória, explicitando que elas não se completam, pois possuem diferentes significados. Conforme ele, a história é uma

reconstrução de algo que não existe mais, uma representação do passado, demanda de um discurso crítico; ela pertence a todos e a ninguém, só se liga às continuidades temporais, evoluções e às relações das coisas. Já a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, instala a lembrança no sagrado, como diz Halbwachs (1990), que enfatiza que há tantas memórias quantos grupos existem, bem como que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.

No que se refere aos saberes e fazeres trata-se de ações que fazem parte da memória de uma sociedade, como lembrança da vida de um grupo de pessoas e de como esse grupo vivia na sociedade, na coletividade.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas celebrações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13).

Nora (1993) ressalta que não existe memória espontânea, elas surgem a partir do momento em que criamos arquivos, organizamos celebrações e datas importantes; que registramos essas celebrações, porque tudo isso não é natural, é preciso que os criemos para que fiquem registrados. Assim fica entendido que tanto as datas como as celebrações são fatores que parte da memória de ações vividas pelos indivíduos por meio da coletividade, como a exemplo de aniversários e de toda e quaisquer ações que envolvam celebrações.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15).

Pollak (1992), em uma perspectiva dialógica ao que foi citado, afirma que, se em todos os níveis a memória é um fenômeno construído pelo grupo social e individual, quando nós falamos da memória que herdamos pode-se dizer que há uma ligação entre a memória e o sentimento de identidade. Nesse aspecto, está-se tomando o sentido superficial de identidade, mas o que importa é o sentido da imagem de si para si mesma. É uma imagem que a pessoa tem durante a sua vida referente a si mesma, que vai se constituindo e sendo apresentada às pessoas.

Nessa construção da identidade – e aí recorro a literatura da psicologia social; e, em parte, da psicanálise- há três elementos essenciais. Há a unidade física, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no

sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda em relação à memória e à identidade ligada a um grupo e construída na coletividade, pode-se refletir sobre o ato de realizar ações ligadas às tradições culturais que fazem parte da memória da comunidade contribuinte, sendo que, neste caso, a identidade está ligada ao sentimento de continuidade.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

O autor também afirma que a memória está ligada à identidade porque se constitui por meio de um sentimento e a identidade se configura por meio individual ou na coletividade, gerando um sentimento de continuidade de um grupo social por meio de interação com outro ou consigo mesmo.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essenciais de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204).

A convivência com os outros no processo de aceitabilidade, de admissibilidade, de possuir credibilidade, configura a construção da identidade do indivíduo. E, nesse processo, a memória e a identidade podem ser negociadas e não são critérios essenciais pertencentes exclusivamente a um grupo ou a uma pessoa.

Ao se estudar os saberes e fazeres ligados a tradições culturais do patrimônio cultural imaterial propicia-se a valorização e a preservação da cultura de uma sociedade – no caso desta pesquisa, da Cidade de Goiás e, sobretudo, a preservação da memória de um povo. Esses saberes e fazeres envolvendo a cultura em uma sociedade são contribuintes na construção da identidade do indivíduo que se configura na coletividade. Tais conhecimentos oportunizam, aos indivíduos, conhecerem a si mesmos e a se sentirem inseridos na comunidade ou grupo social. Gonçalves (1988) faz a seguinte observação em relação à memória e à construção da identidade:

Na verdade, a própria ideia de um passado ou de uma memória como um dado

relevante na construção das identidades pessoais e coletivas pode ser pensada como uma invenção moderna e que data de fins do século XVIII. É nesse contexto que emerge o gênero autobiográfico, onde um passado narrativamente construído é usado como um instrumento de autoconhecimento. Isto pode ser feito numa escala pessoal ou coletiva. (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Ao analisar o fragmento acima conectando-o aos personagens ou pessoas de referência da Cidade de Goiás – como Cora Coralina, Leodegária de Jesus e Maria Grampinho, pode-se afirmar que a memória e a identidade dessas pessoas foram criadas, como afirma Gonçalves, na coletividade, no convívio delas com a comunidade vilaboense. A comunidade mantém viva os personagens por meio de lembranças e de documentos escritos. A respeito da vida e obra de Cora Coralina há, ainda, o museu dedicado à sua memória, contribui ainda mais para que se mantenha viva a história da poetisa.

As lembranças da memória da poetisa Cora Coralina remetem para partes da entrevista da diretora do Museu Cora Coralina, Marlene Vellasco – entrevista realizada em 2021 e que será mais bem apresentada na sequência – particularmente quando ela ressalta que se preocupa em preservar a memória de Cora Coralina porque ela foi uma mulher que contribuiu muito para que a Cidade de Goiás se tornasse conhecida mundialmente. “Sem Cora Coralina a cidade não seria a cidade que é atualmente. Cora Coralina faz parte da história da cidade e essa história precisa ser mantida viva”, diz Marlene Vellasco. “É necessário que os professores trabalhem a história da cidade, a história das pessoas que contribuíram com a cidade e a história dos monumentos históricos para que sejam preservados e valorizados pelas pessoas”, reitera Marlene Vellasco. A entrevistada se lembrou ainda do projeto ‘Viva e Reviva’ e lamenta que não tem visto essas ações envolvendo o estudo sobre o patrimônio e a cultura da Cidade de Goiás nas escolas.

Em entrevista com as professoras da Escola Geração Santa em agosto de 2021, relataram que acham fundamental a realização de ações envolvendo educação patrimonial. “[...] é importante que os alunos conheçam a história da nossa cidade, a história dos antepassados, e a cultura envolvendo essa história” relatou a professora Marluí F. Barbosa, apoiada pelas demais.

É nesse contexto que emerge o gênero autobiográfico, onde um passado narrativamente construído é usado como um instrumento de autoconhecimentos (OLNEY, 1980 *apud* GONÇALVES, 1988). Ao que se refere aos personagens de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, tal autobiografia e autoconhecimento foram criadas de forma individual por elas, mas tem se confirmado de maneira coletiva. A comunidade

conhece a história de vida delas e ambas são lembradas pelos seus feitos como mulheres que se sobressaíram, rompendo barreiras e lutando para conquistar seu espaço na sociedade.

Em relação à autobiografia de Maria Grampinho, ela foi uma pessoa que deixou lembranças marcadamente ligadas a uma vida difícil; dormia no porão de Cora, alimentava-se de doações da comunidade, vivia na extrema pobreza e persistiu a todo momento, lutando para sobreviver, mesmo com todas as dificuldades presentes. Atualmente é lembrada por meio de histórias, documentários e bonecas de tecidos.

2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De início é importante esclarecer que a proposta educacional foi apresentada e autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás por se tratar de uma pesquisa qualitativa envolvendo imagens e entrevistas dos participantes. Assim sendo, foi necessário que os participantes assinassem autorizações, tanto os responsáveis legais quanto os alunos e as professoras da instituição educacional.

A referida pesquisa foi desenvolvida na Escola Geração Santa com a finalidade de executar um trabalho sistematizado de ações de educação patrimonial ligada aos valores e tradições culturais da Cidade de Goiás, o que, por sua vez, aciona os saberes e fazeres envolvendo o patrimônio cultural imaterial.

É de conhecimento que a Cidade de Goiás foi fundada no século XVIII em um período marcado pela exploração portuguesa nos estados nacionais, ou seja, em todo território do Brasil em busca de riquezas minerais (ouro, pedras preciosas).

Após a fundação, inicialmente sob o nome de Sant'Anna, o arraial foi rebatizado como Vila Boa de Goiás, tornou-se vila e depois uma cidade muito próspera, das mais ricas do País em decorrência da mineração, tornando-se a capital do Estado. Com isso, muitas pessoas da nobreza portuguesa vieram residir no espaço. Nesse período houve a necessidade de construir casas para atender às necessidades da nobreza e do Estado. Assim, várias construções foram feitas atendendo ao padrão da época, o estilo arquitetônico colonial. Atualmente as construções de destaque são os museus da cidade, consagrados como patrimônios arquitetônicos e bens materiais; são pontos turísticos que preservam o imaginário urbano e tradições ligadas às culturas indígena, portuguesa e africana.

Ao circular pela cidade de Goiás, toda sua composição histórica também aciona a possibilidade de observar quantidade de pessoas com várias habilidades em confeccionar objetos em madeira, argila (cerâmica), pedra sabão e tecidos – produzindo tapetes, roupas,

bonecas, fantoches e outros. Há também as habilidades na culinária, ao preparar os alimentos ligados aos ancestrais, como a pamonha, farinha, cuscuz, feijoada, feijão tropeiro, beiju, pé de moleque e outros, utilizando o milho, a mandioca, feijão.

Contempla-se várias expressões culturais ligadas aos antepassados que podem ser trabalhadas nas escolas pelos professores. É importante refletir sobre esse fato porque muitas pessoas da comunidade não tiveram oportunidade de conhecer os repertórios culturais da Cidade de Goiás. Muitos nunca visitaram os museus, não conhecem os artefatos preservados nos espaços, e outros nunca se preocuparam em conhecer as origens dos alimentos que consomem diariamente.

Partindo dos fatos elencados, é importante que as escolas ofereçam a oportunidade, aos educandos, de adquirir os conhecimentos que muitos de seus pais não puderam por variados motivos. É necessário que este trabalho seja realizado desde as séries iniciais para que desde a infância as crianças conheçam as suas origens culturais e até mesmo possam romper com certos preconceitos – como com os povos indígenas e africanos, que ainda são presentes na sociedade, compreendendo que esses são nossos descendentes e merecem respeito.

Assim sendo, a ação em destaque focando no estudo do patrimônio imaterial foi a oficina de confecção de fantoches, uma tradição cultural ligada aos saberes e fazeres do povo vilaboense, que foi realizada em sala de aula com os/as alunos/as do 5º ano da Escola Geração Santa, no turno matutino. A ação envolveu a professora regente, a pesquisadora, a artesã Marcelene Divina de S. C. Cardoso e os alunos que optaram por participar da mesma. Quanto à proposta metodológica, trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (2008):

[...] é adequado aos estudos da história das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, de forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2008, p. 57).

A citada autora confirma que a pesquisa qualitativa relacionando a história possibilita analisar e compreender as pessoas em suas representações, crenças, percepções e opiniões. É possível compreender e interpretar os seres humanos durante sua existência, sua forma de vida, como fabricam seus artefatos e como constroem a si mesmos, os sentimentos e pensamentos. Mediante tais características desta modalidade de pesquisa, cuja preocupação se

traduz mais no processo do que em estatísticas, toda a coleta de dados foi triangulada de modo a fundamentar a dissertação ao longo do seu desenvolvimento.

As ações metodológicas do trabalho em questão envolvem leituras, teatro, relatos orais, interação em rodas de conversas, textos impressos, imagens, livros e materiais lúdicos – tecidos, tesouras, colas, linhas, agulhas e outros – para a confecção dos fantoches durante a oficina. A primeira ação foi um estudo do PPP da unidade escolar, seguido das rodas de conversas com as professoras sobre a importância de desenvolver ações de educação patrimonial valorizando os saberes e fazeres das tradições da Cidade de Goiás.

A segunda ação foi a visita ao Museu Casa de Cora Coralina, quando os alunos conheceram os saberes e fazeres da poetisa, o modelo da construção do prédio, as obras literárias – em especial o livro ‘Os meninos verdes’, impresso em forma de desenho animado, uma das obras infantis da poetisa; depois eles desenvolveram ações acerca do aniversário de Cora, oportunidade em que se comemora o Dia do Vizinho com doações de bolos, doces ou cartas para os vizinhos. Os alunos também realizaram várias atividades envolvendo desenhos, poemas e cartas que foram expostos em outra ação educacional realizada na escola; trata-se de uma peça teatral em que os fantoches caracterizados de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus narram a história da fundação e fatos históricos sobre a Cidade de Goiás.

Em outra ação educacional houve a leitura de um material pedagógico que fundamenta conceitos sobre patrimônio, patrimônio cultural material, imaterial e memória, bem como sobre as três mulheres referência citadas. A ação foi realizada envolvendo imagens e linguagem simples visando proporcionar melhor compreensão por parte dos alunos que estão ainda nas séries iniciais.

Como proposta de reflexão, realizou-se uma roda de conversas e propôs-se os seguintes questionamentos: O que é patrimônio para você? Quais as pessoas de referência para a sua vida? Quais alimentos que gostam de consumir que a família prepara e quais gostam de consumir no mercado municipal da Cidade de Goiás? Os questionamentos foram respondidos pelos alunos em forma de desenhos utilizando lápis para desenho, lápis de cor e papel A4. Após os registros, relataram sobre os espaços que são patrimoniais para eles e os alimentos preferidos preparados pela família e consumidos no mercado municipal da Cidade de Goiás.

A última ação de educação patrimonial foi a confecção de fantoches, organizada em parceria com a artesã Marcelene Camargo, momento em que os alunos tiveram a oportunidade de ouvir os relatos da artesã, que explicou, passo a passo, como confeccionar os fantoches. Em seguida, cada aluno confeccionou um fantoche, caracterizando a pessoa de

referência escolhida de sua família. Cada aluno pôde escolher os acessórios a serem usados dentre fitas, laços e tintas para pintar os olhos, boca, vestimentas e cabelos, selecionando tudo que melhor caracterizasse a pessoa escolhida por eles. Ao final eles levaram o fantoche para casa como presente.

Todas as ações realizadas na Escola Geração Santa foram organizadas por meio de um documentário, que também é caracterizado como uma ação de educação patrimonial porque tem, como propósito, a demonstração de um abrangente acontecimento que contempla estudos da cultura local envolvendo os saberes e fazeres do patrimônio imaterial. Os quais foram apontados por meio de teatro e oficina de fantoches, narrativas em forma de entrevistas com conhecedoras do patrimônio e das três mulheres de referência: Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, contemplando fotos e fatos acerca das referidas mulheres. Assim sendo, o documentário foi gravado em forma de vídeo contemplando oficina, teatro, narrativas, imagens, fotografias e entrevistas.

O cineasta, fotógrafo e pesquisador vilaboense Lázaro Ribeiro foi convidado para elaborar o referido documentário por ser um colaborador que se destaca na preservação e valorização da memória do povo vilaboense. Lázaro nasceu em Goiânia, em 11 de março de 1985, veio para a Cidade de Goiás em 1996 com intuito de fazer artes; foi aluno da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle e teve como mestra a professora Marly Mendanha; na escola diz ter se apaixonado por Goiás ao pintar os casarios. Com o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) veio sua paixão pela sétima arte. Seu primeiro curta, ‘Repintando a nossa história’, teve a professora Marly Mendanha na direção. No vídeo retratam a luta para a Cidade de Goiás se tornar patrimônio mundial da humanidade.

Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), especialista em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania e Mestre em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Lázaro coordena o Ponto de Cultura Imagem da Memória e é também diretor do Museu da Memória de Goyaz, ambos na Cidade de Goiás.

A filmografia do referido cineasta é composta por 26 curtas-metragens, entre ficção e documentário, destacando ‘Maria Macaca’ (2015), vencedor de vários prêmios e menções honrosas em festivais e mostras nacionais e internacionais, entre eles: melhor filme júri popular (troféu Luiz Gonzaga Soares) e segunda melhor produção goiana (troféu José Perillo) no FICA edição de 2015. Sua produção audiovisual está voltada à salvaguarda do patrimônio imaterial da Cidade de Goiás, por meio do conselho Estadual de Cultura, tendo recebido, no ano de 2015, a Medalha de Mérito Cultural pela importante contribuição à cultura goiana no audiovisual.

3 OS SABERES E FAZERES NA CONFEÇÃO DE FANTOCHES: MULHERES DE REFERÊNCIA CULTURAL EM GOIÁS

Ao se tratar de patrimônio cultural se está falando de referências ligadas à ancestralidade de um povo que viveu/vive em um determinado espaço e que contribuiu/contribui com a cultura desse local. Ao se tratar de hábitos culturais, refere-se às habilidades de criar e recriar dando significado a objetos, assim como a “[...] obras de arte, festas, músicas, danças, folguedos e comidas, saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia” (IPHAN, 2012, p. 5). Neste sentido, trata-se neste capítulo, de maneira mais detida, sobre o bem cultural ao qual é dedicada esta pesquisa.

3.1 APRESENTAÇÃO DO BEM CULTURAL PESQUISADO

O bem cultural pesquisado é a prática de confeccionar os fantoches, registrada em forma de oficinas realizadas na Escola Geração Santa, na Cidade de Goiás, com alunos/as do 5º ano. Para a ação foram apresentados os modelos de fantoches, já confeccionados, de personagens conhecidos da cidade: Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus.

A escolha desses personagens partiu de referências da própria população vilaboense e de seus significados. A seguir, uma breve exposição da vida e da peculiaridade destas pessoas de referência em Goiás, que consolidaram costumes e práticas culturais.

3.1.1 Cora Coralina

Ana Lins dos Guimarães Peixoto, também conhecida como Aninha ou Cora Coralina, nasceu em Vila Boa de Goiás, em 20 de agosto de 1889, às margens do Rio Vermelho. Filha de Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto e de Jacinta Luísa do Couto Brandão, Cora Coralina foi criada na casa velha da ponte, assim conhecida por ser uma das primeiras construções da cidade.

Atualmente o local abriga o Museu Casa de Coralina, um espaço que guarda os pertences da poetisa. Um mês e 25 dias após o nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto seu pai, Francisco Lins, faleceu e a mãe de Cora Coralina teve que criar as filhas sozinhas. Era uma época muito difícil, porque foi na mesma época em que houve a abolição da escravidão e a família que não tinha mão de obra escrava nas fazendas começou a se endividar (BRITTO; SEDA, 2009).

Com os problemas em decorrência do falecimento do esposo, Jacinta mudou-se para a fazenda do seu pai com as filhas e alugou a casa da ponte. Com o recurso do aluguel pagou parte das dívidas da família. Somente em 1905 retornou para a Casa da Ponte; naquela época viveram na casa cerca de oito mulheres.

Com o passar dos anos, as tias e a avó faleceram e as filhas se casaram. Após o casamento, Cora Coralina mudou-se de cidade, retornando em 1956, após a morte da sua mãe, voltando a residir na casa da ponte. Vendeu doces, economizou dinheiro e comprou as partes dos demais herdeiros na Casa da Ponte, permanecendo no espaço até a sua morte, em 10 de abril de 1985 (BRITTO; SEDA, 2009). Sua casa foi transformada em museu por um grupo de amigos.

Em 20 de agosto de 1989, no dia do centenário de nascimento da poetisa, O Museu Casa de Cora Coralina abre suas e, até hoje, recebe diariamente dezenas de pessoas dispostas a conhecer a herança de Cora Coralina, que também é a herança de toda cidade: os significados se entrelaçam e a casa foi devolvida à gente dos reinos de Goiás. (BRITTO; SEDA, 2009, p. 28).

De acordo com os citados autores, quando completou 100 anos do nascimento da poetisa Cora Coralina o museu foi aberto na sua residência, a antiga Casa da Ponte, com o nome ‘Museu Casa de Cora Coralina’, um espaço aberto à comunidade que queira conhecer as heranças da poetisa. Trata-se de um espaço que guarda a história da vida da poetisa e que, agora, pertence à comunidade.

Com 14 anos de idade Cora Coralina iniciou seu processo como escritora, tornando-se uma poetisa e contista brasileira de prestígio. Em 1980 Carlos Drummond de Andrade conheceu suas poesias e publicou uma nota enaltecendo-a como escritora. Este fato contribuiu muito para a divulgação dos seus trabalhos, tornando-a cada vez mais conhecida. Cora publicou o seu primeiro livro aos 76 anos, uma das maiores expressividades da poesia moderna. Além dos vários livros de poemas, também escreveu literatura infanto-juvenil, tendo recebido várias premiações. Em 1970 tomou posse na cadeira nº 5 na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Em 1976 lançou seu segundo livro: ‘Meu livro de cordel’.

Nos últimos anos de vida tornou-se muito conhecida, sendo convidada a participar de conferências e programas de televisão. Nessa mesma época, recebeu o título de Doutora Honoris Causa da UFG e algumas premiações, como o Prêmio Juca Pato da União Brasileira dos Escritores (UBE). Este prêmio é consagrado ao intelectual destaque do ano, que lhe foi outorgado em 1983 por sua obra literária ‘Vintém de cobre: meias confissões de Aninha’. Em

1984 tornou-se uma das escritoras mais famosas e populares do Brasil. Pelo reconhecimento às suas obras literárias, foi convidada a ocupar uma das cadeiras da Academia Goiana de Letras (AGL).

A Figura 8 é uma foto de Cora Coralina no auge de sua carreira como escritora goiana. Uma artista vilaboense consagrada e reconhecida mundialmente.

Figura 8 - Cora Coralina



Fonte: Museu Casa de Cora Coralina (2016).

Cora Coralina foi uma pessoa que se sobressaiu em uma época em que as mulheres não tinham muitas oportunidades e reconhecimento. De doceira à escritora consagrada, marcou a história da Cidade de Goiás. Sua imagem, legado e memória contribuíram para que a cidade se tornasse ponto turístico e Patrimônio Mundial da Humanidade.

Atualmente em sua casa estão expostos uma série de itens para que as pessoas tenham a oportunidade de conhecer tanto as obras da poetisa, como outros pertences, incluindo móveis, roupas, tachos de cobre que usava para fabricar manualmente os doces e outros utensílios domésticos. As imagens a seguir são do Museu Casa de Cora Coralina, espaço que guarda os utensílios da poetisa Cora Coralina e que retrata um pouco de sua trajetória e costumes.

Como se vê na Figura 9, o quarto que pertencia à poetisa está muito bem conservado, contendo vestimentas, cama em madeira, colcha de retalho fabricada manualmente e de acordo com o costume da época.

Figura 9 - Quarto de Cora Coralina



Fonte: Museu Casa de Cora Coralina (2016).

A Figura 10 mostra a cozinha onde a poetisa fazia os alimentos e os doces que comercializava. Observa-se móveis antigos e fogão à lenha, mesa em madeira e tachos de cobre sobre elas, que utilizava para a fabricação de doces caseiros. Tudo em bom estado de conservação.

Figura 10 - Cozinha de Cora Coralina



Fonte: Museu Casa de Cora Coralina, 2016

A comunidade da cidade de Goiás é a principal contribuinte para manter viva a memória da poetisa Cora Coralina para que futuras gerações tenham a oportunidade de conhecer o legado da doceira e consagrada poetisa que marcou a história da cidade.

A Figura 11 retrata o momento da entrevista da autora deste relatório com Marlene Vellasco, agente patrimonial e uma das fundadoras do Museu Casa de Cora Coralina. A entrevista, realizada em 21 de agosto de 2021, foi conduzida dentro do escritório do museu, um ambiente com várias fotografias da poetisa nas paredes, uma estante com vários livros e alguns trabalhos acadêmicos sobre a poetisa.

Figura 11 - Marlene Vellasco - Diretora do Museu Casa de Cora Coralina



Fonte: Lázaro Ribeiro (2021).

A entrevista foi iniciada com o seguinte questionamento: Como uma das fundadoras e diretora do Museu Casa de Cora Coralina, o que tem a dizer sobre o processo de fundação, os desafios para manter o funcionamento do espaço e a importância dos professores em desenvolverem ações de educação patrimonial, não somente nesse espaço, mas em todos espaços patrimoniais da cidade de Goiás?

Marlene Velasco relatou sobre todo o processo da fundação do museu, da união dos vizinhos para preservar tudo que pertencia à poetisa Cora Coralina. Narrou que Antolina Borges Viana, Elder e vários outros vizinhos lutaram muito para fundar o museu e que não foi nada fácil, uma vez que tudo envolveu um processo burocrático.

Antolina Borges Viana é citada a todo momento como parceira fiel na luta pela preservação dos patrimônios históricos de Goiás. Amiga pessoal de Marlene e da poetisa Cora Coralina; tão amiga que quando Cora estava doente e teve que ser internada, Marlene e Antolina tiveram que a acompanhar a pedido da própria poetisa: “Cora não aceitou nem a neta dela acompanhar, somente nós duas”, contou Marlene. Um fato muito difícil foi comunicar a seu Vicente, um morador e cuidador do quintal da casa de Cora Coralina, muito amigo da mesma, sobre a morte da sua amiga. Em relação a Cora Coralina, a professora em questão, relatou várias histórias que presenciou com ela:

Se não fosse Cora a cidade de Goiás não se tornaria turística e conhecida mundialmente. Ela poderia ter ficado em São Paulo, mas veio para Goiás e contribuiu muito com a cidade! Como não transformar a casa dela em um museu? Ela precisa ser valorizada por tudo que fez pela cidade de Goiás. Fundar o museu foi preciso. Eu trabalho aqui sem remuneração, só com intenção de preservar tudo de Cora Coralina, e já tem uma funcionária que dará continuidade à minha missão quando não estiver mais aqui. (Marlene Vellasco, entrevista em 21 de agosto de 2021).

Marlene também contou sobre as dificuldades enfrentadas para reformar o Museu Casa de Cora Coralina. Ela se alegra por conseguir uma reforma tão boa que nunca teve problemas estruturais. Relatou que o museu é uma instituição sem fins lucrativos e que é mantido por meio do turismo e de doações; e fez o seguinte comentário “[...] acho que Cora Coralina está presente no museu, quando não dinheiro para pagar os funcionários, aparece um turista e compras todas as obras da poetisa e tudo se revolve”.

Em relação à preservação do museu, a professora Marlene se diz preocupada, porque segundo ela, as equipes escolares da cidade de Goiás não estão desenvolvendo ações de educação patrimonial nos espaços patrimoniais. Concluiu esta fala dizendo: “[...] quem preserva os espaços patrimoniais são as pessoas para isso elas precisam conhecer a sua importância”. A partir desta fala, entende-se que esses espaços passam a não ter significado e até deixam de existir por não serem vistos como lugares de importância.

Durante a entrevista, observou-se o quanto ela se sente responsável pela preservação do citado espaço patrimonial. Foi uma das fundadoras e tem trabalhado sem fins lucrativos, somente com o objetivo de conservar tudo que pertenceu à poetisa Cora Coralina. A poetisa fez muito pela cidade, contribuindo para que se tornasse conhecida mundialmente e recebesse o título de Patrimônio Mundial da Humanidade. “Se não fosse Cora, a cidade não seria o que ela é hoje. No dossiê que foi criado para que a cidade de Goiás tornasse Patrimônio Mundial

da Humanidade ela é citada como poetisa e tem partes de seus poemas nesse documento”, relatou Marlene. Assim, observa-se a sua contribuição para o título.

A entrevistada expôs que o museu já reabriu suas portas, no pós-fechamento da pandemia, e que é necessário que as escolas realizem ações de educação patrimonial no espaço. Para ela é importante observar as adequações que foram feitas; sendo que uma das novidades que está fazendo sucesso é a exposição da imagem da poetisa escrevendo na máquina de datilografia. Muitos visitantes ficam horas no espaço contemplando as adequações, muitas crianças manifestam encantamento ao ver Cora escrevendo, contou a entrevistada. A tecnologia também está sendo utilizada para propiciar maior visibilidade ao museu, sendo que as adequações com o uso da tecnologia foram pontuais para atrair os turistas.

Assim sendo, o Museu Casa de Cora Coralina mantém viva a história e a memória da poetisa Cora Coralina. É um espaço que apresenta bom estado de conservação, que sempre está aberto aos turistas e a toda a comunidade vilaboense e é totalmente mantido com recursos propiciados pelo turismo e pelas doações.

Faz-se necessário que as pessoas conheçam a história de Cora Coralina. É fundamental que este trabalho seja iniciado desde as séries iniciais para que as crianças compreendam a importância de valorizar os fatos, eventos e acontecimentos ligados à história da sua cidade. Incluindo-se, no caso da Cidade de Goiás, compreender o quanto Cora Coralina foi e é importante para a cidade, sendo também uma das pessoas de referência para nossa história.

3.1.2 Leodegária Brazília de Jesus

A escritora Leodegária Brazília de Jesus foi à segunda mulher de referência para a Cidade de Goiás selecionada para esta pesquisa e caracterizada nos fantoches usados durante a oficina realizada na Escola Geração Santa. É interessante notar que não se trata de uma personagem tão popular e conhecida como a poetisa Cora Coralina, mas é uma pessoa que teve grande contribuição na literatura; uma mulher negra que se sobressaiu e se destacou como escritora. Em relação à presença de mulheres negras na história da literatura é importante analisar o fragmento a seguir:

A presença das poetisas negras é parte da história da literatura brasileira. Em 1906, com 17 anos, Leodegária Brazília de Jesus (1889-1978) publicou o primeiro livro de poesia de autoria feminina em Goiás, intitulado *Corôa de Lyrios*, pela editora Azul, de Campinas, São Paulo. É uma obra poética com características da literatura romântica que marcou suas leituras aos 15 anos, quando escreveu o livro. Esse feito

é parte de uma vida marcada pela história familiar de investimento em educação por gerações sucessivas, desde o efervescente século XIX. É quando se pode identificar mobilidade territorial e social entre a gente negra em Goiás, em especial nas décadas seguintes à Abolição. (MIRANDA, 2021).

De acordo com o fragmento, retirado de um artigo publicado na revista eletrônica *História e Reflexão*, sobre a poetisa Leodegária de Jesus, é importante compreender a importância marcante da escritora negra, que nasceu em 1889 e faleceu em 1978. Com 17 anos, em 1906, Leodegária publicou o primeiro livro de poesia realizado por uma mulher em Goiás, com o título ‘Corôa de lyrios’. A característica da narrativa é romântica e isso se deu pela influência das leituras que fazia. Sua obra também revela fatos de sua vida em família e os movimentos dos indivíduos, das famílias e do grupo social após a abolição.

Vale ressaltar fatos marcantes desde o nascimento da escritora para compreender a sua trajetória. França (1998) relata que Leodegária de Jesus nasceu a oito de agosto de 1889, em Caldas Novas, um ano depois da abolição da escravidão e por volta de 100 dias após a proclamação da república brasileira, recebendo o nome Leodegária Brasília de Jesus em homenagem ao santo São Leodegário. Filha de José Antônio de Jesus, negro, órfão e pobre, desde criança foi criado por religiosos, vivendo em seminários; e de Ana Isolina Furtado Lima de Jesus, filha de um médico que era descendente de portugueses, proprietários de alguns bens. Na cidade de Caldas Novas seus pais abriram uma escola em Caldas Novas.

Leodegária de Jesus teve duas irmãs, Zenóbia Palmira, a mais velha, e a mais nova que era sua madrinha, chamava-se Maria Aurora. Aos dois meses de idade a família mudou-se de Caldas Novas para Jataí com propósito de cuidar da escola (FRANÇA, 1998). Em Jataí foi o lugar em que Leodegária cresceu e se tornou poetisa. Segundo França (1998, p. 63), “[...] sem sombra de dúvida, a ex-aluna mais brilhante e famosa dessa escolinha primária, porque foi ali que aprendeu a ler em tenra idade, descortinando então os seus olhos o mundo encantado das palavras”.

A instrução de Leodegária de Jesus, atestada por França (1998) e por Denófrio (2001; 2009), ocorreu no seio da família, em casa e na escola. Seu pai, com sua formação religiosa, nos seminários católicos, era o pai e o mestre. Portanto, Leodegária, embora, nesse tempo, não estudasse em escola religiosa, recebia uma educação compatível com a das escolas católicas. Com o rigor de sua educação, Leodegária, que era uma menina delicada e sensível, cresceu obediente e bem comportada. Apesar disso, fazia suas travessuras, “vivía montada nos últimos galhos das árvores de fruto, o que lhe valeu nessa época o apelido de ‘Passarinho’” que foi o seu pseudônimo quando começou a escrever poesias, aos 14 anos de idade. (REZENDE, 2018, p. 141).

De acordo com Rezende (2018), referenciando sua pesquisa nos escritos de França (1998) e Denófrio (2001, 2009), Leodegária recebeu formação da própria família e da instituição escolar que dirigiam; o pai já tinha uma formação religiosa e atuava como professor, o que contribuiu para que a referida escritora conhecesse, desde criança, os princípios da religião católica e seguisse os costumes religiosos da época. Quando criança uma de suas travessuras era subir em galhos de árvores, quando recebeu o apelido de ‘Passarinho’; tal apelido se perpetuou, tornando-se seu pseudônimo assim que iniciou o processo de escrever poesias, aos 14 anos de idade.

Quando estava com 7 anos de idade, a família de Leodegária mudou-se novamente, dessa vez, para Rio Verde, onde seu pai foi dirigir um jornal, o Oeste de Goiás, do Partido Republicano Federal. Foi seu primeiro sentimento (sofrimento) de perda, por deixar os amigos, aos quais era apegada. Mais tarde, sua dor e sua saudade, acumuladas, são expressas no poema Jatahy, em Corôa de Iyríos. (DENÓFRIO, 2001, p. 29).

Rezende (2018) continua:

Começa, entretanto, para ela uma nova e rica experiência, a convivência com a imprensa, uma convivência marcante, que influencia sua vida e sua escrita, expressa no soneto A imprensa, em Orchideas. O religioso professor Jesus, agora também jornalista e político, sempre com o compromisso de “pensar e escrever em defesa da coletividade”. (REZENDE, 2018, p. 141).

O pai de Leodegária foi eleito deputado estadual e assumiu seu posto em 1898. Para tanto, mudou-se com a família para a então capital goiana, a Cidade de Goiás. Leodegária sofreu com a ausência dos amigos, mas se adaptou rapidamente na capital. Foi matriculada no Colégio Sant’Ana, que era conduzido pelas Irmãs Dominicanas, recebendo, assim, uma excelente formação educacional, proporcionada pelas freiras. Conquistou grandes amizades que duraram para a vida toda, como Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina) e Maria Peclat.

Pelos relatos de Basileu França (1998) e de Darcy Denófrio (2001; 2009), Leodegária de Jesus era uma moça sensível e intensa. Vivia com igual intensidade as alegrias e as tristezas. Viveu intensamente a vida cultural da cidade de Goiás, as decepções e as dores pelas quais passou, viveu e sofreu intensamente o único amor que teve na vida. A essa altura, dialogando com Conceição Evaristo (2006), podemos perguntar de onde Leodegária de Jesus, adolescente, ainda que bastante amadurecida, partejou suas “escrivivências”, traduzidas, de acordo com seus críticos, em “tristes versos”, de expressividade romântica e forma parnasiana? (REZENDE, 2018, p. 142).

A condição de figura política do pai acabou por refletir na formação educacional de Leodegária, como diz Rezende (2018):

Uma decepção vivida, em meio à dor do amor juvenil, veio quando quis entrar para o Lyceu, para cursar os “preparatórios”, seu grande sonho, e foi barrada pelas perseguições políticas a seu pai. Mas, o professor Jesus não se conformou e denunciou a discriminação. Em resposta à sua denúncia, o governo federal nomeou uma banca especial para examinar Leodegária. Seu desempenho nos exames, narram Basileu França (1998) e Darcy Denófrio (2001), foi brilhante. Mesmo assim, por situações adversas, não pode ela estudar no Lyceu, um espaço geo-histórico marcado e, por isso, reservado para poucos e alguns. Como prêmio de consolação, Leodegária foi convidada a participar do Grêmio Literário Goiano e passou a circular em espaços geo-históricos menos reservados da sociedade vilaboense. A outra dor vivida foi a amorosa. Leodegária, ainda uma menina, já amava aquele que seria o único amor de sua vida, um amor que fecharia seu coração. Não pôde viver plenamente sua paixão, além de ter de guardar segredo e sofrer em silêncio sua dor. Dor que traduziu em “lírica romântico-parnasiana”, em *Corôa de lyrios*, entre 15 e 16 anos de idade. Em 1906, aos 17 anos de idade incompletos, Leodegária de Jesus era a primeira mulher em Goiás a publicar um livro literário. A dor do amor, entrecruzada com a decepção sócio-política, deu a ela, de cabeça erguida, um lugar de destaque na sociedade goiana, em um espaço geo-histórico, até então, ocupado somente por homens. (REZENDE, 2018, p. 142).

Uma juventude marcada por intensos sofrimentos somados ao amor não correspondido, dentro de um espaço onde sua condição de mulher negra acabava por lhe legar uma série de demarcações sociais que afetaram a existência da ainda jovem escritora. Ademais, ela passou outros momentos difíceis ainda muito jovem.

[...] o pai de Leodegária adoeceu da coluna e, em seguida, descobriu um glaucoma (que o deixaria cego). Com a doença do professor Jesus, outra luta se travou na família. O professor não conseguiu licença para se tratar, não tinha as mesmas condições para trabalhar e suas enfermidades avançaram rapidamente. Quando a situação da família, em todos os aspectos, parecia sem solução, Antônio de Jesus foi convidado por seu amigo Prates para se mudar para Catalão, onde teria melhores condições de trabalho, de tratamento e de vida. A família mudou-se da cidade de Goiás e, em Catalão, Leodegária assumiu o comando da casa, consumindo suas premonições de infância. Foram tempos difíceis. A saúde do pai só piorou, Leodegária e a irmã Zenóbia tiveram de lecionar o dia todo e, para complementar a renda, Leodegária costurava à noite. O corpo da mulher negra “sem o amparo de um homem” é um corpo sem descanso. (REZENDE, 2018, p. 142).

Após alguns anos em Catalão, lutando com a doença do pai, Leodegária resolveu se mudar para Minas Gerais em busca de tratamento. O objetivo era Uberaba (MG), mas permaneceram em Araguari (MG). Como a situação da separação da família estava demorando para ser resolvida, dona Ana Isolina decidiu ir com as outras duas filhas ao encontro do esposo e de Leodegária. Assim, a família reuniu-se e permaneceu em Araguari,

mudando-se posteriormente para Uberabinha (atual Uberlândia - MG). Nesta cidade Leodegária fundou, após o falecimento de seu pai, a Escola São José (REZENDE, 2018).

Com a doença do pai, as dificuldades financeiras enfrentadas pela família foram intensas, e até a morte do pai, em 1920, as mudanças foram várias: da Cidade de Goiás para Catalão (GO), depois para Uberabinha (MG), para Rio Claro (SP) e para Belo Horizonte (MG) – cidade para a qual a poetisa se direcionou para acompanhar a irmã Maria Aurora. Este foi um momento de silêncio poético, sem nenhuma produção literária de Leodegária. Por tais razões, somente em 1928, a poetisa publicou, com 39 anos, seu segundo livro, ‘Orchideas’. Nesta obra

[...] ela traduz a dor de amor em lirismo, em versos cantados e embalados em acordes de vidas. A dor da decepção, das perdas e do sofrimento, ela canta em versos embalados por acordes duros, quase sem vida. Quase... São dores vividas e sofridas de maneiras diferentes” [...] Leodegária nasceu e cresceu em uma “zona de colisão” sociocultural, e, desde cedo, aprendeu a fazer alianças com a sociedade. Estudou com esmero, se instruiu, e sempre teve uma conduta moral ilibada. Fez aliança literária, escrevendo versos como quem lapida uma pedra preciosa. Ironicamente, Leodegária foi vencida na vida (no amor e na literatura) por excesso de obediência às regras. (REZENDE, 2018, p. 144).

Em sua narrativa sobre a história da literatura de Goiás, o escritor Fernando de Azevedo F. dos Santos selecionou os ‘grandes nomes da cultura goiana’ de 1783 até 1910; são mais de 20 poetas e escritores elencados, dos quais duas são mulheres: Leodegária de Jesus e Cora Coralina (REZENDE, 2018).

Depois vem Leodegária de Jesus, modesta poetisa, que atirando à luz da publicidade Corôa de Lírios, veio nos mostrar, o sentimentalismo do seu espírito, influxionado pela literatura do meado do século passado, quando – fallavam mais alto as vozes do coração, sem as peias da forma. [...] Cora Coralina (Anna Lins dos Guimarães Peixoto), é um dos maiores talentos que possui Goyaz; é um temperamento de verdadeiro artista. Não cultiva o verso, mas conta na prosa animada tudo que o mundo tem de bom, numa linguagem fácil e harmoniosa, ao mesmo tempo elegante. É a maior escriptora do nosso Estado, apesar de não contar ainda 20 annos de idade. (AZEVEDO, 1987 *apud* REZENDE, 2018, p. 209).

Leodegária de Jesus se destacou, por sua obra ‘Corôa de lyrios’.

[...] é uma compilação fiel de um trecho do prefácio de seu livro de poemas Corôa de Lyrios, publicado em 1906. Em síntese, seus versos são considerados, nesse momento, “sentimentais” e “sem forma”. Mas, é justamente a ruptura com a forma, e não totalmente com o sentimentalismo. (REZENDE, 2018, p. 145).

E sobre Cora Coralina, reitera que ela era uma mulher talentosa, um dos maiores talentos da literatura, que não escrevia em versos e sim em prosa animada, com linguagem simples. Aponta ainda que a artista se sobressaía em elegância com linguagem harmoniosa.

Desde a escola, bem como nos círculos culturais da capital, manteve contatos e sociabilidades com outras mulheres atuantes como Luzia de Oliveira, Rosita Godinho, Alice Santana e Cora Coralina. Leodegária começou a participar, em 1907, do Clube Literário Goiano, chegando a comandar suas sessões. Foi membra fundadora e redatora do semanário A Rosa, órgão de ativismo das mulheres da Vila Boa, por meio da escrita. (MIRANDA, 2021).

Note-se uma crônica escrita para o jornal A Rosa, que se refere à poetisa Leodegária de Jesus, citada no trecho a seguir:

O “Diálogo de uma Rosa”, uma crônica assinada por sua amiga Antonieta Vilela para aquele jornal. Versava sobre o silenciamento que uma professora pública passara, diante do poder sub-reptício do Estado em demiti-la e inibi-la, caso se manifestasse em defesa de causas das igualdades, da liberdade de expressão e dos direitos políticos da mulher. Expressando em diálogo a angústia de ser mulher e professora pública do estado, a autora ressalta: “Imagina, Rosa, – se eu fosse professora pública! Ai! Que medo eu teria de ser demitida, não?”. (MIRANDA, 2021).

Observa-se, na crônica, os problemas que uma professora da rede pública passava diante do poder do Estado, sob pena de demissão do cargo se ela expressasse a sua opinião em defesa da liberdade e direito das mulheres na sociedade. A angústia e o sofrimento dessa mulher sobressaem, uma professora que deveria se calar, mesmo tendo consciência de que os direitos das mulheres deveriam ser respeitados na sociedade: “Imagina, Rosa, - se eu fosse professora pública! Que medo eu teria de ser demitida, não?”. Nessa última citação observa-se uma crítica ao poder público, que não respeitava a liberdade de opinião, e deixa clara a opressão do sistema. A Figura 12 apresenta uma imagem de Leodegária de Jesus.

A poetisa Leodegária de Jesus deixou um legado de saberes. Pode-se dizer que ela se envolveu na política através da produção literária, deixando claro as lutas sociais em defesa dos direitos das mulheres na sociedade. Em suas publicações percebe-se o posicionamento da artista em favor dos direitos das mulheres e a artista se preocupava em evidenciar isso em seus textos literários, em especial ao falar sobre as mulheres negras, mas com intuito de garantir esses direitos a todas, independente de raça e cor.

Figura 12 - Leodegária de Jesus



Fonte: Denófrío (2001).

Sua biografia e escrita rompem com fronteiras, expressando suas manifestações na escrita em defesa por liberdade, igualdade e participação das mulheres na política. Assim, é importante observar outro ponto crucial que representa a importância da artista em questão:

A trajetória de Leodegária de Jesus lança questões para a história de Goiás e do Brasil no pós-abolição. As conexões entre Goiás e a editora paulista, a evidente influência do romantismo literário e a participação das mulheres e da gente negra na literatura fazem com que sua história nos permita entrever articulações que rompem com certa narrativa de isolamento do “sertão de Goiás”. Os estudos de Basileu Toledo França (livro *Poetisa Leodegária de Jesus*, de 1996) e Darcy França Denófrío (livro *Lavra dos Goiasés III*, de 2001) sobre sua vida e obra, embora tenham sido importantes, não chegaram a romper com o véu de invisibilidade que se produziu sobre o tema em práticas sociais que, hierarquizando memórias e histórias, tornaram essa trajetória e as condições históricas que a produziram uma lacuna no ensino da história de Goiás. (MIRANDA, 2021).

De acordo com o texto citado, Leodegária Jesus, ao longo de sua vida de escritora, expôs questões que contribuem para a história de Goiás e do Brasil no período após a abolição da escravidão. Denota-se, em sua produção intelectual, a influência do romantismo literário e o envolvimento das mulheres em questões sociais, em especial das mulheres negras. Sua produção propicia o rompimento com narrativas de abandono do ‘sertão de Goiás’.

Destarte, os estudos, por vários pesquisadores, como os citados, sobre sua vida e obra são importantes, mas não o suficiente para tornar a artista reconhecida como atuante e defensora da liberdade política das mulheres no País.

Leodegária de Jesus faz parte do terceiro período da poesia em Goiás, de 1903 a 1930, quando a região conheceu importante crescimento editorial (MIRANDA, 2021). Professora, jornalista, produtora cultural e administradora, tornou-se patronesse na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Em 2011 a Editora Câne, de Goiânia, editou a obra completa de Leodegária de Jesus, incluindo seus dois livros de poemas, além de algumas crônicas e outras poesias inéditas, que foram reunidos no volume ‘Lavra de Goias III – Leodegária de Jesus’. Na atualidade existe um grupo de mulheres negras acadêmicas que compõem o coletivo Gira Leodegária de Jesus na Faculdade de Letras da UFG, onde se produz conhecimento significativo entre as epistemologias populares e acadêmicas.

Observa-se o quanto Leodegária foi uma escritora importante para a literatura brasileira, uma mulher negra e atuante na sociedade que lutava em prol da defesa dos direitos das mulheres na sociedade. Uma mulher à frente de seu tempo, em uma época marcada pela opressão política que vigorava impedindo que as pessoas expressassem suas opiniões e lutassem pelos seus direitos. Por meio de suas obras literárias ela se preocupava em conscientizar as mulheres de seus direitos perante a sociedade.

A proposta de trabalhar com a figura de Leodegária em fantoches com os alunos da Escola Geração Santa tem por objetivo tornar essa artista mais conhecida, romper com a invisibilidade de sua pessoa, fato ainda presente na cidade de Goiás, e demonstrar como ela foi uma artista que contribuiu muito no desenvolvimento da educação escolar, da literatura e da imprensa goiana, além de trabalhos importantes em outros Estados. Sabe-se hoje, por exemplo, que o maior reconhecimento acerca da pessoa que foi Leodegária ocorreu quando fundou e foi redatora do jornal A Rosa juntamente com a poetisa Cora Coralina, em 1907.

A cidade de Goiás é contemplada com uma livraria em homenagem a Leodegária de Jesus, situada no Mercado Central.

No mês que celebra os 130 anos de nascimento de Cora Coralina, a cidade de Goiás comemora o primeiro ano da sua pioneira casa especializada em obras literárias e os mesmos 130 anos daquela que dá nome ao estabelecimento. Leodegária fica no recém-restaurado Mercado Central. O nome exposto na fachada é uma homenagem a outra poetisa da antiga Villa Boa de Goyaz. (ALVES; PINHEIRO, 2019).

É importante refletir sobre o fragmento registrado a seguir, que destaca a escritora Leodegária como precursora feminina na escrita e publicações de livros.

Negra e 12 dias mais velha que Cora, Leodegária de Jesus faria 130 anos em 8 de agosto. Primeira mulher a publicar um livro em Goiás, Corôa de Lyrios, em 1906, aos 17 anos (Cora só publicaria seu primeiro livro 54 anos depois), Leodegária era

professora e intelectual. Ela e Cora se tornaram grandes amigas, mas, apesar do pioneirismo, Leodegária nunca desfrutou do reconhecimento dado à poetisa (ALVES; PINHEIRO, 2019).

De acordo com a citação, Leodegária de Jesus não foi reconhecida assim como Cora Coralina. E pode-se afirmar que muitos vilaboenses nunca ouviram falar dos seus feitos. Assim sendo, faz muito sentido a fundação de uma livraria em homenagem a essa escritora, que muito contribuiu com a cidade de Goiás. As professoras Goiandira Ortiz (FIGURA 13), Ebe Maria de Lima Siqueira e Edina Ázara são as fundadoras da livraria Leodegária de Jesus. A escolha do nome tem como objetivo homenagear a escritora negra que se sobressaiu em uma sociedade machista e conservadora.

Figura 13 - Goiandira Ortiz - uma das fundadoras da livraria Leodegária na cidade de Goiás



Fonte: Leonardo Neto (2019).

Leodegária foi o nome escolhido pelas professoras Goiandira Ortiz, Ebe Maria de Lima Siqueira e Edina Ázara para batizar a primeira livraria da cidade desde a década de 1920. “Leodegária de Jesus é uma figura do seu tempo. Numa sociedade machista e conservadora, ela esteve ali no meio de poetas homens. Às vezes, fico imaginando como é que ela conseguiu abrir espaço para essa voz e fazendo parte da turma dos grandes como a Cora falava. É algo que nos instiga muito. Como foi a sua relação com esses homens, com essa elite, sendo negra, mulher, como ela conquistou esses espaços? E achamos que seria bacana homenageá-la. Seria bom e justo”, explicou Goiandira em uma longa conversa que teve com o PublishNews no fim de dezembro. (LEONARDO NETO, 2019).

A livraria, fundada em agosto de 2016, está localizada no Mercado Municipal de Goiás e contempla 600 títulos, entre eles muitas preciosidades. Como exemplo de uma edição

fac-símile de ‘Corôa de lyrios’, livros da poetisa Cora Coralina, além de livros de interesse geral.

3.1.3 Maria Grampinho

Por fim, a terceira personagem de destaque da pesquisa é Maria Grampinho, a qual se buscou retratar por meio dos fantoches. Maria da Purificação, conhecida como Maria Grampinho, recebeu este apelido porque usava uma grande quantidade de grampos no cabelo. Afrodescendente, ela nasceu em dois de fevereiro de 1904 em Villa Boa de Goiás e faleceu em 24 de setembro de 1985, quando a cidade já havia sido agraciada com o nome de Goiás.

Maria Grampinho, como é de conhecimento da comunidade vilaboense, vivia andando pelas ruas da cidade de Goiás durante o dia e à noite se recolhia no porão da Casa Velha da Ponte de Cora Coralina. Ela não tinha parentes na cidade e vivia com a ajuda da comunidade. Sempre andava com roupas velhas, uma saia com vários botões coloridos pregados, o cabelo com muitos grampos e carregava uma trouxa de tecido na cabeça.

Maria, por ser conhecida hóspede de Cora Coralina, é citada em seus poemas, o que proporcionou certa visibilidade a ela, aguçando o desejo das pessoas em conhecer sobre sua história. O trecho abaixo é do poema ‘Coisas de Goiás: Maria’, retirada do livro ‘Vintém de Cobre: meias confissões de aninha’, de Cora Coralina, publicado pela primeira vez em 1981.

Maria, das muitas que rolam pelo mundo.
 Maria pobre. Não tem casa nem morada.
 Vive como quer.
 Tem seu mundo e suas vaidades. Suas trouxas e seus botões.
 Seus haveres. Trouxa de pano na cabeça.
 Pedaços, sobras, retalhada.
 Centenas de botões, desusados, coloridos, madre-pérola, louça,
 vidro, plástico, variados, pregados em tiras pendentes.
 Enfeitando. Mostruário.
 Tem mais, uns caídos, bambinelas, enfeites, argolas, coisas dela.
 Seus figurinos, figurações, arte decorativa,
 criação, inventos de Maria.
 Maria grampinho, diz a gente da cidade.
 Maria sete saias, diz a gente impiedosa da cidade.
 Maria. Companheira certa e compulsada.
 Inquilina da Casa Velha da Ponte [...]. (CORALINA, 2001, p. 39).

Maria Grampinho (FIGURA 14) morou na cidade de Goiás até o seu falecimento. Durante a entrevista com a diretora do Museu Casa de Cora Coralina, Marlene Vellasco, esta destacou que Maria Grampinho de fato vivia andando pela cidade o dia todo, carregando uma

trouxa de roupa na cabeça. Normalmente não se comunicava com as pessoas e retornava para a Casa Velha da Ponte por volta das 17h, indo diretamente para os fundos do quintal, organizava uma cama no porão e dormia. Mesmo quando Cora Coralina retornou para a casa, na década de 1940, ela não se importou que a ‘hóspede’ continuasse com os mesmos costumes.

Além dos grampos, “[...] outro hábito relatado pelos moradores é que Maria fazia suas roupas e sempre que encontrava um botão, em peças abandonadas por moradores ou doadas, ela o costurava em sua roupa” (GOMES, 2018, p. 19). Maria Grampinho é a personagem do livro infantil ‘O que teria na trouxa de Maria?’, de Diane Valdez (FIGURA 15). Nesta obra a autora desperta a curiosidade e a imaginação com o mistério do que teria guardado nos pertences de Maria. “[...] muito popular no Estado de Goiás, o livro frequentemente é utilizado como material de apoio à leitura para crianças nas escolas goianas” (GOMES, 2018, p. 19).

Figura 14 - Maria Grampinho



Fonte: Arquivo Museu Casa de Cora Coralina (2021).

Figura 15 - Capa do livro 'O que teria na trouxa de Maria?'



Fonte: Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Que-Teria-Na-Trouxa-Maria/dp/8587635549>.

Acesso em: 30 set. 2021.

No livro de Diane Valdez as ilustrações mostram a imagem de Maria Grampinho rodeada de crianças movidas pela curiosidade, envolvendo o mistério do que tem guardado na trouxa de tecido que carregava. A referida personagem também é lembrada no Museu Casa de Cora, onde existe um espaço com uma imagem em tamanho real e um relato contando a história da sua relação com a poetisa Cora Coralina. Também estão em exposição fotográfica, objetos relacionados à personagem Maria Grampinho. Ela faz parte do patrimônio cultural imaterial da Cidade de Goiás, sendo representada como boneca de tecido, boneca de biscuit, peça de cerâmica, pedra sabão e em bordados de modo em geral (GOMES, 2018).

Interessa, para além dos objetivos acadêmicos, homenagear os personagens Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus enquanto importantes para o patrimônio cultural da Cidade de Goiás e personagens de referência para a comunidade vilaboense, além de representativas da história e memória local. Quando se fala no tema do patrimônio cultural, denota-se que este está ligado a referenciais culturais de um povo. Assim sendo, é importante compreender o que revela Fonseca (2001):

A expressão referência cultural tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só no acompanhamento e análise da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa

perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais (FONSECA, 2001, p. 112-113).

Fonseca (2001) deixa claro que a referência cultural tem sido usada nas experiências de vida das pessoas ligada ao contexto cultural, levando em consideração não só a produção material, mas os valores envolvendo as ações dos sujeitos ligadas às práticas sociais. Considerando os saberes da comunidade e sua preservação de bens culturais.

Dentre as pessoas de referência apresentadas, Cora Coralina é a mais conhecida. Assim, mostrar aos alunos/as os personagens em fantoches de Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, que também fazem parte do patrimônio cultural da cidade de Goiás, oportunizou o conhecimento da história de vida delas e de seus valores enquanto parte integrante da historiografia. O que, sobretudo, valoriza a cultura local e as tradições culturais ligadas aos saberes e fazeres do povo vilaboense, inserindo-os no processo de confecção dos fantoches. “Reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referência que serão mais marcadas e/ou significativas, seja pelo valor material, seja pelo valor simbólico envolvidos” (FONSECA, 2001, p. 119).

Dessa forma, e “[...] por outro lado bens aparentemente significativos podem ser fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico” (FONSECA, 2001, p. 119). Conhecer sobre os valores que envolvem o patrimônio imaterial e, atrelado a isso, pessoas de referência, significa a compreensão que está inserida em um grupo eclético de diversidades culturais, e estas contribuem para a construção da identidade individual de cada habitante dessa comunidade.

3.2 SABERES E MODO DE FAZER FANTOCHES

Marcelene Divina de Souza Camargo Cardoso, de 53 anos de idade, artesã e arte educadora nascida e criada na cidade de Goiás, foi quem nos guiou na arte de fazer os fantoches das três personagens estudadas (FIGURA 16), confeccionados com retalhos, de forma manual.

Ela conta que começou a trabalhar profissionalmente com artesanato aos 28 anos, com trabalhos envolvendo lembrancinhas de gesso, decorações de festa de aniversário e balões, pinturas em cerâmicas e MDF. Em 2014 realizou capacitação no projeto Mulheres Coralinas e aprendeu a fazer bonecas de pano, dentre várias, as de Maria Grampinho e Cora Coralina.

Figura 16 - Fantoches caracterizando Leodegária de Jesus, Cora Coralina e Maria Grampinho



Fonte: Marcelene Divina de Souza Camargo (2021).

A partir daí, passou a fazer parte do projeto e a comercializar as obras de arte em tecido. As bonecas de pano são confeccionadas da seguinte forma: cada parte é riscada e cortada na malha; depois de costuradas as partes, as bonecas são preenchidas com fibras siliconadas e cabelos de lã com vários grampos; os olhos e bocas são pintados e bordados à mão; a roupa é feita de algodão cru com retalhos variados, costurados e pregados; os botões também são pregados à mão, bem como os aviamentos e enfeites usados para a ornamentação da roupa.

A artesã se refere às bonecas da seguinte forma: “Minhas bonecas tecem laços entre cultura, patrimônio, história, arquitetura, cultura popular e a poesia de Cora Coralina, através do lúdico. Elas fazem parte de minha vida”. Marcelene Camargo se graduou em Artes Visuais pelo Instituto Federal Goiano (IFG), em 2021, e seu trabalho de conclusão de curso foi sobre a ressignificação da imagem de Maria Grampinho como personagem cultural da cidade de Goiás. O trabalho, cujo título é ‘De Maria à boneca de pano’, fala sobre o personagem e a boneca de pano, que o representa em um patamar que enaltece a história cultural da cidade.

A artesã conta com entusiasmo os eventos que participou, como exposições em feiras e festivais, dentre eles a edição de 2017 do FICA e o festival de cultura negra na cidade de Uruaçu (GO), em 2018. Também ministrou oficinas de bonecas identitárias no Festival de

Artes do IFG. Atualmente ela faz parte do Projeto Diários de Viagem de Damiana da Cunha e da Feira Cultural da Primavera Preta.

A artesã deixa claro o objetivo real de seu trabalho, que é uma forma de expressar a arte conectada à realidade social. Refere-se às bonecas da seguinte maneira: “Minhas bonecas não são apenas um meio de recurso econômico, são, sobretudo, um trabalho pessoal de ocupação do meu espaço sociocultural, sujeita na comunidade onde vivo que se configura como objeto de contraposição ao racismo”.

As referidas habilidades da arte de confeccionar de forma artesanal estão, sobretudo, ligadas a raízes culturais vilaboenses, mantendo viva a história, memória e identidade, ou seja, seu patrimônio cultural. Em relação ao patrimônio cultural é importante compreender que:

Quando o assunto é Patrimônio Cultural não existe apenas uma versão sobre as coisas. As pessoas podem ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural, dependendo das suas relações com a referência, podem ter visões contrárias sobre ela. Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o conhecimento sobre a referência, os seus significados e a importância para as pessoas. (IPHAN, 2016, p. 15).

E ainda sobre o patrimônio cultural:

O patrimônio cultural, forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações, ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e aqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. (IPHAN, 2016, p. 7).

Esses saberes e fazeres no processo de confeccionar os fantoches estão ligados ao patrimônio cultural da cidade de Goiás e fazem parte de suas referências culturais. E ainda frisando sobre a importância do patrimônio cultural, este faz parte da vida dos indivíduos e do imaginário social, sendo difícil mensurar a sua importância. O que se sabe é que quando se perdem tais referências, sua falta torna-se inestimável para o local em que está inserido, a paisagem do lugar, o jeito de preparar a comida, uma dança, uma música ou mesmo uma brincadeira (IPHAN, 2016).

Assim sendo, as habilidades culturais da arte de confeccionar fantoches, bonecas e outras obras artesanais são *expertises* culturais cuja importância e grandiosidade representam aspectos inestimáveis aos meios socioculturais em que estão inseridos. E sobre essas habilidades a artesã Marcelene relatou, durante uma entrevista ao participar do projeto das Mulheres Coralinas, que foi muito positivo para a vida dela como artesã o apoio na

participação de cursos, inclusive o de confeccionar bonecas, no qual ela teve oportunidade de aprender o ofício, e que a prática não era tradição da sua família.

A proposta do projeto realizado pelas Mulheres Coralinas é a de contribuir para dar visibilidade à arte de muitas mulheres da Cidade de Goiás. A maioria dessas mulheres artesãs com excelentes dons artísticos trabalhavam somente em casa ou cuidando de suas famílias, de modo que deixavam suas habilidades escondidas ‘entre as paredes de suas residências’. Com o projeto, foi possível organizar um grupo e montar uma loja (FIGURA 17) com o propósito de comercializar produtos artesanais, tais como bonecas feitas de palhas de milho, bonecas de tecidos, fantoches de retalhos de tecidos, panos de prato bordados com poesias de Cora Coralina, arranjos feitos com folhas secas do cerrado e uma infinidade de obras de arte.

Figura 17 - Loja do projeto Mulheres Coralinas
Fonte: Mulheres Coralinas (2018).



A professora de literatura da UEG e estudiosa da poetisa Cora Coralina, Ebe Siqueira, é a presidente da Associação Mulheres Coralinas. A referida ação foi criada com objetivo de proporcionar o empoderamento de mulheres como proposta de combate à violência e agressões em todos os sentidos a que as mulheres são submetidas.

As Mulheres Coralinas é uma associação fundada em 2016, composta por 71 mulheres artesãs, professoras, garis e vocalizadoras de poemas da cidade de Goiás. Atuam na área dos saberes das mãos: gastronomia, bordado, modelagem de barro, palha e fibras do cerrado. Inspiradoras dos poemas de Cora Coralina e Leodegária de Jesus, poetisas de nossa terra. (VERDÉLIO, 2018).

Cora Coralina é a fonte inspiradora porque foi uma mulher que venceu e se sobressaiu como doceira e poetisa, uma mulher à frente de seu tempo.

Na banca das Mulheres Coralinas, no Mercado Municipal, há doces e artesanatos de diversos tipos, tudo aliado aos versos de Cora. “É uma tentativa de fazer com que o capital cultural se converta em renda e prazer para essas artesãs”, disse. Segundo a professora, algumas mulheres também fazem parte de um projeto de vocalização da poesia de Cora, participam de oficinas na UEG e fazem apresentações públicas pela cidade. (VERDELIO, 2018).

Segundo relato de Marcelene Camargo, o projeto contribuiu muito com sua vida, pois a partir dele foi possível trabalhar fora de casa, viajar mostrando seus trabalhos artísticos, ser valorizada como profissional e adquirir independência financeira. A artesã em questão também relata que, a respeito dos bonecos de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus, foi a primeira vez que confeccionou fantoches que abrem a boca para que sejam utilizados com as mãos, dando a impressão que estão falando. Segundo ela, quando recebeu as encomendas dos fantoches com as referidas características, sentiu-se desafiada, mas dedicou-se muito e ficou feliz e surpresa com o resultado.

A preocupação em destaque era seguir todas as características das pessoas em questão a partir da escolha dos tecidos e dos detalhes das roupas – como, por exemplo, a de Maria Grampinho que teria mais detalhes com vários botões coloridos, cabelo crespo e escuro por ser descendente de africanos. Na roupa de Cora Coralina destaca-se um bordado à mão, com um fragmento de uma poesia, o cabelo branco, aparência idosa e usando óculos. Leodegária de Jesus é representada com cabelo escuro e crespo, como descendente de africanos, sendo que sua fisionomia e cor de pele ficaram muito parecidas com a pessoa.

Marcelene montou uma loja para comercializar suas obras de arte de forma independente, todas confeccionadas de forma manual. Ela relata que está se dedicando a confeccionar bonecas negras e estilizadas, com roupas coloridas, e que confecciona os fantoches com esses detalhes só se forem por encomenda por se tratar de um trabalho que exige muito e cujo custo financeiro fica muito alto.

Esses saberes e fazeres, vistos como patrimônio imaterial, envolvendo as habilidades culturais do criar manualmente dessas mulheres, tornam-se referência na comunidade da Cidade de Goiás e até mesmo em outras regiões. Sobre referências culturais, entende-se que

[...] são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os edifícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: São as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a

gente mais próximas e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama raiz de uma cultura. (IPHAN, 2016, p. 8).

Conclui-se que a confecção de fantoches é uma arte ligada às formas de expressão e aos modos de fazer, dos referenciais culturais do povo vilaboense, que por sua vez está ligado à memória e a vida social dessa comunidade. Portanto, as referências são práticas que estão envolvidas na cultura da comunidade atribuindo sentidos de identidade.

O ato de confeccionar tais obras de artes deve ser valorizado pelo fato de que tais habilidades são fatores que engrandecem os indivíduos. Estes se sentem contribuintes ativos e pertencentes ao grupo em que estão inseridos, passando a compreender a importância de deixar esse legado para futuras gerações. Deste modo, associa-se os temas aqui expostos com o processo de inventariar como categoria a ser analisada.

Segundo o manual de aplicação dos inventários participativos do IPHAN (2016, p. 7), “[...] inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio local”. E ainda sobre inventariar, o manual destaca que:

Cabe enfatizar que esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de Governo, onde o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no processo de aprendizado. (IPHAN, 2016, p. 7).

O processo de inventariar é uma forma de coletar dados, de pesquisar sobre um determinado bem, de procurar conhecer melhor. Para isso é necessário investigar as informações sobre o espaço em que estão inseridas as referências culturais que envolvem o patrimônio cultural da localidade. Assim, é necessário inventariar os saberes e fazeres do povo da Cidade de Goiás, com especial atenção à produção de fantoches para que esta arte ligada aos saberes e fazeres do patrimônio sirva como fonte de estudo e pesquisa no processo de aprendizagem.

3.3 DADOS SOBRE A ESCOLA GERAÇÃO SANTA

A Escola Geração Santa (FIGURA 18) funciona em um prédio que apresenta características do estilo neocolonial, não muito próxima do centro histórico, mas de fácil acesso a ele. Situada à Av. Edgar Camelo c/ Manoel Alves nº 1392, no centro da Cidade de Goiás, foi fundada em 18 de novembro de 2003, iniciando suas atividades em janeiro de 2004.

Fundada por duas irmãs, Maria Geralda Alves de Oliveira e Olga Maria de Oliveira, que tinham por objetivo oferecer, à comunidade vilaboense, uma escola com formação diferenciada ligada aos princípios bíblicos (ESCOLA GERAÇÃO SANTA, 2021). A instituição segue a matriz curricular da primeira fase do Ensino Fundamental do Estado de Goiás e funciona de forma particular. Segundo a direção e a coordenação, os projetos realizados pela equipe escolar proporcionam, aos alunos, a oportunidade de serem educados a partir de um viés direcionado pela religiosidade.

Figura 18 - Escola Geração Santa – Goiás



Fonte: Elaboração própria (2021).

A escola sempre inclui as famílias do alunado nas ações pedagógicas (projetos), como, por exemplo, durante o dia das mães convidam-nas para realizar alguma ação educativa na escola, envolvendo culinária ou literatura. Outro fator que merece destaque na unidade de ensino são as propostas que direcionam as aulas: ações envolvendo a teoria e a prática, o concreto e o lúdico, momento em que o espaço do quintal é aproveitado com aulas diversificadas, envolvendo também a psicomotricidade, que a diferencia de todas as escolas da cidade de Goiás.

A escola funciona em dois períodos, matutino e vespertino, ofertando a Educação Infantil (de 2 a 5 anos de idade) e o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), tendo boa aceitabilidade na comunidade. Em entrevista com Maria Geralda Alves Oliveira, uma das proprietárias da unidade de ensino, realizada em março de 2021, esta relatou que a instituição em questão realiza propostas diversificadas, valorizando o que há de positivo em cada uma delas, com foco no ensino-aprendizagem. Valoriza ainda o potencial de cada criança, respeitando o tempo individual da aprendizagem, o conhecimento de cada criança e oportunizando condições de desenvolver suas potencialidades.

A escola se diz, ainda, preocupada com ações educativas envolvendo atividades em grupos, nas quais os alunos, por meio da interação, buscam resolver problemas e encontrar soluções. Oportuniza também atividades envolvendo os jogos pedagógicos, propiciando o aprendizado sistematizado, principalmente da matemática.

Projetos diversificados são realizados pela Escola Geração Santa envolvendo, sobretudo, a comunidade escolar. Em entrevista com a diretora a mesma relatou que realiza muitas atividades com foco na psicomotricidade, pois estas, além de contribuir na aprendizagem dos alunos, proporciona atividades prazerosas com jogos e atividades físicas extraclasse. A direção enfatiza que a questão da psicomotricidade praticada na instituição é um dos diferenciais oferecidos pela escola em relação às outras de ensino fundamental na Cidade de Goiás. As imagens que seguem exemplificam as atividades desenvolvidas pela escola. A Figura 19 apresenta um exemplo de atividade envolvendo a psicomotricidade.

Figura 19 - Atividade para desenvolvimento de coordenação motora grossa



Fonte: Escola Geração Santa (2021).

Nessa atividade os alunos têm que passar em cima de uma corda, a ideia é desenvolver o equilíbrio e a concentração. É uma atividade realizada com alunos do maternal ao quinto ano com o objetivo de desenvolver várias potencialidades envolvendo cognição, como: concentração, memória, equilíbrio, agilidade e outras. A Figura 20 apresenta a imagem de crianças brincando de amarelinha, envolvendo coordenação motora grossa. É uma brincadeira que faz parte das tradições culturais da Cidade de Goiás, de forma individual é trabalhada concentração, lateralidade, equilíbrio e coordenação motora grossa de forma geral.

Figura 20 - Brincadeira de amarelinha



Fonte: Escola Geração Santa (2021).

Já a Figura 21 mostra um passeio ciclístico pela cidade, que envolve toda a comunidade escolar. É uma ação que ocorre todos os anos na escola e que visa desenvolver a psicomotricidade. Nessa atividade a comunidade escolar se reúne em uma atividade lúdica junto com pais, avós, tios e todos que quiserem participar da ação. É um passeio ciclístico por alguns pontos da Cidade de Goiás.

Figura 21 - Passeio ciclístico da Escola Geração Santa



Fonte: Escola Geração Santa (2021)

Em relação às três imagens apresentadas, são atividades relacionadas à psicomotricidade que estão registradas na disciplina de Educação Física no PPP da unidade de ensino. O objetivo é o desenvolvimento da capacidade sensitiva através das sensações e relações entre o corpo e o exterior, cultiva também a capacidade perceptiva através do conhecimento dos movimentos e da resposta corporal.

A Figura 22 é uma imagem de um projeto envolvendo a família, em que uma avó de uma aluna foi convidada a contar histórias em homenagem ao Dia dos Avós. O objetivo deste projeto é a valorização do seio familiar. Esta proposta está registrada no PPP como temas transversais no Projeto Dia dos Avós. O projeto, desenvolvido pela escola em parceria com os pais, prioriza a participação da família no desenvolvimento das atividades.

Figura 22 - Avó com a neta em projeto da escola



Fonte: Escola Geração Santa (2021).

Outro exemplo é a Figura 23, em que se retrata uma atividade que a mãe de um dos alunos realizou na escola, ela preparou uma refeição para os alunos com proposta de incentivar uma alimentação balanceada e saudável. O referido trabalho está registrado no PPP com o título ‘Orientação sobre a necessidade de uma alimentação saudável’, o incentivo ao consumo de frutas regionais da época, receitas envolvendo o uso do ovo e legumes, além de sucos naturais. Há registros passo a passo de todas as ações ligadas à teoria e à prática.

Figura 23 - Atividade sobre alimentação



Fonte: Escola Geração Santa (2021).

Em entrevista, a diretora revela que é muito importante a presença da família na unidade de ensino, pois além de contribuir com atividades diversificadas, colabora com o ensino aprendizagem dos alunos. E, sobretudo, as crianças que recebem a família no espaço sentem-se amadas, protegidas e orgulhosas em receber um membro da família na escola, o que contribui para que gostem da escola e tenham prazer em estudar.

A direção afirma ainda que por se tratar de uma escola evangélica, frisa muito os projetos envolvendo princípios bíblicos, como respeito, amizade, fraternidade, amor ao próximo e outros, para que os alunos aprendam desde jovens a importância destes valores, assim contribuindo com a formação do caráter humano.

Observa-se que a escola desenvolve muitos projetos positivos que contribuem com o ensino aprendizagem dos alunos. É importante destacar que a Escola Geração Santa é muito

bem aceita pela comunidade da cidade de Goiás, pelos métodos de ensino aprendizagem que utilizam.

3.3.1 Projeto político pedagógico da Escola Geração Santa

O PPP da Escola Geração Santa é construído em parceria com os educadores e a comunidade, sendo um instrumento da gestão escolar construído de forma coletiva, envolvendo todas as ações a serem cumpridas pela unidade de ensino no decorrer do ano letivo. Este visa atender as necessidades educacionais contempladas pela Constituição Federal e atende ao que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996).

A escola segue a LDBEN e tem por finalidade assegurar, ao educando, a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, bem como lhe oferecer meios que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho e, ainda, a progressão em estudos posteriores. Prioriza uma gestão democrática compartilhada com a participação de toda a comunidade escolar local e está aberta a novas sugestões e críticas com objetivo de se aproximar ao máximo dos diferentes ideais desejados.

Trata-se de um trabalho compartilhado pela equipe escolar, uma construção coletiva. Assim concebido, o projeto pedagógico, o pedagógico traduz valores do grupo, suas intenções, seus objetivos compartilhados. Estabelece prioridades, define caminhos. E será o eixo condutor do trabalho da unidade de ensino, esculpindo-lhe feição própria. (VIEIRA; DAVIS, 2002 *apud* SOARES, 2015, p. 2).

Com a gestão democrática, percebe-se a importância de organizar um trabalho sistematizado de forma coletiva, pontuando as intenções, os objetivos compartilhados, definindo as prioridades e caminhos a serem trilhados com a participação de todos, sendo assim possível organizar um trabalho que visa a melhor qualidade de ensino aprendizagem.

É importante entender que o PPP permite compreender a rotina escolar, momento que oportuniza, aos educadores, tomadas de decisões sobre as ações pedagógicas de autonomia e da organização baseada na coletividade planejada pela comunidade escolar. Conforme Veiga (2009 *apud* SOARES, 2015, p. 4), “A construção do PPP requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”.

No espaço da unidade escolar a equipe educacional deve refletir e decidir na coletividade as ações a serem realizadas com foco no melhor desenvolvimento do ensino

aprendizagem dos educandos, compreendendo a proposta de cada ação, agindo em consonância com o que foi proposto e seguir o planejado e registrado para que essas ações contemplem a legitimidade e legalidade processual do que foi decidido em equipe escolar.

Sobre a questão organizacional pedagógica da escola, é importante frisar que cabe ao coordenador pedagógico promover a dinamização do PPP, dando possibilidade de momentos de reflexão e sugestões com propostas de melhoria do trabalho escolar. É importante que os gestores criem formas para que o coordenador possa mobilizar todos os profissionais, estimulando também a participação dos pais, de toda equipe e dos alunos. Cabe a todos estimular e criar situações para que sejam realizados debates amplos e definições sobre a estrutura da escola, seu funcionamento e suas relações com a sociedade (CLEMENTI, 2010 *apud* SOARES, 2015, p. 5).

A Escola Geração Santa diz-se preocupada com propostas pedagógicas que deem mais subsídios de análises referentes à linha de pesquisa em foco aqui, referenciando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Entendemos educação em seu sentido amplo como o processo de transmitir à próxima geração conhecimento e valores que a capacitem a uma participação construtiva na sociedade. Educar uma criança é trabalhar em um projeto de vida, o que compete primordialmente aos pais como responsáveis diretos pelos resultados e à escola como responsável pela transmissão de conhecimentos sistematizados, objetivando o pleno desenvolvimento do educando para que o mesmo seja um cidadão solidário, crítico, ético, participativo e preparado para exercer a cidadania em seu sentido amplo, dotado de conhecimentos, atitudes e valores. Educação por princípios é uma abordagem de ensino e aprendizagem que parte do raciocínio sobre verdades bíblicas e identifica os fundamentos do conhecimento, conduzindo à reflexão da causa para o efeito visando produzir competência realizadora e caráter cristão. Sua aplicação consistente contribui para formar erudição baseada numa cosmovisão cristã e líderes servidores, aptos a cumprir o propósito de Deus com suas vocações; é um método educacional cristão que desenvolve o raciocínio a partir dos fundamentos bíblicos identificados em cada assunto do currículo escolar, é a extensão da família, em aliança com os pais, para apoiar a educação da próxima geração segundo o caráter de Cristo. Sete princípios fundamentam essa Escola: Caráter, Semear e Colher, Individualidade, Mordomia, Domínio Próprio, Soberania e Pacto de União. Esses princípios são aplicados no dia-a-dia da sala de aula de forma verbal inspirando os alunos a desenvolverem o seu caráter, reconhecendo e premiando valores dignos e corrigindo o que está desalinhado. (ESCOLA GERAÇÃO SANTA, 2021, p. 5).

São os princípios ora elencados que a gestão da referida instituição diz serem importantes para serem aplicados no dia a dia da sala de aula, de forma verbal, inspirando os alunos a desenvolver o seu caráter, reconhecendo e premiando valores dignos e corrigindo o que está desalinhado. Além disso, prioriza-se uma educação com projeto de vida, em que os

alunos/as tenham direito ao pleno desenvolvimento, tornando-se um cidadão solidário, crítico e participativo, com conhecimentos e valores preparados para exercer a sua cidadania.

A expansão da Educação Infantil, no que se refere ao currículo, tem acompanhado a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. A conjunção desses fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças, a LDBEN, promulgada em dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), estabelece, de forma incisiva, o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação.

A Escola tornará acessível a todas as crianças que a frequentarem, indiscriminadamente, os elementos da cultura que enriquecerão seu desenvolvimento e inserção social. Será assegurado às crianças o respeito aos princípios do pluralismo de ideais, de concepções pedagógicas, de cidadania, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo na construção de seu conhecimento, como sujeito social e histórico marcado pelo meio em que se desenvolve e que também a marca, traduzindo-se em ações sistemáticas que irão garantir, simultaneamente, o cuidar e o educar. (ESCOLA GERAÇÃO SANTA, 2021, p. 7).

Segundo a unidade de ensino, existe a preocupação em receber e acolher todos os seus educandos sem distinção de raça ou cor, valorizando os elementos culturais individuais, tornando-se fonte de conhecimento e de inclusão social, assegurando, à criança, o direito à cidadania, compreendendo o seu processo de desenvolvimento com sujeito ativo e histórico. Enfim, garantindo a proteção e a educação.

O Projeto Político Pedagógico na linha do Planejamento Participativo é hoje, concretamente, uma potente ferramenta teórica- metodológica de transformação da realidade educacional, ou seja, é uma mediação que ajuda organizar e expressar o desejado e o vivido, tomar consciência da distância entre ambos, bem como diminuir esta distância. (VASCONCELLOS, 2009 *apud* SOARES, 2015, p. 10).

Assim, afirma-se a necessidade de um PPP nas unidades educacionais que envolva um planejamento participativo entre a equipe escolar. O PPP é considerado uma importante ferramenta teórico-metodológica em que os educadores devem ter clareza de ideias acerca de que lugar pretende chegar com os alunos em consonância com a comunidade escolar.

Quanto à organização curricular pontuada para a Educação Infantil, esta é feita em dois âmbitos de experiências: Formação pessoal e social e Conhecimento do mundo, linhas

que são constituídas pelos seguintes eixos de trabalho: Identidade e autonomia; Movimento; Artes visuais; Música; Linguagem oral e escrita; Natureza e sociedade; e Matemática.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social, política e das artes, especialmente do Brasil. Na parte diversificada do currículo deve ser incluído o ensino de uma língua estrangeira moderna – inglês. No que se refere ao curso em si,

O curso tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (ESCOLA GERAÇÃO SANTA, 2021, p. 10).

O currículo da educação infantil segue as orientações no referencial curricular nacional para a Educação Infantil. O currículo deste nível de ensino está expresso na programação curricular, anexa a este projeto, e deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil e do estado de Goiás.

O ensino da arte constitui componente curricular da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, também é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar. O ensino da história do Brasil deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. A matriz curricular para o Ensino Fundamental deve ser assim constituída: BNCC e áreas do conhecimento/componentes curriculares envolvendo códigos e linguagens, língua portuguesa, educação física, arte, ciências da natureza e da matemática, ciência, matemática, ciências humanas, geografia, ensino religioso; envolvendo a parte diversificada: língua inglesa.

No que envolve os temas transversais – ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, trabalho e consumo, pluralidade cultural, valorização do idoso e educação para o trânsito – por envolverem problemas sociais atuais e urgentes, considerados de abrangência nacional e até mundial, estes devem fazer parte dos conteúdos de todas as áreas e definidos anualmente, de acordo com o interesse da comunidade.

Ao analisar o PPP da Escola Geração Santa percebe-se que a comunidade escolar e os professores estão presentes em sua organização. As propostas vigentes seguem a matriz curricular da BNCC, guiando-se pelas habilidades a serem desenvolvidas em cada disciplina/série. Também é ofertado o estudo de língua estrangeira moderna, no caso o inglês, que é um diferencial significativo.

É essencial trabalhar os temas abordados, pois estes despertam, nos sujeitos, a compreensão sobre a importância de valorização do meio ambiente, o respeito aos cidadãos, em particular aos idosos, tornando-os indivíduos conscientes sobre seus direitos e deveres.

No que diz respeito aos temas transversais, conforme o assunto pesquisado, e que seria possível desenvolver projetos com foco na educação patrimonial, observa-se que a Escola Geração Santa não tem realizado ações direcionadas à educação patrimonial. Mediante a observação das ações registradas no PPP, do desenvolvimento do trabalho realizado pelas professoras durante algumas visitas na escola, observações de imagens em exposição no Facebook da instituição, e algumas atividades dos alunos/as em exposição na parede da escola, também se constatou que Escola Geração Santa não contempla ações de educação patrimonial. Denota-se, assim, a necessidade de revisitar o PPP buscando contemplar tais ações.

Entende-se que, pelo fato de o público da referida escola ser o dos ensinos infantil e fundamental, é essencial realizar ações com foco na educação patrimonial, uma vez que quanto mais cedo os alunos conhecerem a suas riquezas culturais patrimoniais, suas origens identitárias e questões relativas a seu patrimônio, como gastronomia e arquitetura, mais cedo compreenderão a importância da preservação. Insere-se aqui a possibilidade de incluir tais estudos e pesquisas ligados aos bens culturais materiais e imateriais, com aulas teóricas desenvolvidas em sala de aula ou aulas práticas extraclasse, com visitas aos patrimônios históricos ou pesquisas a lugares que envolvam conhecimentos ligados a saberes tradicionais.

Uma vez feita esta observação, um dos objetivos fundamentais desta pesquisa é justamente realizar tais projetos conjuntamente com alunos e corpo docente. Mediante os fatos investigados, surgiu o questionamento: sendo a cidade de Goiás uma cidade histórica e dotada de bens patrimoniais e tradições culturais envolvendo tanto o patrimônio material quanto o patrimônio imaterial, qual seria o motivo de a escola não realizar ações aproveitando essas fontes de pesquisa com os alunos/as?

Em busca de respostas para os fatos indagados, propôs-se, para a unidade de ensino, a realização do trabalho envolvendo os professores por meio de entrevistas orais. Assim, foi sugerida a realização de uma ação, por meio de uma roda de conversa com as professoras,

com o objetivo de investigar se por parte delas existe uma maior percepção acerca dos bens patrimoniais e das dinâmicas culturais da cidade de Goiás.

Os questionamentos foram os seguintes: se conheciam os espaços monumentais, ‘lugares de memória’ (NORA, 1993), ou seja, os museus da cidade de Goiás tanto de forma individual quanto em ações pedagógicas com alunos/as; se considera importante pesquisar e trabalhar, por meio de ações pedagógicas, o patrimônio cultural da Cidade de Goiás e por que. Participaram dessa ação as professoras Sandra Marinho da Costa, Naira de Jesus Fogaça, Maria Geralda Alves de Oliveira, Fabrícia da Silva Castro, Marluí F. Barbosa, Tatiana Borges Alves, Weldiany de Fátima Pontes de Brito Scuissato e Juliana da Serra.

A maioria das professoras respondeu que conhece os monumentos históricos da Cidade de Goiás, que já visitaram a maioria deles e que acham muito importante preservá-los. Compreendem a importância de ações pedagógicas nesses espaços envolvendo discentes e compreendem as diversidades culturais patrimoniais tanto dos monumentos históricos quanto das tradições culturais ligadas aos saberes e fazeres.

Durante a roda de conversa as professoras fizeram várias observações. A professora Fabrícia da Silva Castro disse ser extremamente necessário realizar ações de educação patrimonial e considerou importante valorizar essas riquezas. Marluí F. Barbosa, relatou que conhece todos os patrimônios históricos da cidade de Goiás e tem muita admiração por esses monumentos, não somente pela beleza de suas estruturas, mas, sobretudo, “[...] por guardar artefatos das vivências de nossos antepassados”. Para ela, é importante realizar essas ações com alunos “[...] para despertar o interesse pela própria cultura, tradições, valorização dos monumentos históricos para compreensão da própria identidade”

A professora Tatiana Borges Alves relatou que considera muito importante realizar ações de educação patrimonial para que os alunos conheçam mais a fundo a cultura da nossa cidade, podendo, assim, valorizá-la. A professora Weldiany de Fátima Pontes de Brito Scuissato registrou que a educação patrimonial é de grande importância na vida dos alunos, pois estes aprendem “[...] sobre a valorização e preservação não só dos bens materiais, mas também da história e do legado de um povo”. Segundo ela, temos que conscientizar a sociedade desde a primeira infância sobre “[...] a importância do cuidar e do preservar o ambiente para que as próximas gerações recebam as histórias da cidade impregnada em cada espaço e monumento”.

A professora Juliana da Serra também emitiu sua opinião. Para ela, “[...] realizar ações pedagógicas de educação patrimonial com alunos promove momentos de aprendizagem e desperta nos alunos o interesse de resolver questões sobre a sua comunidade”. Desse modo,

ela considera muito importante realizar ações pedagógicas nos espaços patrimoniais, porque é por meio dessas ações que os alunos “[...] irão descobrir os valores, costumes, hábitos culturais e as particularidades de cada ambiente”.

Ao observar os depoimentos das professoras, pondera-se que estas possuem conhecimento e capacidade de desenvolver ações pedagógicas visando conhecer e valorizar tanto os monumentos culturais juntamente com sua história quanto à cultura e as tradições (saberes e fazeres) ligadas aos antepassados, sendo nomeados como patrimônio imaterial. No entanto, questiona-se o motivo pelo qual a referida unidade de ensino não está realizando ações de educação patrimonial, mesmo sabendo da possibilidade de desenvolver vários conhecimentos nos discentes e, sobretudo, compreender a própria identidade e o princípio de suas raízes culturais ligadas às suas origens e descendência.

Tal ação objetivou despertar, nos profissionais, o interesse em organizar ações pedagógicas envolvendo educação patrimonial, focando tanto no patrimônio material quanto imaterial, de modo que tais propostas sejam registradas no PPP da unidade de ensino, contemplando o alunado com aulas teóricas e práticas para que estes sejam beneficiados com essas significativas ações. Ante tal exposição, acredita-se que ficou evidente, para a equipe escolar, a necessidade de incluir as referidas ações no PPP e, sobretudo, colocá-las em prática.

Após a ação ficou decidido, pela equipe, que a Escola Geração Santa iria registrar, no PPP, ações de educação patrimonial ligadas ao patrimônio material e imaterial. Espera-se que, assim, a Cidade de Goiás seja fonte de aprendizagem e os saberes e fazeres sejam contemplados tanto em aulas práticas como teóricas e que os alunos tenham oportunidade de conhecer sobre as dinâmicas culturais da cidade de Goiás, tornando-se contribuintes com a construção de suas identidades.

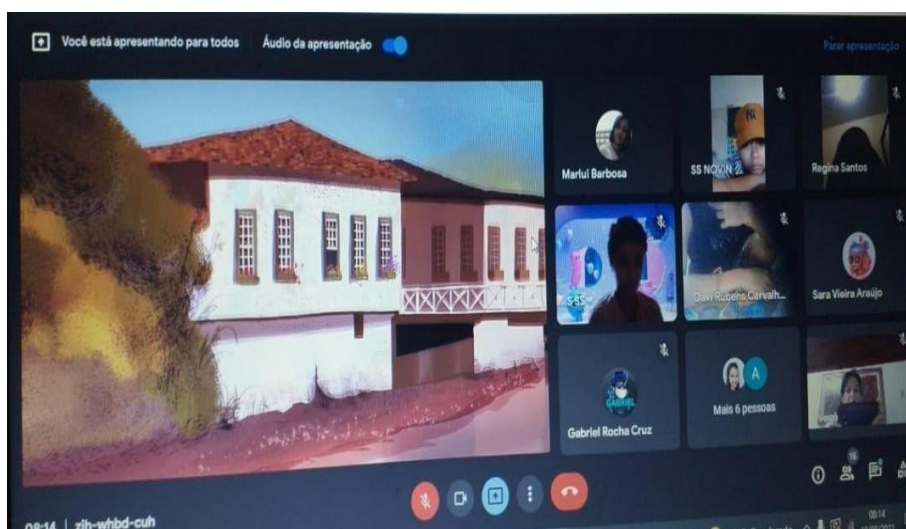
Alguns meses após o referido trabalho com as professoras, as mesmas iniciaram uma ação de educação patrimonial com propostas pedagógicas de realizar um estudo sobre o patrimônio cultural no Museu Casa de Cora Coralina, envolvendo todos os alunos da unidade de ensino. As aulas foram realizadas de forma *on-line* por motivos sanitários, uma vez que a ocorrência da pandemia do novo Coronavírus desautorizava a presença dos alunos e alunas nas escolas da Cidade de Goiás.

A unidade escolar justificou que a ação é necessária por se tratar de conhecimentos ligados às referências culturais da poetisa e, sobretudo, pela valorização da data do seu aniversário, em 20 de agosto, consagrado como Dia do Vizinho pela própria poetisa².

² Há relatos de que no dia do aniversário de Cora Coralina seus amigos iriam realizar o seu aniversário e ela pediu que realizassem envolvendo seus vizinhos e que nessa data sempre seria comemorado o Dia do Vizinho. Até os dias atuais existe essa comemoração no largo da Igreja Nossa Senhora do Rosário, com doces e bolos,

As aulas foram transmitidas ao vivo de forma virtual pelo aplicativo Google Meet e os estudantes assistiram de suas residências, de forma que puderam participar emitindo suas opiniões, registrando dúvidas e compartilhando experiências e informações. Os responsáveis também puderam participar contribuindo com a aula (FIGURA 24).

Figura 24 - Aula virtual com a professora Sandra da Escola Geração Santa



Fonte: Print da tela da aula virtual (2021).

Durante a aula a professora Sandra apresentou o espaço para os alunos, contou a história da construção da casa da poetisa e como que o espaço foi transformado em Museu Casa de Cora Coralina. A professora relatou que foram abordados diversos fatos sobre a história de vida, de doceira a poetisa, e os arquivos presentes no espaço.

Como atividade foi proposto que os alunos fizessem um desenho do monumento, entre outras atividades, como relatos orais. A Figura 25 apresenta uma imagem da atividade desenvolvida por um aluno do 5º ano durante a aula da Professora Sandra da Escola Geração Santa; ele optou por retratar a fachada do Museu Casa de Cora Coralina.

Figura 25 - Atividade de aluno do 5º ano sobre a ação de educação patrimonial



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

Durante esse período de ações educativas observou-se o quanto a escola se dedicou com as propostas educativas envolvendo o tema da educação patrimonial. A equipe docente também realizou várias atividades. Percebe-se, nos trabalhos apresentados, o esforço dos professores em proporcionar aulas criativas e envolventes com o estudo do patrimônio material – conhecendo todos espaços e arquivos presentes na cidade, e imaterial – com a contação de histórias e apresentação de desenhos animados, como a exemplo do livro infantil os ‘Os meninos verdes’ de Cora Coralina’.

A Figura 26 é registro da aula virtual apresentando a história em desenho do livro ‘Os meninos verdes’, de Cora Coralina, dirigido pela professora Sandra, da Escola Geração Santa. Durante a aula a professora apresentou a versão do livro em forma de desenho animado e também a história de vida da poetisa. Após sua exposição os alunos participaram relatando os conhecimentos adquiridos recontaram a história, falaram dos personagens e apresentaram dúvidas sobre a narrativa.

A Figura 27 apresenta a imagem da professora Sandra em aula virtual, na qual apresentou os personagens da história ‘Os meninos verdes’. Os fantoches, confeccionados em tecido tendo a artesã Marcelene Divina de Souza Camargo Cardoso como guia, permitiram explicar, para além da narrativa do livro e da história em desenhos, como os personagens podem ser representados por meio de bonecos feitos de tecidos.

Figura 26 - Aula virtual sobre o livro 'Os meninos verdes', de Cora Coralina



Fonte: Print da tela da aula virtual (2021).

Figura 27 - Professora Sandra com bonecos representando a história 'Os meninos verdes', de Cora Coralina



Fonte: Elaboração própria (2021).

Durante as ações envolvendo literatura, além da obra de Cora Coralina, a escola também realizou um trabalho com o livro 'O que teria na trouxa de Maria', de Diane Valdez. Outras ações foram desenvolvidas na Escola Geração Santa contemplando a data comemorativa Dia do Vizinho, ações envolvendo o amor e o respeito pelos semelhantes e também a promoção de uma atividade em que os alunos poderiam realizar algo com a família para doar aos vizinhos. Alguns alunos/as fizeram desenhos, cartas e poemas, outros, como se

vê na Figura 28, decidiram fazer bolos para doar aos vizinhos com os quais têm mais afinidade.

Figura 28 - Aluno preparando bolo para doar no dia do vizinho



Fonte: Escola Geração Santa (2021).

O trabalho realizado pela Escola Geração Santa no Museu Casa de Cora Coralina foi bastante significativo, envolvendo a história do museu, vida e obra da poetisa Cora Coralina. Apesar do desenrolar *on-line* das aulas, isso não impediu o bom trabalho realizado e a participação dos alunos/as.

No retorno das aulas presenciais foram iniciadas outras ações pedagógicas envolvendo todos os alunos da unidade de ensino. Para dar continuidade às ações, foi organizado um momento de contação de história narrada por meio de fantoches. Esse evento aconteceu no pátio da escola com apoio de toda equipe escolar. Foram montadas exposições dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e uma casinha de fantoches, propícia para a contação de história, emprestada pela Igreja de Cristo na cidade (FIGURA 29).

Figura 29 - Contação de história com fantoches na Escola Geração Santa



Fonte: Elaboração própria (2021).

Os fantoches tinham a caracterização de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus. Na apresentação fantoches direcionaram a narrativa apresentando os personagens e a história de vida das mesmas. Foi como se Cora Coralina e as demais contassem a história de suas próprias vidas. Narraram também como foi à fundação da Cidade de Goiás, a origem do turismo na cidade e a história e memória do povo vilaboense por trás dos monumentos históricos, as habilidades desses povos na contemporaneidade e herdados pelos seus antepassados.

A Figura 30 apresenta a diretora Maria Geralda prestando os agradecimentos pela ação realizada e a toda equipe escolar e alunos pelos trabalhos realizados. As atividades desenvolvidas pelos alunos contemplaram redação, desenhos e poesias, focando na valorização do patrimônio cultural da Cidade de Goiás ligado a saberes e fazeres.

Figura 30 - Diretora Maria Geralda apresentando uma exposição aos alunos



Fonte: Elaboração própria (2021).

Interessante observar que a equipe realizou as ações de educação patrimonial, não só com os alunos do 5º ano como foi proposto, mas com todos os alunos, desde o maternal, com muito empenho no desenvolvimento das ações. Foi relatado pelas professoras que os alunos manifestaram alegria e se dedicaram muito, sendo rigorosos e preocupando-se se as atividades estavam ficando boas ou não, buscando a perfeição.

As professoras pontuaram que as aulas sobre educação patrimonial foram extremamente importantes e que houve depoimento de pais elogiando tais ações. Muitos alunos resolveram visitar alguns monumentos históricos da cidade com a família, gravaram vídeos, tiraram fotos e enviaram para as professoras. Muitas relataram que os alunos pontuaram que os pais não conheciam muito sobre a história do Museu Casa de Cora Coralina e sobre a história da poetisa e que, assim que possível, querem realizar visitas no espaço.

Um fato importante a ser mencionado é que para desenvolver esse trabalho foi primordial que a equipe educativa tenha concordado em realizar as ações; compreenderam a importância delas para o desenvolvimento de várias habilidades cognitivas dos educandos e sobre a importância de valorizar o patrimônio cultural da Cidade de Goiás juntamente com as

tradições culturais. Durante a pesquisa aqui apresentada a equipe escolar deixou em evidência que dará continuidade ao trabalho no decorrer do ano.

3.4 OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA

Ao se referir ao conceito de educação patrimonial, utilizou-se do que diz Scifoni (2017) que, ao elencar as múltiplas possibilidades das ações patrimoniais dentro do seio escolar utiliza as teorias de Vygotsky (1987) para ancorar sua proposta.

[...] o processo de formação de conceitos é complexo e não se dá meramente como ato mecânico, de transmissão do professor ao aluno, já que se trata de apreendê-lo por meio de intensa atividade mental. Sendo assim, não teria sentido promover o ensino direto de conceitos, o que para o autor é infrutífero. (SCIFONI, 2017, p. 11).

Em se tratando de cultura e patrimônio e de ações de educação patrimonial, a complexidade de tais termos incorre em evidenciar que não há possibilidade de aprendizagem simplesmente através de atos mecânicos do professor para com seus alunos. É preciso que sejam estabelecidas formas para que os alunos sejam ouvidos, possam participar e vivenciar na prática, emitir as suas opiniões a respeito do que é importante para eles em relação à sua cultura e ao seu patrimônio.

Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação. (SCIFONI, 2014, p. 20).

Ao refletir sobre o fragmento citado, infere-se que as ações ou projetos ligados ao conhecimento do patrimônio deve buscar tecer vínculos da comunidade com seu Patrimônio Cultural e incentivar a sua manutenção. Assim sendo, as ações desenvolvidas na Escola Geração Santa, tiveram ensejaram estabelecer o vínculo da comunidade escolar com seu patrimônio cultural, incentivando a participação em todas as ações propostas para que se compreenda a importância da proteção de suas expressões culturais.

Ao se propor e realizar as aulas e oficinas partiu-se do pressuposto de que o conhecimento do patrimônio material/imaterial ligado aos saberes e fazeres da comunidade da Cidade de Goiás e sobre as mulheres de referência para a cidade levam em conta a dimensão

memorialística e histórica acionadas no saber fazer; bem como que tais referências culturais são basilares ao se falar sobre o tema educação patrimonial local.

Os alunos da escola ora pesquisada puderam manusear os fantoches das mulheres de referência durante as narrativas da história contando a vida das três mulheres na aula de educação patrimonial. Em consonância com esta ação, nas rodas de conversa sobre as tradições culturais da Cidade de Goiás com os discentes foram feitos os seguintes questionamentos: Quais são os lugares da cidade que gostam de visitar? Quais os alimentos preferidos preparados pela sua avó ou familiares? Você já visitou o mercado municipal da cidade? Quais alimentos mais gosta de consumir nesse lugar? Quais são as festividades que conhecem na cidade de Goiás?

Durante esse processo, buscou-se explorar os conhecimentos dos alunos/as e deixar que contassem histórias sobre fatos ligados à vivência deles, envolvendo os alimentos que gostam e conhecem os lugares que gostam de visitar e as pessoas que são referência para eles. Muitos dos alunos optaram por registrar em desenhos as respostas dos questionamentos.

Por último confeccionou-se os fantoches ligados às mulheres de referência, momento em que foram ofertados todos os materiais necessários e, durante esse processo, a artesã Marcelene Divina de Souza Camargo Cardoso, juntamente com a pesquisadora e a professora regente, estiveram presentes, contribuindo com as ações.

3.4.1 Ação de educação patrimonial: oficina de confecção de fantoches

Em reunião com a equipe da Escola Geração Santa, foi sugerido, pela direção, que a ação de educação patrimonial ligada aos saberes e fazeres do patrimônio imaterial fosse realizada em uma data próxima ao Dia do Vizinho, comemorado em 20 de agosto, aniversário da poetisa Cora Coralina, por se tratar de uma pesquisa envolvendo as três mulheres de referência já citadas.

Desta forma, as ações foram realizadas nos dias 18 e 19 de agosto de 2021, em sala de aula, com alunos do 5º ano da Escola Geração Santa. Participaram do trabalho, com autorização das famílias, os alunos: Ana Luiza da Silva Rodrigues, Antônio Felipe Fernandes Pereira, Daniel Barroso Procópio, David da Maia Cascalho, Eduarda Peixoto Botelho, Maria Helena L. Rodrigues, Rihanna Jacob Silva, Pedro Ryan de Lima Duarte, Felipe Mateus Mendanha, Daniel dos Santos Ferreira, Samuel Bryan Garcia Pádua Godinho. A professora Beatriz da Silva Fraga foi a profissional de educação que acompanhou as ações; o cineasta

Lázaro Ribeiro foi o responsável pelos registros e organização do documentário; e a artesã Marcele Camargo a responsável pela oficina de confecção de fantoches.

Em relação à ação de educação patrimonial envolvendo a comunidade é importante ressaltar o que aponta Simone Scifoni:

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo. (SCIFONI, 2014, p. 23).

De acordo com a referida autora, independentemente de quais contextos culturais as pessoas vivem, esses sempre serão espaços educativos que contribuem para a formação do sujeito como um ser social pertencente a uma sociedade. A transmissão cultural tem a função da aprendizagem por meio da convivência. Assim sendo, não somente as atuações sociais e os artefatos são importantes, mas tudo que os envolve – sejam problemas ou as situações em que foram criados. Dessa forma, a intervenção pode ser entendida como um processo de aprendizagem compreendendo os modos culturais de agir e pensar e de se relacionar no meio social, compreendendo a si mesmo e os outros.

Foi justamente com esta proposta que foram desenvolvidas as ações de educação patrimonial na Escola Geração Santa ligadas aos saberes e fazeres do patrimônio imaterial. De modo que tudo que foi proposto pôde ser compreendido pelos alunos como um processo de aprendizagem, entendendo os modos culturais do ser humano agir e pensar e da maneira de compreender a si mesmo e os outros. Partindo do pressuposto de que todos os espaços em que convivem são espaços que propiciam a aprendizagem, independente do contexto cultural que pertencem.

Várias ações foram desenvolvidas na referida escola, a confecção dos fantoches, em especial, destaca-se por pontuar as habilidades culturais envolvendo os saberes e fazeres da comunidade da Cidade de Goiás e fazer parte do patrimônio imaterial. A referida ação foi dividida em dois momentos: o primeiro foi a leitura de um material pedagógico que aborda os temas patrimônio, patrimônio cultural material e imaterial e conhecimentos sobre as mulheres de referência.

A Figura 31 representa o momento da ação de leitura do referido material, em sala de aula, com alunos do 5º ano. O material, escrito com linguagem simples e ilustrado pela artista

plástica Edinária das Graças Beltrão, conta com uma narrativa realizada pela poetisa Cora Coralina, onde ela conta sobre a história da cidade em que nasceu e viveu grande parte da sua vida; também traz a biografia da poetisa comentando sobre os livros que escreveu. Mostra, ainda, exemplos do patrimônio material por meio de imagens dos monumentos históricos, como os museus da cidade de Goiás e o chafariz de cauda.

Figura 31 - Momento da narrativa do livro



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na narrativa Cora Coralina apresenta o conceito de patrimônio imaterial, complementada por imagens de objetos tradicionais dos antepassados, imagens de festas tradicionais, como a Procissão do Fogaréu, a folia de reis, o carnaval e a catira. Traz relatos também sobre a história de vida de Leodegária de Jesus e de Maria Grampinho, sobre a amizade que tinha com Leodegária e a convivência com a Maria Grampinho.

Para finalizar, o material apresenta a história de confecção de fantoches ligados aos saberes e fazeres da comunidade vilaboense, demonstrando como este saber é um exemplo do patrimônio imaterial presente até os dias atuais na comunidade vilaboense. Tão logo viram a capa do material (FIGURA 32) os alunos identificaram como sendo da poetisa Cora Coralina. Quando questionados sobre a poetisa, a maioria dos alunos relatou que já ouviram falar dela e que conhecem alguns livros, dando exemplos de vários títulos.

Figura 32 - Imagem da poetisa Cora Coralina no livro escrito por Elisângela Beltrão



Ilustração: Edinária Beltrão (2022).

Já era esperado que a conhecessem, pois no ano de 2021, com o início da pesquisa, a equipe da escola realizou ações acerca da vida da obra de Cora Coralina, bem como sobre a data o Dia do Vizinho. Durante a leitura do livro, e a cada imagem apresentada, foram realizados questionamentos sobre as mesmas; os alunos também demonstraram os conhecimentos adquiridos com familiares. Foram apresentadas diversas imagens que exemplificam o patrimônio material, como a que se vê na Figura 33.

Figura 33 - Ilustração do livro sobre objetos criados manualmente por indígenas



Ilustração: Edinária Beltrão (2022).

Discorrendo sobre a utilidade de cada objeto, alguns alunos comentaram que conheciam a colher de pau e a gamela, mas nunca tinha visto o pilão. Relatou-se sobre a importância desses utensílios domésticos na antiguidade e que até nos dias atuais são utilizados em fazendas. Foram apresentados também objetos e alimentos de origem indígena (FIGURA 34). Muitos alunos disseram que não conheciam os cestos, mas que conhecem os alimentos. Citaram vários pratos que utilizam os referidos alimentos, com a tapioca, que é feita de mandioca, e o milho para preparar pamonha.

Figura 34 - Objetos e alimentos de origem indígena



Ilustração: Edinária Beltrão (2022).

Perguntou-se aos alunos quais festividades e celebrações da Cidade de Goiás eles conhecem. Durante a apresentação da imagem a maioria dos alunos reconheceu a procissão

do fogaréu e alguns contaram que já a acompanharam. Também disseram que conhecem a dança de catira e já viram algumas folias. Muitos alunos lembraram de outras festas, como o FICA, as festas juninas e a festa da colheita organizada pela Escola Geração Santa (FIGURA 35).

Durante a conversa foi citada a ‘Badiinha’, representada na Figura 35. Um aluno falou que queria saber sobre ela, então foram apontados alguns fatos sobre sua história de vida. Abadia, apelidada na cidade de ‘Badiinha’, organizava as folias da cidade com a ajuda da comunidade; ela decorava as bandeiras da festa e participava como cantora nas apresentações e danças de catira.

Figura 35 - Celebrações da Cidade de Goiás



Ilustração: Edinária Beltrão (2022).

Durante a narrativa, foi sugerido que os alunos pegassem os fantoches para que sentissem mais atraídos pela história, assim como compreendessem a importância das mulheres ali representadas para o patrimônio da Cidade de Goiás (FIGURA 36). As crianças demonstraram entusiasmo ao usarem os fantoches, manipulando-os com as mãos e imitando as falas dos personagens. Maria Grampinho, Leodegária de Jesus e Cora Coralina também foram apresentadas em forma de ilustração.

Figura 36 - Alunos com fantoches com características de Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus



Fonte: Elaboração própria (2021).

Foi narrada a história da vida da Maria Grampinho (FIGURA 37) e os alunos contaram que nunca ouviram falar sobre a personagem. Nesse momento, foram pontuados como a vida dela foi muito triste e difícil, citando que eles deveriam que conhecer o livro de Diane Valdez 'O que teriam na trouxa de Maria'.

Figura 37 - Maria Grampinho



Ilustração: Edinária Beltrão (2022)

Outra imagem apresentada foi a da escritora Leodegária de Jesus (FIGURA 38). Nesse momento foi realizada uma reflexão sobre essas pessoas de referência para a cidade de Goiás.

Questionou-se se os alunos tinham conhecimento do que é uma pessoa de referência e todos disseram que não sabiam. Então se explicou sobre seu significado e, aproveitando o momento, relatou-se sobre a amizade que havia entre Cora Coralina e Leodegária de Jesus, bem como a parceria na fundação do jornal A Rosa. Outro ponto abordado foi sobre o quanto Cora Coralina contribuiu para que a Cidade de Goiás se tornasse turística e conhecida mundialmente como Patrimônio Mundial da Humanidade, esclarecendo o que significa o referido título e como ocorreu esta conquista.

Também foi exposto que Leodegária era descendente de africanos e sofreu preconceitos, foi discriminada, mas não desistiu de seus objetivos. Formou-se professora e defendeu os direitos das mulheres na sociedade, afirmando que todos deveriam ter direitos iguais, inclusive de frequentar as escolas. Foi relatado ainda que, na época em que os personagens nasceram, as mulheres permaneciam em casa, não trabalhavam fora, não votavam e nem todas frequentavam as escolas. Leodegária foi a primeira a publicar livros e depois Cora Coralina; elas lutaram muito para realizarem seus sonhos em uma época que só os homens tinham alguns direitos.

Figura 38 - Leodegária de Jesus



Ilustração: Edinária Beltrão (2022).

A seguir, narrou-se o passo a passo de como confeccionar um fantoche, a última parte da história do livro, esclarecendo que esta arte faz parte do patrimônio material/imaterial, dos saberes e fazeres da comunidade vilaboense.

Para finalizar a ação, reforçou-se sobre o quanto é importante conhecer a história da cidade de Goiás, as tradições culturais dos nossos antepassados, visitar também todos os espaços patrimoniais e os artesanatos. Foi explicado que há muitos fatos ainda para serem conhecidos e para estudar sobre as tradições da Cidade de Goiás. Mediante a exposição de tais informações passou-se a uma interlocução com os alunos, quanto às dúvidas e possibilidade de discussão de algo a mais. Todos os alunos relataram que haviam compreendido a história.

Como proposta de atividade e realizando uma retrospectiva sobre fatos narrados na história do livro, foi perguntado aos alunos quais seriam os espaços patrimoniais, na opinião deles, que gostam de visitar. Muitos citaram a própria casa, outros a fazenda da família, um relatou que seria o Museu das Bandeiras e outro que seria o ‘clube’ da carioca. Então foi sugerido que eles representassem tais espaços em forma de desenhos ou escrita. Todos preferiram realizar os desenhos dos espaços que classificaram como patrimônio, sendo que na Figura 39 está o registro do momento de realização do trabalho.

Figura 39 - Realização da atividade de desenho dos espaços patrimoniais



Fonte: Elaboração própria (2021).

Como já citado, a maioria dos alunos participantes registrou a própria casa, outros a fazenda, outro o Parque da Carioca, e ainda teve quem escolheu o Museu das Bandeiras. O aluno Daniel Barroso (FIGURA 40) relatou que o seu patrimônio é a sua casa, pois gosta muito dela e que se sente muito feliz naquele espaço.

Figura 40 – Daniel Barroso desenhando a própria casa



Fonte: Elaboração própria (2021).

Disse que vive com os pais e que gosta de brincar de bola no quintal e de ler livros na área. A casa é espaçosa, com muitos móveis, mas que prefere o seu quarto porque sente mais liberdade para usar o celular e realizar as atividades da escola. Em relação ao envolvimento dos alunos nas atividades de educação patrimonial é importante refletir sobre o fragmento do texto de Carlos Rodrigues Brandão a seguir.

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local. (BRANDÃO, 1996, p. 293).

As atividades pedagógicas na Escola Geração Santa foram construídas por meio da interação com os alunos, estes identificando e relatando os valores culturais presentes na comunidade a que pertencem, emitindo suas opiniões, ou seja, apontando os valores culturais por eles elencados. Observa-se que foi um processo de interação, oportunizando a aprendizagem sobre cultura e vida em comunidade.

O aluno Pedro Felipe contou que gosta muito do ‘clube’ da carioca e que sempre realiza visitas ao espaço juntamente com a família e primos (FIGURA 41). Disse que gosta de jogar bola no gramado com seus amigos todos os domingos e tomar banho no rio e, às vezes,

brinca no parquinho. A sua família também gosta de comer empadão goiano ou almoçar no restaurante.

O Parque da Carioca, também chamado de Clube da Carioca ou área de lazer da Carioca, é um espaço aberto a visitas de turistas e da comunidade da Cidade de Goiás, neste espaço foi construído o primeiro chafariz para abastecer a cidade. O Rio Vermelho está localizado no espaço. No local existe um restaurante ao lado um parquinho com brinquedos diversos, espaço para acampamento todo gramado e área esportiva. Está localizado na rua da Carioca, próximo da rua Bartolomeu Bueno, nome dado em homenagem ao Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho que tinha uma residência na referida rua.

Figura 41 - Ilustração do clube da carioca por Pedro Felipe



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

O aluno David da Maia Cascalho contou que acha o Museu das Bandeiras um patrimônio muito importante da Cidade de Goiás e que gosta de visitar e observar tudo que tem no espaço (FIGURA 42). Relatou que no ambiente há objetos que pertenciam aos negros, aos indígenas e aos africanos e que já visitou o espaço várias vezes com amigos e com a sua mãe. Ele acha importante preservar esse espaço porque tem muitas coisas importantes que fazem parte da história da fundação da cidade.

Figura 42 - Ilustração do Museu das Bandeiras por David da Maia Cascalho



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

O aluno Samuel Bryan de Lima Duarte desenhou a fazenda de sua família como seu patrimônio (FIGURA 43). Relatou que gosta muito desse lugar e que se sente muito feliz quando pode visitar. Samuel disse que em todas as férias vai com a família para a fazenda, que gosta de ver o peão tirar leite das vacas e de tomar leite tirado das vacas na hora. Também contou que aprecia tomar banho no rio próximo da casa, pescar com seu pai e andar a cavalo.

Figura 43 - Desenho de fazenda do aluno Samuel Bryan de Lima Duarte



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

Ana Luiza da Silva Rodrigues também desenhou a sua fazenda da família (FIGURA 44), relatando que ama o lugar; gosta muito de ficar lá e se sente muito feliz quando a família resolve permanecer lá por muitos dias. Ela relatou ainda que gosta de tomar banho no rio e andar a cavalo. Adora quando a avó faz pamonha dos milhos colhidos no quintal e gosta das

frutas do quintal da fazenda. Ele diz querer ir todos os finais de semana, mas nem sempre é possível.

Figura 44 - Desenho realizado pela aluna Ana Luiza Silva Rodrigues



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

Na proposta seguinte de atividade pediu-se que os alunos pontuassem quais os alimentos preferidos que a família deles prepara e quais gostam de consumir no mercado municipal da Cidade de Goiás, para quem já visitou o espaço. Foi citada uma diversidade de alimentos preparados em casa, como frango, macarrão, caldo de abóbora, estrogonofe, canjica, pamonha, cuscuz, feijoada e pizza.

Já a respeito dos alimentos consumidos no mercado, foram citadas várias opções pelos alunos, entre eles pastel, bolo de arroz, pamonha, pizza e sanduíche. Do mesmo modo proposto anteriormente, os alunos fizeram a representação por meio de desenhos, que estão apresentados nas figuras a seguir, como registro da atividade envolvendo os alimentos. A aluna Rihanna Jacob Silva relatou que gosta da pizza do mercado municipal e do estrogonofe que é preparado pela sua mãe (FIGURA 45). “Se deixar eu quero consumir todos os dias esses alimentos porque são saborosos”, relatou a aluna.

Figura 45 - Desenho realizado pela aluna Rihanna Jacob Silva representando alimentos preferidos



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

Ana Luiza da Silva Rodrigues relatou que gosta muito do bolo de arroz do mercado, porque acha muito saboroso e que ama a pizza que a mamãe prepara em casa (FIGURA 46). “Toda semana quero ir no mercado comprar bolo de arroz”, pontuou a aluna.

Depois que todos os alunos relataram e concluíram a proposta de atividade, teve início a oficina de confecção de fantoches realizada em parceria com a artesã Marcelle Camargo e a professora Beatriz da Silva Fraga, com a participação do cineasta Lázaro Ribeiro, responsável pela produção do documentário, um dos produtos educacionais proposto por meio desta pesquisa.

Figura 46 - Desenho realizado pela aluna Ana Luiza Silva Rodrigues representando os alimentos



Fonte: Foto por Elisângela da Silva Beltrão Camargo (2021).

A artesã Marcelene Camargo foi apresentada aos alunos participantes. Em seguida, a artesã iniciou a aula sensibilizando os alunos sobre a importância dos fantoches relatando que

fazem parte de uma tradição cultural milenar, criados antes do nascimento de Jesus Cristo, com propósito de animação teatral (FIGURA 47). Relatou que confecciona também bonecas de pano e que, quando criança, não teve essa oportunidade. Quando fez a sua primeira boneca, ficou apaixonada e não quis mais deixar de fazer.

Figura 47 - Artesã Marcelene Camargo orientando a confecção dos fantoches



Fonte: Elaboração própria (2021).

De acordo com a artesã, confeccionar fantoches é uma habilidade artística que as pessoas adquirem por meio de conhecimentos transmitidos de geração a geração, pelos antepassados. Essa arte envolve o desejo de criar e recriar usando a criatividade e a imaginação. Qualquer pessoa é capaz de confeccionar fantoches de forma artesanal, desde que realmente tenha o desejo de transformar tecidos em bonecos.

Durante o processo de criação, as habilidades e criatividade individuais devem ser respeitadas pelo orientador. Primeiramente deve ter em mente quem deseja representar, ou seja, escolher uma pessoa de referência para que seja transformada em fantoche. Depois de escolher, deve-se pensar no jeito da pessoa, se tem alguma característica marcante que a representa, como, por exemplo, o estilo das roupas, a cor do cabelo e dos olhos, as formas corporais ou se usa um determinado objeto, como óculos e adereços.

Outro passo importante a ser seguido é desenhar ou escrever sobre a pessoa de referência, para que não se perca as ideias principais para caracterizá-la, pois cada detalhe é importante. Em seguida, separar os materiais necessários, como, por exemplo, tecidos, cola, tesoura, tintas, cabelo, agulha, linhas e outros.

A artesã orientou os participantes que, em primeiro lugar, precisam preparar o molde no papel, riscando por cima do tecido. Depois recortar e costurar, modelar corpo, cabeça e cabelos. Por fim, finalizar a peça, desenhando, olhos, boca, nariz e as roupas. Completa-se o trabalho colocando os acessórios que melhor caracterizam a personagem selecionada.

Após a orientação foram apresentados, para os alunos, todos os materiais necessários para a confecção de fantoches, as famílias foram informadas previamente que a oficina não teria nenhum custo financeiro e que posteriormente os alunos poderiam levar os fantoches confeccionados para casa. Contudo, teriam que esperar a devolutiva, ou seja, o momento da apresentação de toda a pesquisa para a escola e os alunos. Os alunos compreenderam e concordaram com a proposta; nesse momento foi sugerido que cada aluno confeccionasse os seus fantoches caracterizando uma pessoa de referência para a vida deles. A maioria dos alunos quis representar a própria mãe, alguns a avó e outro a cunhada. Escolheram as vestimentas, dando início ao processo de pintar o rosto e de vestir as roupas.

As Figuras 48 e 49 representam o momento em que os alunos escolheram os materiais necessários para a confecção do fantoche. Muitos escolheram lacinhos coloridos, fitas e roupas. Cada aluno escolheu uma forma que mais se aproximava das características da mulher de referência para a vida deles. Sempre de forma independente e harmoniosa entre eles, selecionando cada acessório, às vezes trocando-o entre eles, demonstrando solidariedade e maturidade ao compartilhar os objetos sem conflitos.

Figura 48 – Alunos participantes escolhendo os materiais para confecção dos fantoches



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 49 - Material da oficina de fantoches



Fonte: Elaboração própria (2022).

A Figura 50 retrata a preocupação de um aluno em realizar um trabalho perfeito e de acordo com as características da sua mãe. Ele ficou muito preocupado em selecionar cada objeto que melhor parecesse com sua genitora, por várias vezes trocou os objetos e, por fim, escolheu um laço vermelho para finalizar o trabalho. Relatou que ela gosta de roupas alegres e coloridas.

Figura 50 - Aluno colocando os acessórios representando a sua mãe



Fonte: Elaboração própria (2022).

Já a Figura 51 mostra uma aluna colando os olhos e depois a fita e os laços em sua boneca. Ela também estava preocupada em realizar um trabalho perfeito e que se aproximasse

das características da sua mãe. Ela relatou que a mãe gosta de roupas coloridas e muitos acessórios, como colar e brincos coloridos. Demonstrou muita concentração ao confeccionar o seu fantoche, ainda mais se tratando de representar a sua mãe, que é uma figura muito importante para ela. Os olhos bem pintados, os contornos dos lábios usando tintas e preocupada em não errar naquele momento.

Figura 51 - Imagem da aluna criando a fisionomia da mamãe



Fonte: Elaboração própria (2022).

A Figura 52 retrata os fantoches prontos, realizados pelos alunos participantes e de acordo com as características da pessoa escolhida por cada um. Nessa hora cada aluno apresentou o seu fantoche e falou sobre a pessoa escolhida por eles, a maioria escolheu a mãe por ser a progenitora, a pessoa que mais está presente na vida deles, que orienta, dá carinho, acompanha, cuida e prepara os alimentos.

Tiveram a preocupação de caracterizá-las com cada detalhe, de modo que se aproximasse da realidade, como exemplo: cor dos olhos, cabelo, vestimentas, a boca e os acessórios que costumam usar, até mesmo óculos e fitas no cabelo. Foi observada a preocupação em confeccionar seguindo todos os detalhes, com o maior cuidado para que tudo saísse perfeito. Qualquer atitude em falso poderia comprometer a qualidade do trabalho, principalmente o relacionado à formação do rosto.

Os alunos demonstraram extrema concentração e, ao mesmo tempo, afetividade pelo objeto porque era a representação de alguém que dedicava afetividade.

Figura 52 - Fantoches prontos



Fonte: Elaboração própria (2022).

A Figura 53 representa o trabalho concluído, com todos os participantes da ação, inclusive com o cineasta Lázaro Ribeiro, que filmou a oficina para o preparo do documentário. Já na Figura 54, além dos alunos e da artesã, está a professora regente que contribuiu com a ação de educação patrimonial na sala do 5º ano da Escola Geração Santa.

Figura 53 - Participantes da oficina



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 54 - Participantes da ação e professora regente



Fonte: Elaboração própria (2022).

A Figura 55 apresenta os fantoches sendo recolhidos para o próximo evento a ser realizado, que foi a devolutiva para a comunidade. Ao final, foi frisado mais uma vez aos alunos que, após a apresentação, eles poderiam levar os fantoches para casa e dar de presente para a pessoa de referência deles.

Figura 55 - Fantoches confeccionados na oficina



Fonte: Elaboração própria (2022).

Para finalizar a ação de educação patrimonial, ligado aos saberes e fazeres das tradições do patrimônio imaterial, os alunos foram questionados sobre a importância da aula,

se esta contribuiu com o conhecimento deles e se gostaram de aprender sobre patrimônio cultural.

Muitos alunos responderam que amaram a aula, que acharam muito importante a temática, e que, inclusive, já queriam levar os fantoches para casa. Observou-se que a ação foi extremamente importante, os alunos participaram sem conflitos, prestaram atenção durante a explicação de como confeccionar fantoches, foram participativos em todos os momentos, tiraram dúvidas, sentiram-se à vontade para executar as atividades propostas, principalmente em confeccionar os fantoches.

Quando os fantoches foram concluídos, os alunos foram agrupados de dois em dois, contaram parte da história do livro que foi trabalhado anteriormente e, ainda, criaram diálogos com os colegas, reproduzindo narrativas. Foi muito emocionante ver os alunos com os fantoches em suas mãos, elaborando diálogos com os colegas, demonstrando criatividade e habilidade na narrativa.

Foi possível perceber que as ações educativas tiveram relevância didático-pedagógica, visando atingir os objetivos propostos neste trabalho, ao constituir o envolvimento dos alunos, aguçando a curiosidade, desenvolvendo habilidades tais como concentração, coordenação motora, pensamento reflexivo e, sobretudo, aprendendo sobre a história da Cidade de Goiás a partir de pessoas de referência. Foi possível, ainda, trabalhar os conceitos de patrimônio, patrimônio material e imaterial envolvendo objetos, festas tradicionais, alimentos e, sobretudo, a arte de confeccionar os fantoches, ligada às habilidades artísticas dos saberes e fazeres do povo vilaboense.

Em se tratando das ações desenvolvidas na referida unidade de ensino com a participação da comunidade escolar vale refletir sobre o fragmento a seguir.

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhecem suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1970 *apud* SCIFONI, p. 20)

Ao refletir sobre o que diz Paulo Freire, Simone Scifoni deixa claro que a comunidade não pode ser excluída das ações de educação patrimonial, devendo ser partícipe de todas as atividades, inclusive da elaboração das mesmas. E que o objetivo é a construção coletiva do conhecimento para que a comunidade seja também elaboradora de saberes e demarcadora de

referências ligadas aos contextos e significados interligados à memória social da comunidade. As ações devem contribuir para a transformação do ser humano, tornando-o crítico e pensante e não somente reprodutor de informação.

Assim sendo, as ações de educação patrimonial na Escola Geração Santa foram constituídas por ações participativas entre discentes no que se refere à consecução do projeto, momento em tiveram a oportunidade de manifestar suas opiniões sobre os patrimônios, os espaços, os alimentos e outras características culturais de sua cidade. Em uma perspectiva freireana, foi uma construção coletiva do conhecimento, em que a comunidade foi elaboradora de saberes e de suas referências ligadas aos contextos e significados interligados à memória social da comunidade. Eles reuniram informações, pensaram, refletiram e construíram respostas significativas ligadas à memória e ao patrimônio.

4 PROPOSTA DE PRODUTO

Os produtos foram pensados com o objetivo de contribuir com a Escola Geração Santa enquanto proposta educacional de apoio pedagógico a serem utilizados durante as aulas de educação patrimonial desenvolvidas pela equipe escolar. São dois produtos pedagógicos, o primeiro constituído por três fantoches com características de três mulheres de referência para a Cidade de Goiás que fazem parte do patrimônio da cidade: Cora Coralina, Leodegária de Jesus e Maria Grampinho. Esses fantoches foram doados à instituição escolar objetivando que sejam utilizados em encenações teatrais, narrativas de história ou leitura de livros infantis, em especial de Cora Coralina e de Diane Valdez, de acordo com a programação e o planejamento do corpo docente.

O segundo produto é um documentário no qual estão registradas todas ações pedagógicas realizadas na escola envolvendo os saberes e fazer ligados ao patrimônio material e imaterial das tradições culturais da Cidade de Goiás, com ênfase no teatro usando os fantoches caracterizando as três mulheres de referências citadas. O registro fílmico conta ainda com entrevistas com as professoras da escola, com pessoas da comunidade contando fatos sobre as mulheres de referência e a oficina de confecção de fantoches. O presente documentário pode ser utilizado pela escola também como material pedagógico, proporcionando conhecimento sobre a cultura local e sobre os patrimônios. Também podem ser utilizados em sala de aula para que os discentes possam compreender mais sobre a importância das mulheres de referência, sobre a história da Cidade de Goiás e, ainda, sobre a necessidade de valorizar a cultura local envolvendo os saberes e fazeres da comunidade da cidade.

O presente documentário poderá ser divulgado para toda a comunidade escolar e também em sites para que variados públicos possam ter a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido e que este desperte o desejo e o sentimento de valorizar e preservar os saberes e fazeres da comunidade ligadas à temática do patrimônio. Em relação à importância do estudo ligado ao patrimônio imaterial, é necessário compreender que:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O

patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2014).

É importante sublinhar o conceito atribuído pela Unesco ao patrimônio imaterial.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006. (IPHAN, 2014).

Através da apresentação do documentário e dos fantoches, espera-se trabalhar o tema do patrimônio de uma maneira dialógica, buscando, através da interação com os alunos, fazer com que estes possam compreender, de uma maneira prática, como as expressões ligadas à memória e à cultura local são reconstruídas. A partir de ações, como a manufatura dos bonecos, permite-se uma proposta lúdica, que transmite saberes e manifestações culturais característicos, a respeito de personagens importantes para a história local.

4.1 APRESENTAÇÃO DO FORMATO DEFINIDO PARA O PRODUTO

O mestrado profissional tem como proposta a organização de produtos educacionais que possam oferecer um auxílio no processo de ensino-aprendizagem. Assim é importante compreender o que Moreira (2004) diz sobre tal questão.

[...] elaboração de um trabalho final de pesquisa profissional, aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando a melhoria de ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais. (MOREIRA, 2004, p. 134).

Sendo assim, os produtos devem ser elaborados com a finalidade de propiciar a aprendizagem ligada ao contexto social, pensando no despertar da consciência crítica. Na proposta para a pesquisa que aqui se apresenta o produto foi pensado após a verificação do PPP da Escola Geração Santa, visando a contribuir com ações envolvendo o estudo do patrimônio cultural.

Desta forma, espera-se que o documentário possa contribuir com o ensino-aprendizagem dos alunos da primeira fase do Ensino Fundamental. O acesso a este material por meio de ambientes virtuais também permite que haja interação dos discentes por meio do uso da tecnologia, uma vez que esta se faz presente na vida dos mesmos desde muito jovens. Desta forma, “[...] os muros da escola ampliam a interação com a sociedade-mundo, a mobilidade permite o aprendizado a qualquer hora, em qualquer lugar” (FEDOCE; SQUIRRA, 2017, p. 13).

Este documentário poderá ser visualizado e facilmente compartilhado sem custo monetário algum, promovendo a aprendizagem. O celular, o *tablet* e o *laptop* tornaram-se ferramentas de pesquisa e também de leitura, o que dá a eles sentidos que vão muito além de assistir vídeos, ver televisão e ouvir música. Tais ferramentas passaram a ser uma importante fonte de pesquisa, contribuindo com o ensino-aprendizagem.

Os conceitos utilizados na pesquisa são apresentados, no documentário, por meio de unidades (partes): a unidade I apresenta os conceitos de patrimônio imaterial; a unidade II exhibe a história de vida das três personagens de referência para a Cidade de Goiás (contando com entrevistas e pesquisa). Por fim, o último bloco mostra as ações de educação patrimonial realizadas na Escola Geração Santa, ligados a saberes e fazeres do patrimônio cultural da Cidade de Goiás. A estrutura do documentário atende as necessidades da unidade de ensino ligada a ações de educação patrimonial, contemplando o PPP da Escola Geração Santa. O material poderá ser utilizado em todas as séries em que haja interesse acerca de estudos ligados ao patrimônio imaterial da Cidade de Goiás.

Com isso pretende-se contribuir com material pedagógico, não só para 5º ano, mas para outras turmas em que as professoras tenham interesse em realizar um trabalho envolvendo as representações culturais da Cidade de Goiás. Desta maneira, permite-se que os alunos compreendam a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial, que não é de responsabilidade somente dos governantes, mas sim de toda a comunidade.

4.2 PÚBLICO ALVO

A pesquisa em curso na Escola Geração Santa teve início a partir da análise do PPP da referida instituição, observou-se que em tal documento não havia propostas de ações pedagógicas destinadas à educação patrimonial. Foi proposto um produto educacional com a finalidade de desenvolver um estudo a respeito do patrimônio cultural envolvendo a Cidade de Goiás. Este é destinado a ações de educação patrimonial envolvendo os alunos do 5º ano

da primeira fase do Ensino Fundamental da Escola Geração Santa e aos professores de outras séries que queiram realizar um estudo sobre o tema em questão.

Espera-se que o documentário, com entrevistas de pessoas que relataram a história das mulheres de referência da Cidade de Goiás, proporcione ações pedagógicas de educação patrimonial em prol da valorização do patrimônio imaterial da cidade, como as que foram realizadas na unidade de ensino Escola Geração Santa. O segundo produto, que são os três fantoches representando os personagens de referência para Cidade de Goiás, que fazem parte da história da cidade, sendo classificadas com patrimônio, oportunizou a realização da oficina de confecção de fantoches com os participantes da ação e mediação de uma artesã.

Portanto, é necessário entender que patrimônio é composto de manifestações culturais ligadas à memória de um povo que vive em comunidade, assim como nos diz Tolentino e Gutiérrez (2017, p. 13) é “[...] relacional, no sentido de que está atrelada aos sujeitos que a constroem, aos seus interesses, a sua cosmovisão e as suas experiências de vida”, sendo, portanto, elementos que fazem parte do patrimônio de um povo.

4.3 O IMPACTO ESPERADO NA COMUNIDADE ESCOLAR

Os referidos produtos foram pensados de forma a contribuir com a proposta educacional e com o ensino-aprendizagem dos alunos. Levando a eles a compreensão do que é patrimônio imaterial e que este está ligado à memória e aos referenciais culturais locais, que, por sua vez, são contribuintes da construção da identidade de forma individual da comunidade.

O estudo do patrimônio imaterial é importante para que o estudante compreenda o lugar em que está inserido, bem como a diversidade cultural presente no dia a dia envolvendo os povos. Assim, permite-se a compreensão da importância de preservação desse patrimônio, gerando um sentimento de pertencimento pelo local onde se vive e pelas referências desta localidade.

Nessa perspectiva, é importante que a comunidade escolar “[...] possa se ver como sujeitos produtores de sua cultura e que tenham uma participação ativa e crítica nas ações de preservação e valorização de seu patrimônio cultural” (TOLENTINO, 2012, p. 48). De forma que compreendam que esse patrimônio está presente na vivência de cada um e que são agentes integrantes desse patrimônio e dessa cultura.

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

A respeito dos dois produtos já aqui descritos, foram ambos elaborados com o objetivo não apenas de propor uma atividade didática a respeito de temas relacionados ao patrimônio, memória e educação patrimonial. Trata-se, antes de tudo, de uma tentativa de exposição didática e acessível de tais conceitos em toda a sua complexidade à comunidade escolar – e, indiretamente, a outros agrupamentos sociais envolvidos no meio escolar. A ideia, desde o princípio, é que o processo de aprendizagem seja mais prazeroso, proporcionando um aprendizado a partir da ‘vivência de mundo’ dos alunos por meio de um diálogo constante.

Refletindo sobre os apontamentos de Florêncio (2015), é importante que a educação ocorra de forma integral, além dos muros da escola, para que alcance os espaços da vida, focando nos “[...] processos educativos que imbricam os saberes escolares aos saberes que circulam nas praças, nos parques, nos museus, nos teatros, nos encontros e manifestações culturais de um modo geral” (FLORENCIO, 2015, p. 26). Esses espaços devem fazer parte da vida do aluno e serem utilizados como locais para aprendizado.

Esses preceitos, ou seja, essa apropriação do local em que está inserido, iniciando do conhecimento sobre ele, está envolvido no processo educacional. De forma que os alunos se apropriem do espaço em que vivem e, assim, tenham conhecimento acerca da história local, que pode ser visualizada por meio de monumentos e relatada pelas pessoas do lugar, conhecedoras de saberes constituintes para a construção da memória coletiva.

5.1 MANUAL DE USO DO PRODUTO

O patrimônio não é construído basicamente de monumentos, mas de saberes de uma comunidade, que são frutos de expressões culturais ligados à ancestralidade. “As representações e apropriações do patrimônio, devemos examinar o sentido prático das expressões que usam os portadores e herdeiros dos patrimônios culturais, quando fazem afirmações sobre os seus legados” (TAMASO, 2007, p. 705).

Essas representações devem se fazer presentes nos estudos sobre patrimônio, de forma que as pessoas conheçam o local em que vivem e sintam-se inseridas nas histórias e memórias, construindo uma ligação com o lugar. Isso é essencial para que criem o sentimento de pertencimento e de preservação desses elementos que contribuem com a construção das identidades.

Para tanto, pensou-se aqui em um processo de aprendizagem em que a educação patrimonial proporcione a compreensão de que os “[...] processos educativos devem ser de base democrática, primando pela construção coletiva do conhecimento e pela participação efetiva dos diferentes atores sociais detentores e produtores das referências culturais” (TOLENTINO, 2012, p. 68). E esses atores são as pessoas do local, que também são os elementos do patrimônio cultural.

É importante destacar que a “[...] formação de uma consciência patrimonial ocorre em meio a um processo identitário – nação, lugar, grupo social, étnico, acontecimento histórico” (TAMASO, 2007, p. 693). Contudo, entende-se a importância dos temas que foram abordados durante as ações educacionais realizadas na Escola Geração Santa e que estão registrados no documentário entregue para a escola.

5.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR

Conforme já relatado, ocorreram algumas ações organizadas na escola durante o findar das aulas de forma remota. O cenário expositivo das atividades desenvolvidas pelos alunos da referida escola envolveu a comunidade vilaboense e parte de suas expressões culturais materiais (pinturas em gamelas, potes de cerâmica com temáticas indígenas). Durante esse momento, uma casinha de fantoches foi disposta na escola e lá aconteceu a contação de uma história, narrada por meio dos três fantoches criados, acerca da história da fundação da Cidade de Goiás. Estes apresentaram a história por trás dos monumentos históricos, ligado à ancestralidade, sendo contribuintes com os saberes e fazeres do povo vilaboense.

Foi possível notar que, a partir de tais atividades, os alunos puderam enxergar a sua cidade com um novo olhar, ou seja, ampliaram seu campo de visão para o lugar onde vivem, percebendo que o seu quintal pode ser maior que o mundo e que, por isso, é necessário preservá-lo e ter orgulho dele.

Como isso, os alunos e os professores da Escola Geração Santa também puderam perceber a importância do local em que vivem, e que “[...] existem inúmeras possibilidades de trabalhar com a identidade de seus alunos e poder realizar um bom trabalho de educação patrimonial. Afinal, a alma da cidade é formada por seus moradores” (TOLENTINO, 2012, p. 68).

Espera-se que os produtos educacionais auxiliem nas discussões referentes ao patrimônio cultural imaterial, contribuindo para que a educação patrimonial esteja presente nos projetos pedagógicos. De forma que os alunos da Escola Geração Santa possam

compreender que o patrimônio que deve ser preservado não corresponde apenas aos monumentos históricos, mas a todas as memórias e manifestações culturais, correspondendo à cultura imaterial detentora da história do lugar, que constituem elementos essenciais para a formação de identidades.

5.3 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE

A partir da estruturação da escrita, dos desdobramentos referentes à pesquisa, pondera-se sobre a devolutiva dos mesmos para a referida comunidade escolar, compreendendo que “[...] a devolutiva constitui-se como um momento estanque e pontual no qual, ao final do estudo, os pesquisadores ‘devolvem’ ou creem ‘retornar’ ao campo investigado um conjunto de resultados obtidos” (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 204), bem como que a pesquisa só foi possível graças à contribuição da comunidade.

A devolutiva vai acontecer a partir de um conjunto de ações educativas que objetivam informar, apresentar o trabalho realizado em parceria com equipe escolar e desenvolvido em torno de ações pedagógicas efetivadas pelos alunos da referida escola. É importante relembrar que todo o trabalho desenvolvido foi planejado a partir das sugestões apontadas anteriormente neste relatório.

A proposta da devolutiva será desenvolvida em etapas. Primeiramente pretende-se realizar um encontro com a direção da Escola Geração Santa para apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida na referida escola, antecedendo, assim, a segunda parte da devolutiva, que consiste na entrega dos produtos educacionais (fantoques e documentário), e, por fim, na apresentação do documentário para toda a comunidade.

Propor-se-á, para a entrega dos produtos, que seja organizada uma reunião com toda a equipe escolar, juntamente com os alunos, para apresentar o documentário com o uso de materiais tecnológicos como o *datashow*, proporcionando maior visibilidade ao trabalho. Após a apresentação da entrega dos fantoches, espera-se que haja um momento de agradecimentos e sugestões, para que possibilite a continuidade ao trabalho ligado aos saberes e fazeres do patrimônio cultural imaterial da comunidade vilaboense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve por finalidade relatar todos os passos percorridos durante a pesquisa contemplando ações práticas de educação patrimonial que foram desenvolvidas na Escola Geração Santa, na Cidade de Goiás. Vários itens foram investigados e pontuados no decorrer do processo. O bem cultural selecionado permitiu inter-relacionar uma pesquisa acerca da Cidade de Goiás levando em consideração sua história ligada à ancestralidade e à miscigenação dos povos indígenas, africanos e portugueses. Buscou-se trazer análises nas quais a cidade, em sua formação social enquanto cidade histórica e turística, reconhecida como patrimônio mundial da humanidade, trata questões como a preservação dos saberes e expressões culturais locais.

É importante destacar que a escolha por centrar a pesquisa em uma das séries iniciais da vida escolar partiu da observação de que é necessário realizar ações de educação patrimonial, que até então não estavam sendo desenvolvidas, com esse público mais jovem nas escolas. Ao buscar sobre a proposta educacional nas séries iniciais partiu-se do pressuposto da necessidade de um estudo sobre patrimônio imaterial e de autores que apresentam a concepção de educação patrimonial, como Tolentino (2016) e Florêncio (2015), em diálogo com a proposta em ação.

Enquanto norte teórico, esta pesquisa acompanhou alguns questionamentos primordiais, a saber: quais são as pessoas de referências na história da Cidade de Goiás? Qual foi o impacto do título de Patrimônio Mundial da Humanidade para a vida dos moradores (as) da Cidade de Goiás? Quais são os procedimentos para confeccionar fantoches, enquanto patrimônio imaterial, ligado aos saberes e fazeres da comunidade?

Sobre tais objetivos de pesquisa é necessário pontuar, acerca das pessoas de referência estudadas, que notou-se certo protagonismo da poetisa Cora Coralina tendo em vista sua repercussão nacional mais acentuada. No entanto, notou-se que duas outras mulheres de referência refletiram diretamente aspectos referentes à cultura local, de modo que alunos e professores puderam vislumbrar, em suas personas, diversas características que interligam a densidade epistêmica do patrimônio e da memória com questões prementes às suas realidades concretas, necessidade que se apresenta como caminho para a educação patrimonial.

No trabalho também se discorre – ainda que de maneira sintética – sobre as reverberações, na cidade, depois que foi concedido o título de patrimônio mundial. Para tanto, as pesquisas de Tamaso (2007) se mostraram como um guia teórico primordial, pois fazem coro a diversas entrevistas e coleta de dados aos quais se teve contato durante a tessitura deste

relatório: a concessão do título pela Unesco em 2001 não conseguiu apagar as hierarquias sociais entre centro histórico e o 'resto' da cidade, entre outras questões há muito existentes na cidade. O título trouxe, de fato, melhorias estruturais referentes à questão do patrimônio e do turismo para a cidade, mas também acentuou dificuldades sociais outras, muitas delas relacionadas às demandas da juventude local, que percebe o contexto em que vivem como carente de mais oportunidades de trabalho. Conclui-se que tanto os moradores quanto o patrimônio que foram beneficiados foram do centro histórico, em detrimento dos moradores e do patrimônio da periferia. Sendo que esse fator de exclusão ocasionou grande insatisfação entre os moradores da periferia.

Por fim, acerca da oficina de confecção de fantoches e das práticas de educação patrimonial, notou-se que o trabalho pode ser ofertado como uma opção didático/pedagógica a ser utilizada em sala de aula ao se falar sobre memória, história e identidade social. Compreendendo também a definição de saberes a partir da obra do IPHAN 'Educação patrimonial: inventários participativos', elaborada em 2006; empreendeu-se uma entrevista com a artesã que confeccionou os fantoches para o desenvolvimento da ação. Apresentando também a escola e as pesquisas e ações desenvolvidas por ela, bem como uma análise do PPP e entrevistas com as professoras sobre conhecimentos de ações de educação patrimonial.

Destaca-se a importância de realizar ações de educação patrimonial ligados aos saberes e fazeres envolvendo a arte em confeccionar fantoches como um exemplo de habilidades do povo vilaboense ligado aos valores culturais, bem como a importância de preservar tais valores. Além disso, conhecer a história Leodegária de Jesus, Maria Grampinho e Cora Coralina e, sobretudo, valorizá-las independentemente de cor ou raça, e reconhecer que contribuíram com a história da Cidade de Goiás – em especial Leodegária, que era pouco conhecida e que tanto contribuiu com a literatura e com a educação. Apresentar sobre a vida dessas mulheres teve, entre várias intenções, a de desfazer nos jovens alunos, o preconceito racial que ainda está presente no dia a dia e levá-los a compreender a importância da diversidade.

Sobre conceitos e conhecimentos acerca do tema do patrimônio cultural, relacionando com o bem selecionado da pesquisa, foi necessário um estudo sistematizado de autores como Chuva (2012), Fonseca (2001) e Gonçalves (1988), relacionando seus escritos com o bem selecionado para a pesquisa envolvendo patrimônio imaterial, as pessoas de referência para a Cidade de Goiás e os saberes ligados ao modo de fazer fantoches.

Além dos fatos elencados, foi necessário compreender sobre os conceitos de memória na percepção de autores como Nora (1993), Pollak (1992) e Halbwachs (1990). Mais uma

vez, relacionando o pensamento de todos estes com o bem cultural selecionado na pesquisa, que propiciou organizar procedimentos metodológicos, analisando fontes, pesquisa de campo e as propostas das ações pedagógicas desenvolvidas na escola, sobretudo uma oficina envolvendo habilidades artísticas em confeccionar fantoches.

Com metodologia aplicada durante as ações foi possível realizar uma parceria com a escola e, por meio de diálogo com a equipe profissional, que pode conhecer todo o trabalho e projetos desenvolvidos pela equipe, pôde-se analisar o PPP da Escola Geração Santa e desenvolver ações de educação patrimonial, que até então não eram contempladas no PPP. Assim sendo, várias ações de educação patrimonial foram desenvolvidas na referida escola, com ênfase na oficina de confecção dos fantoches, expressão cultural ligada aos saberes e fazeres do patrimônio material/imaterial local.

Na presente pesquisa várias questões de relevância foram abordadas, como a apresentação do bem cultural da pesquisa, que são as ações de educação patrimonial ligado aos saberes e fazeres, em especial a oficina de confecção de fantoches; a história da fundação da cidade de Goiás, onde o bem cultural está localizado; e o processo de tombamento de prédios (patrimônio material) a partir do Decreto de 1937 (registrado no livro de tombo). Discorreu-se, ainda, sobre a lei de proteção do patrimônio imaterial na Constituição de 1988 e o Decreto de 2000 sobre o registro do patrimônio imaterial (livros dos registros).

As várias ações desenvolvidas na Escola Geração envolveram teoria e prática, como a apresentação teatral com os fantoches com as características de Cora Coralina, Leodegária de Jesus e Maria Grampinho. O que permitiu um aprendizado de forma lúdica, oportunizando que o aluno se envolvesse com a história da Cidade de Goiás e o patrimônio cultural, podendo dialogar com os fantoches, manifestar seus conhecimentos e adquirir novos. Deste modo, os alunos manifestaram maior interesse pelo assunto, pois os fantoches, ao dialogarem entre si e ao mesmo tempo com os participantes, demonstraram senso de protagonismo ao interagir com os alunos. Facilitando também a realização do momento seguinte da ação: o de apresentar imagens dos monumentos históricos da Cidade de Goiás, dando a oportunidade que os integrantes pudessem observar as imagens apresentadas pelos colegas.

A ação seguinte, realizada após um estudo sobre os conceitos de patrimônio, patrimônio cultural, material e imaterial, assim como sobre a história das pessoas de referência – Cora Coralina, Maria Grampinho e Leodegária de Jesus. Nesta etapa utilizou-se material teórico com linguagem simples e imagens, favorecendo melhor compreensão do proposto, que oportunizou aquisição de conhecimentos para que pudesse organizar uma roda de conversas como os alunos em questão, dando a oportunidade de refletirem sobre o que

consideram patrimônio para eles, quais os espaços que consideram patrimônio, quais os alimentos que mais gostam que a família prepara em casa, quais os que gostam de consumirem no mercado municipal da Cidade de Goiás.

Os alunos responderam os questionários, manifestaram suas opiniões, relataram sobre seus gostos, contaram suas histórias de vida ligadas ao seu patrimônio. Realizaram registros em forma de desenhos, comentaram sobre as suas produções, apresentaram conhecimentos existentes e novos. Foram além do que proposto, contando fatos que envolviam as festividades e as celebrações da Cidade de Goiás.

Por fim, durante a confecção dos fantoches, ministrada pela artesã Marcelene Camargo, houve relatos satisfatórios por parte da artista e do alunado; os alunos criaram os fantoches caracterizando as mulheres de referência para eles, relataram sobre a mulher escolhida e o porquê dessa escolha. Todos se envolveram com o trabalho, dedicaram-se, foram solidários uns com os outros, participativos, dedicados e detalhistas ao criar a obra de arte. Todos os materiais foram levados pela pesquisadora sem custo algum para a família e a escola.

Os últimos pontos abordados no presente relatório foram sobre os produtos educacionais, que são os fantoches confeccionados e doados a eles, três fantoches com 40 cm de tamanho cada um que faz articulação com as bocas utilizadas durante as ações pedagógicas, caracterizados como Cora Coralina, Leodegária de Jesus e Maria Grampinho; e um documentário onde foi registrado todo o processo da pesquisa envolvendo as ações de educação patrimonial e entrevistas. Todos os produtos foram doados para a unidade de ensino Escola Geração Santa para que sejam utilizados em ações de educação patrimonial.

O importante de todo esse trabalho foi que a Escola Geração aceitou o desafio, contribuiu com o processo e envolveu toda a equipe educativa, bem como que os alunos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história da fundação da Cidade de Goiás envolvendo a ancestralidade e a seus antepassados, o patrimônio cultural material e imaterial, a cultura presente no dia a dia deles e a própria identidade. Espera-se que todo o projeto tenha despertado o sentimento de pertencimento e, sobretudo, o desejo de valorização.

Mesmo se tratando de alunos muito jovens, isso não impediu o desenvolvimento das ações e a compreensão do conteúdo. Para alcançar tal feito foram utilizados materiais pedagógicos envolvendo textos com linguagem simples, conteúdos resumidos, muitas imagens coloridas, tornando o material mais atrativo. Também foram utilizados outros materiais diversificados, como a exemplo da encenação teatral, que teve um cenário muito atrativo, envolvendo as produções dos alunos durante as aulas em exposição, além de obras de

artes da artista Edinária Beltrão, também ligada à valorização patrimonial e bonecos de tecidos. Tudo buscando tornar o ambiente alegre, colorido e atraente.

A escola, por sua parte, compreendeu que é possível realizar ações de educação patrimonial com metodologias diversificadas que visem promover a aprendizagem. A instituição fez o compromisso de dar continuidade às ações, assim como de registrá-las no PPP da escola.

A Cidade de Goiás é uma fonte viva de pesquisa que propicia o conhecimento envolvendo a cultura local e esta precisa ser cultivada nas escolas. A responsabilidade dos professores é muito grande, são eles que mais oportunizam o conhecimento aos alunos, tornando-os seres críticos, reflexivos e pensantes. Estudar a cultura local é conhecer a sua história e a sua cultura e, sobretudo, suas raízes.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CkgtkrqVdRCMpkrDTXQGW9n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALMEIDA, Ueberson Ribeiro *et al.* A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 30, n. 2, p. 204-213, maio/ago. 2018. DOI 10.22409/1984-0292/v30i2/5527. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5527/7054>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALVES, Renato; PINHEIRO, Roberta. Com quase 300 anos, cidade de Cora Coralina ganha primeira livraria. **Correio Brasiliense**, Brasília, 12 ago. 2019. Cidades. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/12/interna_cidadesdf,776691/com-quase-300-anos-cidade-de-cora-coralina-ganha-primeira-livraria.shtml. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Brasília: Casa Civil, 1988. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Senado Federal, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.
- BRASIL. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pró-memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN/FNpM, 1980.
- BRITTO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina**: raízes de Aninha. São Paulo: Idéias & Letras, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 7. ed. São Paulo: Global, 2001.

COSTA, Sabrina Campos. O patrimônio cultural em sala de aula: abordagens interdisciplinares nos municípios paraenses. In: TOLENTINO, Átila Bezerra *et al.* (org.). **Educação patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade, 4. João Pessoa: IPHAN, 2014.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 113-143, jan./jun. 2005. DOI 10.1590/S0104-71832005000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/nwWQ4BzjvFqbPpbFVvk8K37s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2022.

DENÓFRIO, Darcy França (org.). **Lavra dos Goiaes III**: Leodegária de Jesus. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

DENÓFRIO, Darcy França. Leodegária de Jesus. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres, 2009. 12-37.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **Territórios educativos para a educação integral**: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Brasília: MEC, 2010. (Cadernos pedagógicos, 12). *E-book*. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

FEDOCE, Rosângela Spagnol; SQUIRRA, Sebastião Carlos. A tecnologia móvel e os potenciais da comunicação na educação. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 267-278, dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/2264/2248>. Acesso em: 7 fev. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. v. 1. Fortaleza: Seculfor : IPHAN, 2015. p. 21-30.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2. ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: O REGISTRO do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da

comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2001. p. 111-120.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Velhas escolas**. Goiânia-GO: UFG, 1998.

ESCOLA GERAÇÃO SANTA. **Projeto político pedagógico da primeira fase do ensino fundamental**. Goiás: Escola Geração Santa, 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>. Acesso em: 12 fev. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN / Museu imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012.

LEONARDO NETO. Depois de quase 100 anos, cidade de Cora Coralina ganha livraria. **Publish News**, São Paulo, 8 jan. 2019. Mercado editorial. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2019/01/08/depois-de-quase-100-anos-cidade-de-cora-coralina-ganha-livraria>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIRANDA, Janira Sodré. Leodegária de Jesus: mulher negra intelectual e poeta em Goiás no pós-abolição. **Portal Geledés**, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/leodegaria-de-jesus-mulher-negra-intelectual-e-poeta-em-goias-no-pos-abolicao/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. **Revista Pedagógica Pátio**, Porto Alegre, n. 51, p.12-15, ago./out. 2009.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004. DOI 10.21713/2358-2332.2004.v1.26. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/26/23>. Acesso em: 7 fev. 2022.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização em Administração Pública) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_no_Iphan.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

PALACIN, Luiz; MORAIS, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 6. ed. Goiânia: UCG Editora, 1994.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio cultural: conhecendo um pouco mais. *In*: PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 19-41.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos, 331).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REZENDE, Tânia Ferreira. A semiótica dos corpos na literatura goiana: o corpo negro de Leodegária de Jesus. **Revista Plurais - Virtual**, Anápolis, v. 8, n. 1, p. 131-159, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/9177/6782>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, jan./mar. 2017. DOI 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/25231/19932>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SOARES, Andrey Felipe Cê. O projeto político pedagógico do centro de educação infantil e sua estreita relação com a gestão e a coordenação pedagógica. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 20., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: PUC-PR, 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/19864086-O-projeto-politico-pedagogico-do-centro-de-educacao-infantil-e-sua-estreita-relacao-com-a-gestao-e-a-coordenacao-pedagogica.html>. Acesso em: 7 fev. 2021.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio**: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1995>. Acesso em: 7 fev. 2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra; GUTÉRREZ, Mónica Lourdes Franch. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memórias e identidades do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: UFPB, 2017. p. 13.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas, 6. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan. 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/363>. Acesso em: 5 fev. 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Cora Coralina é inspiração para artesãs e doceiras na cidade de Goiás. **Agência Brasil**, Brasília, 8 jun. 2018. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/cora-coralina-e-inspiracao-para-artesas-e-doceiras-na-cidade-de-goias>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VYGOTSKY, Lev. **Formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.